

Revista

ENFRENTAMENTO

Movimento Autogestionário

21

ISSN 1983-1684



REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

Gabriel Teles

Lucas Maia

Mateus Orio

Ricardo Golovaty

CAPA

Mateus Orio

(Imagem retirada da internet).

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
TESES SOBRE A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA CONTRA O CAPITALISMO	
<i>Anton Pannekoek.....</i>	9
A CONCEPÇÃO DE MARX SOBRE O ESTADO E SUAS DEFORMAÇÕES	
<i>Matheus Almeida</i>	13
ESTADO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
<i>Nildo Viana</i>	48
PERÍODO DE TRANSIÇÃO OU CONTRARREVOLUÇÃO BUROCRÁTICA? CRÍTICA AO LENINISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS	
<i>Gabriel Teles</i>	
<i>Aline Ferreira.....</i>	59
CONSELHOS E DEMOCRACIA DE MARTORANO: UMA VISÃO BURGUESA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA	
<i>Lucas Maia</i>	88
NEOLIBERALISMO E MOVIMENTO PIQUETEIRO NA ARGENTINA – A EXPERIÊNCIA NEUQUINA (ARGENTINA, 1996)	
<i>Lisandro Braga.....</i>	118

EDITORIAL

Os artigos reunidos no presente número da Revista Enfrentamento são dedicados à análise do estado e do seu devir durante o processo revolucionário. A perspectiva presente em todos os textos manifestam o ponto de vista proletário, ou seja, do proletariado como classe autodeterminada, revolucionária. Apontam, portanto, para o processo de transformação radical da sociedade capitalista. Este é solo sobre o qual todos os autores semeiam suas ideias.

De um ponto de vista proletário, a única proposta para a instituição estatal é sua completa abolição. A revolução proletária tem necessariamente que chegar a esta conclusão. Conclusão do processo histórico, porquanto teoricamente já está por demais sedimentada. A realidade está aquém da teoria. Isto quer dizer unicamente que conceber teoricamente a demolição do estado, compreender teoricamente seu processo de dissolução não implica em hipótese alguma que necessariamente ele será abolido. Sua abolição é tão somente uma tendência histórica, manifesta na luta revolucionária do proletariado. Enquanto tendência, não quer dizer em absoluto que necessariamente irá se confirmar. É a luta de classes que definirá tal destino. Como se vê, o ponto de vista de nossa Revista, logo, do Movimento Autogestionário, não se assemelha em nada às teses deterministas pseudomarxistas que veem uma revolução proletária inevitável, decretada teoricamente (melhor, ideologicamente), tal como se vê nas vulgatas sob influência stalinista e outras.

O caráter da revolução proletária está bem demonstrado no texto de Anton Pannekoek que Nildo Viana traduziu e nos disponibilizou para ser aqui publicado. A revolução dos trabalhadores é impulsionada pelo próprio modo de produção capitalista, suas contradições, crises e dificuldades. Contudo, é sobretudo uma criação política da classe operária (e demais classes desprivilegiadas que podem se aliar ao proletariado, tal como o campesinato, lumpemproletariado etc.). É exatamente este aspecto criativo das revoluções que temos que dar atenção. A grande contribuição de Pannekoek neste escrito, como em vários outros, é demonstrar o conteúdo da luta política, as formas da luta política do proletariado, seus inimigos de classe (partidos políticos, sindicatos, estado, capitalista etc.). A luta de classes do proletariado ou é anticapitalista ou não é nada, isto já dizia Marx no século XIX, “ou o proletariado é revolucionário ou não é nada”.

Assim, a luta da classe operária autodeterminada não é somente contra o estado, como alguns iniciantes ao estudo do anarquismo propagam, embora, sem a destruição da instituição estatal, tal revolução está abortada. O estado, seja por meio da repressão violenta, seja por meio da cooptação e absorção por meios democráticos ou não, foi ao longo do século XX um dos principais obstáculos para um desenvolvimento positivo das revoluções.

Assim, segundo conclui Nildo Viana em seu artigo aqui publicado, o estado é um aparato privado do capital, mediado pela burocracia. O estado não é o “público”, o “universal”, que paira acima das relações sociais. Nada disto, a instituição estatal é determinada pela acumulação de capital. Quando esta está em ascensão, o estado tem condições de expandir-se, realizar políticas determinadas que inclusive são benéficas para as classes desprivilegiadas. Contudo, quando se começa a perceber dificuldades de acumulação, tais determinações do modo de produção afetam profundamente a própria dinâmica do estado, uma superestrutura, “forma social” segundo expressão de Viana. Assim, a luta dos trabalhadores nunca deve ser direcionada para uma melhora do estado, a não ser que a classe operária e demais classes queiram permanecer na penúria e em sua situação alienada (mesmo que melhorada nos momentos de ascensão). A solução definitiva só pode ocorrer na luta anticapitalista, ou seja, contra o modo de produção capitalista e suas formas sociais (estado, cultura, etc.). Logo, a solução definitiva e o único caminho possível para os trabalhadores é na luta contra o capital e contra seu aparato principal, o estado. Eis a conclusão de Nildo Viana.

O artigo de Matheus Almeida realiza discussão semelhante, contudo, enfocando a abordagem de Marx sobre o estado. Após demonstrar como a noção de estado em Marx se desenvolve ao longo da sua produção, explorando o caminho tortuoso deste conceito em tal obra, apresenta a natureza antiestatista das discussões políticas do autor de *O Capital*. Se Marx era um antiestatista, seus continuadores, nem tanto. Assim, Engels, em seus últimos anos de vida, Lassalle e os lassalianos, o Partido Social-Democrata e o bolchevismo (ilustrado aqui na obra de Lênin) expressam deformações do pensamento de Marx. Almeida demonstra sinteticamente o caminho seguido e o destino trilhado pelas concepções de Marx, desde sua elaboração inicial, até as deformações mais antagônicas ao seu antiestatismo. Este é o mérito do seu texto.

Gabriel Teles e Aline Ferreira complementam a discussão apresentando a raiz da tese de “fase de transição socialista”, apregoada por Lênin e toda a sequência posterior de pseudomarxistas. Ao explorarem criticamente tal tese, que é em si problemática, tendo em vista os interesses de classe que esconde, demonstram que o problema aumenta ainda mais quando é atribuída a Marx, que nunca defendeu nada semelhante. Os autores tiveram a capacidade de expor didaticamente o surgimento da tese do “período de transição”, os vínculos com a burocracia bolchevique que ela manifesta, as distinções com as teses de Marx e, principalmente, seu caráter antiproletário. Como já dissemos, a revolução proletária não consiste em conquistar o poder estatal, pelo contrário, consiste em aniquilá-lo.

O estudo de Lucas Maia demonstra como esta tese ainda vive nos dias de hoje. Mesmo após todas as experiências do século XX, inspiradas ou na URSS, com todas as críticas já sedimentadas sobre a tese das vanguardas, as críticas ao que fizeram os PCs ao longo do mundo etc., esta velha tese ainda teima em permanecer. Tais autores e tendências tem, pois, grande dificuldade em recusar o estado. Querem, de uma ou outra maneira, encontrar argumentos e justificativas para se apropriar de tal instituição, mesmo falando em nome do proletariado e da revolução. Isto, na verdade, só expressa os interesses de classe e demonstra que a contrarrevolução burocrática é ainda uma ameaça, um problema ao prosseguimento de uma possível revolução proletária no século XXI. Ao criticar o livro *Conselhos e Democracia*, de Luciano Cavini Martorano, Maia demonstra como este autor realiza um ecletismo entre autores de várias tendências do bolchevismo e os autores conselhistas. Este ecletismo expressa na verdade uma domesticação e amansamento das teses conselhistas. Ao invés de fazer avançar a teoria da revolução proletária para onde estes autores a deixaram, Martorano consegue recuá-la a concepções mais moderadas que o próprio bolchevismo. Assim, se se pode dizer, a grande contribuição do recente livro de Martorano é demonstrar que a velha tese da vanguarda embora ainda esteja recalçada e envergonhada, é ainda tendência que pode se manifestar como importante empecilho ao desenvolvimento da luta proletária.

Por último, o texto de Lisandro Braga, centrado no desenvolvimento da luta do movimento piqueteiro em Neuquén, na Argentina, traz importantes contribuições para se compreender o caráter repressivo do estado neoliberal. O texto apresenta pelo menos três

grandes contribuições: a) discutir as etapas, as formas, a radicalidade da luta piqueteira; b) apresentar a face violenta do estado neoliberal contra as manifestações populares, demonstrando que o dito estado mínimo neoliberal é máximo quando se trata de equipar seu aparato repressivo; c) demonstra o papel que o capital comunicacional desempenha em criminalizar a luta popular, além de justificar a repressão estatal.

Este número da Revista Enfrentamento, que colocamos à apreciação do público interessado, ao focar elementos do estado, fornece alguns aportes a todos aqueles que se empenham na luta contra o capital (classe capitalista) e contra o estado (burocracia) e a favor da auto-organização do proletariado em sua difícil tarefa de construir uma nova sociedade. Deixamos aqui, portanto, nosso singelo apoio à luta revolucionária.

Diante do capital e seu estado, somente o Enfrentamento é realista!!!

TESES SOBRE A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA CONTRA O CAPITALISMO*

Anton Pannekoek

I

O capitalismo, em um século de desenvolvimento incrementou enormemente seu poder, não só através da expansão por todo o planeta, mas também através do desenvolvimento de novas formas. Devido a isso a classe operária aumentou seu poder, em número, concentração massiva, organização. Sua luta contra a exploração capitalista, pelo domínio dos meios de produção, também está se desenvolvendo continuamente e tem que se desenvolver em novas formas.

O desenvolvimento do capitalismo conduz à concentração do poder sobre os ramos principais da produção, em mãos dos grandes interesses monopolistas. Estes estão intimamente conectados com o poder estatal e o dominam. Os grandes grupos monopolistas controlam a parte principal da imprensa e dirigem a opinião pública. A democracia da classe média demonstrou ser a melhor camuflagem da dominação política do grande capital. Ao mesmo tempo, há a tendência na maioria dos países em usar o poder organizado do Estado para concentrar em suas mãos a direção das indústrias chaves, como esboço da economia planificada. Na Alemanha, uma economia dirigida pelo Estado uniu a direção política e a administração capitalista em uma exploração de classe combinada. No capitalismo de Estado da Rússia, a burocracia é coletivamente a que domina sobre os meios de produção, e mantém em submissão as massas exploradas mediante um governo ditatorial.

II

O socialismo, eleito como a meta da luta dos operários, é a organização da produção pelo governo. Significa o socialismo de Estado, o comando dos funcionários do Estado sobre a produção e o comando dos gerentes, cientistas, chefes, na fábrica. Na economia socialista, este corpo, formando uma burocracia bem organizada, é o dono direto do processo de produção. Tem o domínio sobre o produto total, determinando que parte será gasta com salários dos operários e apropriando-se do resto para as necessidades gerais e para si mesmo. Os operários, sob a democracia, podem escolher seus donos, porém não são eles mesmos os donos do seu trabalho. Eles recebem somente uma parte, definida pelos outros, do que foi produzido. Continuam sendo

* Tradução de Nildo Viana. Texto publicado por Pannekoek em *Southern Advocate for Workers' Councils*, Num. 33, May 1947. A presente versão foi publicada no livro “Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários”, publicado em 2011 pela Rizoma Editorial.

explorados e tem que obedecer à nova classe dominante. As formas democráticas, que se supõe que o acompanha, não alteram a estrutura fundamental deste sistema econômico.

O socialismo foi proclamado a meta da classe operária quando, em sua primeira irrupção, se sentia impotente, incapaz de conquistar por si mesma o poder sobre as fábricas e buscava no Estado proteção contra a classe capitalista por meio de reformas sociais. Os grandes partidos políticos que encarnavam estas aspirações, a socialdemocracia e os partidos trabalhistas, se converteram em instrumentos para arregimentar o conjunto da classe operário ao serviço do capitalismo, em suas guerras pelo poder mundial, assim como na política doméstica em tempos de paz. O Governo operário do Partido Trabalhista Inglês nem sequer podia dizer-se que era realmente socialista, pois era um agente modernizador do capitalismo. Através da abolição de suas ignomínias e do atraso, introduzindo a gestão estatal subordinada à preservação – garantida pelo Estado – de seus lucros para os capitalistas, fortalece a dominação capitalista e perpetua a exploração dos operários.

III

A meta da classe operária é sua libertação da exploração. Esta meta não é e não pode ser alcançada através de uma nova classe dirigente e governante que substitua a burguesia. Ela só pode ser realizada pelos operários mesmos sendo donos da produção.

O domínio dos operários sobre os meios de produção significa, em primeiro lugar, a organização do trabalho em cada fábrica e empresa pelo seu pessoal. Em lugar do comando do gerente e seus subordinados, toda a regulação é elaborada através da decisão do corpo inteiro de operários. Este corpo, compreendendo todos os tipos de trabalhadores, especialistas e cientistas, toma parte conjuntamente na produção, decide em assembleia tudo que é relacionado ao trabalho comum. Aqueles que efetuam o trabalho também regulam o mesmo e assumem suas responsabilidades dentro do propósito do conjunto, o que se aplica a todos os ramos da produção. Isto significa, em segundo lugar, que os operários criam seus órgãos para coordenar as empresas separadas em uma totalidade organizada de produção planificada. Estes órgãos são os conselhos operários.

Os conselhos operários são corpos de delegados, enviados pelos trabalhadores das fábricas ou por seções de grandes empresas, levando as intenções e opiniões dos trabalhadores para discuti-las e tomar decisões acerca dos assuntos comuns, levando de volta os resultados a seus mandatários. Eles apresentam e proclamam as regulações necessárias e, unindo as diferentes opiniões em um resultado comum, formam a conexão das unidades independentes em uma totalidade adequadamente organizada. Não formam um quadro permanente de dirigentes, pois podem ser revogados e substituídos a qualquer momento. Seus primeiros embriões apareceram

no começo das revoluções russa e alemã (soviéticas, *arbitrate*). Eles jogam um papel crescente nos futuros desenvolvimentos da classe operária.

IV

Os partidos políticos nos tempos presentes possuem duas funções. Em primeiro lugar, aspiram ao poder político, a dominação no Estado, ou seja, tomar o governo em suas mãos e usar seu poder para por seu programa em prática. Para este propósito, precisam, em segundo lugar, ganhar as massas da população trabalhadora para seus programas: por meio de seus ensinamentos, clarificando a visão, ou através de sua propaganda, tentando fazer delas um rebanho de seguidores.

Os partidos da classe operária apresentam como sua meta a conquista do poder político. Por conseguinte, governar no interesse dos operários, e em especial para abolir o capitalismo. Afirmam-se como a vanguarda da classe operária, sua parte mais esclarecida, capaz de conduzir a maioria deseducada da classe, atuando em seu nome como seus representantes. Pretendem ser capazes de libertar os operários da exploração. Uma classe explorada, contudo, não pode libertar-se votando e levando ao poder um grupo de novos governantes. Um partido político não pode proporcionar a liberdade, pois, quando ganha o governo, produz somente novas formas de dominação. A liberdade só pode ser conquistada pelas massas operárias através de sua própria ação organizada, tomando seu destino em suas próprias mãos, dedicando-se ao exercício de todas suas capacidades, dirigindo e organizando sua luta e seu trabalho por si mesmas através dos seus conselhos.

Para os partidos resta então a segunda função, estender sua visão e o conhecimento, estudar, discutir e formular as ideias sociais e, através de sua propaganda, iluminar a mente das massas. Os conselhos operários são os órgãos para ação prática e luta da classe operária. Nos partidos recai a tarefa de fortalecer seu poder espiritual. Sua ação forma uma parte indispensável da autolibertação da classe operária.

V

A forma mais forte de luta contra a classe capitalista é a greve. As greves são necessárias na luta contra a tendência dos capitalistas de buscar aumentar seus lucros através da diminuição dos salários e do aumento das horas ou da intensidade do trabalho.

Os sindicatos se formaram como instrumentos de resistência organizada, se baseiam em uma solidariedade forte e na ajuda mútua. Com o crescimento das grandes corporações, o poder capitalista aumentou enormemente, motivo pelo qual somente em casos especiais os operários são capazes de aguentar a degradação de suas condições de trabalho. Os sindicatos se convertem em instrumentos de mediação entre capitalistas e operários. Eles fazem acordos com

os patrões que buscam impô-los sobre os operários, frequentemente pouco dispostos a aceitá-los. Os chefes aspiram a converter-se em uma parte reconhecida do aparato do poder do capital e do Estado que dominam a classe operária, por meio dos quais impõe suas condições aos operários.

A resposta da classe operária, sob estas circunstâncias, assume cada vez mais a forma das greves selvagens. Estas são espontâneas. São explosões massivas do espírito de resistência longamente reprimido. São ações diretas nas quais os operários tomam, completamente, suas lutas em suas próprias mãos, deixando de fora os sindicatos e seus dirigentes.

A organização da luta é realizada pelos comitês de greve, delegados dos grevistas, escolhidos e comandados pelos trabalhadores. Por meio de discussões nestes comitês, os operários estabelecem sua unidade de ação. A extensão da greve a massas cada vez maiores, a única tática apropriada para arrancar concessões do capital, é fundamentalmente oposta às táticas sindicalistas de restringir a luta e por fim a ela tão logo seja possível. Tais greves selvagens nos tempos atuais são as únicas lutas de classes reais dos operários contra o capital. Eles afirmam sua liberdade através delas, escolhendo e dirigindo suas ações por conta própria, não dirigidos por outros poderes e para outros interesses.

Isso determina a importância de tais contestações da classe para o futuro. Quando as greves selvagens tomam cada vez maior extensão, encontra a totalidade do poder físico do Estado contra elas. De modo que assumem um caráter revolucionário. Quando o capitalismo se converte em um governo mundial organizado – ainda que, todavia só na forma de dois poderes rivais¹, ameaçando a humanidade com a total devastação – a luta pela liberdade da classe operária toma a forma de uma luta contra o poder estatal. *Suas greves assumem o caráter de grandes greves políticas, às vezes greves gerais. Então, os comitês de greve necessitam assumir funções gerais, sociais e políticas, e adquirir o caráter de conselhos operários.* A luta revolucionária pela dominação sobre a sociedade é ao mesmo tempo a luta pela dominação sobre e nas fábricas. Então, os conselhos operários, como órgãos de luta, se convertem em órgãos da produção ao mesmo tempo.

¹ Pannekoek se refere às duas potências mundiais do período da Guerra Fria, os Estados Unidos, líder do capitalismo privado, e URSS, líder do capitalismo estatal (NT).

A CONCEPÇÃO DE MARX SOBRE O ESTADO E SUAS DEFORMAÇÕES

Matheus Almeida¹

Introdução

Há uma grande confusão com a questão do Estado, e conseqüentemente do processo revolucionário, em Marx. É preciso compreendermos o pensamento de Marx a partir de sua historicidade e da sua semântica terminológica, ou seja, no interior de seu léxico. Isto porque é preciso tanto entender o desenvolvimento das ideias de um pensador ao longo do tempo (que, no caso de Marx, o que houve foi justamente isto, o desenvolvimento de uma concepção que inicialmente era abstrata até se tornar concreta) e de suas opções terminológicas – para não cair no erro do que Antonio Labriola chamou de "verbalismo" (LABRIOLA, s/d), ou seja, quando dois autores diferentes usam a mesma palavra com sentidos completamente opostos, e os leitores acreditam que se trata do mesmo sentido pois é a mesma palavra nos dois casos.

Marx nunca tratou o socialismo como uma etapa para o comunismo. O comunismo é o movimento de superação da realidade capitalista (e não um passo a passo a implantar verticalmente)². Neste sentido, comunismo é o *processo de superação do capital*. Por outro lado, o comunismo é também a *sociedade pós-capitalista*, uma vez que instaura um modo de produção, uma organização social, novas relações sociais, mentalidade etc. que são derivadas de uma nova sociedade, a sociedade comunista. Portanto, para Marx o comunismo possui duas fases:

- A primeira, em que o período revolucionário está chegando ao fim, e com isto, ainda está sendo realizada a superação definitiva do capitalismo e de seus elementos (Estado, burocracia, resquícios burgueses etc.). Nesta fase, o risco de contrarrevolução é real, por isso é preciso o movimento comunista adotar certas ações (volto a este ponto mais adiante) para superar o capitalismo;
- A segunda, em que o capitalismo estaria plenamente superado, e o novo modo de produção comunista já estaria generalizado. Sai-se do lema "de cada um segundo

¹ Militante do Movimento Autogestionário (Movaut). Contato: matheus.da.almeida@gmail.com

² "O comunismo não é, para nós, um estado de coisas que deva ser estabelecido, um ideal ao qual a realidade deve obedecer. Chamamos comunismo ao movimento real que supera o atual estado de coisas". (MARX e ENGELS, 2002, p. 46).

suas capacidades a cada um segundo o seu trabalho" para "de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades" (MARX, 2012, p. 32).

Observe que na própria Crítica do Programa de Gotha Marx fala em "fase inferior da sociedade comunista" e "fase superior da sociedade comunista" (MARX, 2012, p. 31), e não em socialismo e depois comunismo. Esta distinção quem criou foi Lênin (LÊNIN, 2017), inserindo na fase socialista a necessidade de tomada do Estado burguês. E isto é algo completamente anti-marxista, pois uma característica comum tanto à primeira quanto à segunda fase do comunismo é que em ambas já deve haver questões básicas do comunismo, como:

- Abolição da divisão social do trabalho (que ainda não é plena na primeira fase, mas já inicia o processo de destruição de todas as classes, destronando a burguesia e suas auxiliares, a burocracia e a intelectualidade, e neste processo dando fim à própria classe operária que leva a cabo a revolução apoiada por todas as classes trabalhadoras e militantes revolucionários). A abolição da divisão social do trabalho não representa a abolição de toda forma de atividade humana, mas sim do trabalho especializado oriundo do trabalho específico de uma respectiva classe social.

- Abolição de todas as burocracias (isto é, organizações divididas entre dirigentes e dirigidos) e relações burocráticas (hierarquias, vanguardas, cúpulas dirigentes etc.), e nisto se inclui o Estado (maior organização burocrática), os partidos políticos, os sindicatos etc.;

- Abolição da exploração operária, via extração de mais-valor e do trabalho alienado;

- Abolição da propriedade privada dos meios de produção, com a autogestão dos meios de produção pelos "produtores livremente associados", ou o "autogoverno dos produtores" (termo que o próprio Marx usa na Guerra Civil na França, pois já não haverá mais classes sociais, portanto nem mais operários, que serão transformados junto com todos os demais revolucionários em produtores livremente associados em seu autogoverno);

- Abolição do dinheiro, do mercado capitalista e, conseqüentemente, da produção de bens em forma mercadoria;

- Com o fim do Estado, há o fim das divisões de estado-nacionais, e estabelecimento do internacionalismo como forma de solidariedade internacional para estabelecer em todo o planeta uma sociedade humanizada.

O objetivo deste texto, portanto, é o de compreender qual é a compreensão do Estado em Marx, e como foi possível uma confusão generalizada da concepção deste autor – tal como, por exemplo, na tese de que Marx teria defendido a tomada do Estado como uma primeira fase anterior ao comunismo. Sustento aqui que tal confusão se deve a, pelo menos, quatro razões, expressadas abaixo. A primeira é acerca do uso do termo "Estado" em Marx algumas vezes para remontar algo que não era o Estado moderno, tal qual o reconhecemos. A segunda se deve à confusão entre marxismo e lassallianismo. A terceira é devido ao envolvimento de Engels, após a morte de Marx, com a burocratização do Partido Socialdemocrata Alemão. E a quarta é a ideologia burocrática de Lênin de tomada do Estado como meio revolucionário.

A concepção de Estado em Marx

Analisando os escritos de Marx através da observação de alguns trechos produzidos ao longo de sua vida (MARX e ENGELS, 2002; MARX, 1995, 2006, 2011a, 2012), é possível verificarmos qual concepção de Estado possui este autor. Desde o jovem Marx, a sua perspectiva do Estado era extremamente crítica e radical, apontando que o problema não era uma ou outra forma de Estado, ou um ou outro partido dirigente, mas sim o Estado por sua essência. É o que este fragmento do seu texto "Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano", de 1844, já coloca:

O Estado jamais encontrará no "Estado e na organização da sociedade" o fundamento dos males sociais, como o "prussiano" exige do seu rei. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado (MARX, 1995, s/p).

É importante destacar que nesta época, década de 1840, a noção de "partido político" que o Marx utiliza aqui é a de *causa política* – uma vez que a ideia de “partido político” moderno (eleitoral) ainda não existia nesta época (VIANA, 2003), como retomarei mais à frente. Neste sentido, todas as forças políticas da sociedade agiam cada qual com o seu partido político, isto é, o conjunto das ações e organizações voltadas àquela respectiva

causa. O que Marx desenvolve neste ponto, portanto, é que qualquer causa política que queira se estabelecer no Estado como forma de combater uma determinada forma de Estado, é, no mínimo, limitada.

Alguns poderiam citar então o Manifesto do Partido Comunista, de 1848, em que Marx e Engels colocam a questão da tomada do poder político pelo proletariado, como no trecho da sessão II que diz: "O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas" (MARX e ENGELS, 2006, p. 106). Este trecho vem acompanhado de outro na sequência, que são os dez passos que Marx e Engels sugerem, de acordo com a realidade de cada país, para a superação do capital, e lá falam algumas vezes também da tomada do poder político e assunção do Estado.

Apesar de parecerem de compreensão óbvia, duas observações fundamentais se fazem necessárias para a real compreensão destas afirmações. A primeira é que nesta época Marx e Engels ainda não tinham observado nenhuma revolução proletária de perto, como ocorreu meses depois com os levantes de 1848, mas principalmente, como ocorreu na insurreição revolucionária da Comuna de Paris de 1871. Como em tudo o mais no pensamento de Marx, ele parte de uma concepção abstrata a uma concepção concreta no momento em que as próprias lutas de classes – e nela o movimento revolucionário do proletariado – se desenvolvem, desenvolvendo assim a própria concepção marxista³. Foi o que ocorreu quando, após a Comuna de Paris, Marx e Engels escrevem o Prefácio à Edição Alemã de 1872 do Manifesto Comunista, e afirmam:

Embora as condições tenham mudado muito nos últimos 25 anos, os princípios gerais expostos no Manifesto conservam ainda hoje, em seu conjunto, toda a sua exatidão. Certas partes deveriam ser retocadas. O próprio Manifesto explica que a aplicação desses princípios dependerá, sempre e em toda parte, das circunstâncias históricas existentes e que, por conseguinte, não se deve atribuir demasiada importância às medidas revolucionárias enumeradas no fim do segundo capítulo. Esse trecho, em mais de um aspecto, seria redigido atualmente de outro modo. Tendo em vista o desenvolvimento colossal da grande indústria nos últimos 25 anos e os progressos correspondentes da organização da classe operária em

³ Este também é o caso, por exemplo, da concepção de humanismo de Marx, que parte de abstrata a concreta (VIANA, 2014).

partido; tendo em vista, primeiro, a experiência da Revolução de Fevereiro e, depois, sobretudo, da Comuna de Paris, que pela primeira vez permitiu ao proletariado, durante dois meses, a posse do poder político, esse programa está agora envelhecido em alguns pontos. A Comuna demonstrou principalmente que "não basta que a classe operária se apodere da máquina do Estado existente para fazê-la servir a seus próprios fins". (MARX e ENGELS, 2006, p. 80)

Se tomarmos o 18 de Brumário, de 1852 (quatro anos após o Manifesto Comunista), ele também já aponta para a abolição imediata do Estado. Isto é o próprio Marx quem diz, numa carta a Kugelmann de 1871, comentando sobre o 18 de Brumário, ao afirmar:

...se você reler o último capítulo do meu 18 de Brumário verá que ali expresso a seguinte ideia: a próxima tentativa revolucionária na França não deverá ser, como ocorreu até agora, a de fazer mudar de mão o aparelho burocrático-militar, mas sim de esmagá-lo. E é a condição prévia de toda verdadeira revolução popular no continente. É bem isso aliás o que tentam os heróicos camaradas parisienses. Que elasticidade, que iniciativa histórica, que capacidade de sacrifício nos parisienses! (MARX apud TIBLE, 2014, p. 79).

Uma questão que se levanta aí é como Marx pôde num determinado momento falar que tomar o Estado é manter a sociedade atual (nas Glosas Críticas, no 18 de Brumário, entre outros) e num outro momento (próximo a este primeiro) dizer que era necessário a tomada do poder político do Estado (no Manifesto, posterior às Glosas Críticas)? A explicação para isto é justamente a segunda observação necessária para compreender a utilização da palavra Estado em Marx, que é: Marx e Engels utilizavam, até a Comuna de Paris, a palavra "Estado" em determinados momentos num sentido, e em outros momentos em outro. Assim, as concepções de Estado destes autores variaram entre:

1) O que chamavam de "Estado" era uma *organização social* com caráter de classe, e que assim poderia ser:

a) A maior organização social que reproduz a sociedade vigente, e neste sentido, ele é burocrático e capitalista - o "comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa", como afirmam no Manifesto Comunista (MARX e ENGELS, 2006, p. 86), ou "capitalista coletivo ideal", nas palavras de Engels em *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (ENGELS, 1999, p. 117)

b) A maior organização social que combate a sociedade vigente, e, neste sentido, como o Estado representa a dominação de uma classe sobre outra, ele seria o

proletariado organizado de forma generalizada, com o poder político em mãos, na luta contra a burguesia (tal como se vê na tese do Manifesto Comunista).

2) O "Estado" como uma *relação social* onde o poder é exercido (MARX, 2008, 2011b). Neste sentido, falamos não da organização social em si mas das relações que o constituem. Assim, compreenderiam por "Estado" determinadas relações sociais que foram monopolizadas pela organização social Estado (sobretudo, as relações sociais que se manifestam sob forma funcional, como a função repressiva, que no capitalismo é monopólio do Estado burguês). Nas sociedades classistas, estas funções sociais acabam sendo entendidas como "funções de Estado", porque nesta formação social não poderiam ser exercidas fora do controle do Estado⁴.

Quando Marx fala de Estado entendido como 1A (organização social burocrática reprodutora da sociedade vigente), sua perspectiva é sempre a de uma crítica radical (tal como nas Glosas Críticas, no 18 de Brumário, O Capital etc.). Porém, quando entende Estado como 1B, Marx (ressalto novamente, somente enquanto não havia ocorrido a Comuna de Paris) coloca a possibilidade da classe operária assumir o Estado, visando não se constituir como nova classe dominante desta mesma sociedade (e assim reproduzi-la), mas tomar as "funções de Estado" (concepção 2) nas mãos da classe operária para destruir a sociedade capitalista. Ou seja, Marx está utilizando a mesma palavra, "Estado", para expressar duas organizações diferentes: a da reprodução do capitalismo (1A) e a da destruição do capitalismo (1B). É possível percebermos aí uma imprecisão terminológica no autor durante este momento de sua vida (pré-Comuna).

Este "Estado que não é um Estado propriamente dito" (de 1B) não seria conquistado com a eleição de um indivíduo ou grupo de indivíduos oriundos da classe operária, ou, menos ainda, de um indivíduo ou grupo de indivíduos que se dizem representantes da classe operária (como na concepção leninista). "A emancipação da classe operária é obra da própria classe operária", já afirmavam Marx e Engels no próprio

⁴ Cabe aqui destacar que esta separação entre *organização social* e *relação social* quanto ao Estado é apenas uma questão de enfoque da abordagem específica, pois, em uma perspectiva dialética, o Estado é tanto uma organização social (de classe) quanto uma relação social (de classe), e toda organização social é uma determinada forma de relação social. O Estado, inclusive, é primeiro uma relação social que leva à sua constituição como organização social. Por isto illustrei aqui a *relação social* como um ponto 2, e não 1C.

Manifesto Comunista⁵. Isto quer dizer que os trabalhadores não serão libertos por uma vanguarda dirigente, ou pelo intelectual melhor intencionado que seja. Portanto, o "Estado" revolucionário (1B) só seria possível com a totalidade da classe operária se auto-organizando e assumindo as "funções de Estado" em suas mãos, a serviço de sua luta contra o capitalismo. Como no "Estado propriamente dito" (1A) não é possível haver a totalidade de uma classe, mas tão somente seus representantes, apenas as "funções de Estado" (2) podem ser assumidas pela totalidade da classe autodeterminada.

O próprio Marx, em seu *Resumo crítico* ao livro "Estatismo e anarquia", de Mikhail Bakunin, responde o questionamento do anarquista russo "O que quer dizer o proletariado organizado como classe dominante?" da seguinte forma:

Quer dizer que os proletários, em vez de combater individualmente as classes economicamente privilegiadas, adquiriram força e organização suficientes para empregar meios comuns de coerção contra elas; porém, eles só podem empregar meios econômicos que suprimam seu próprio caráter assalariado, portanto seu caráter de classe; com sua vitória total chega ao fim, por conseguinte, sua dominação, uma vez que seu caráter de classe [desapareceu] (MARX, 2012 p. 113).

Ou seja, "o proletariado organizado como classe dominante" (o "Estado" de 1B) é definido pela tomada por parte do proletariado das "funções de Estado" (2), contra o Estado (1A) e a dominação capitalista. Esta concepção de "Estado" de Marx em nada tem a ver com o que se denominou por "Estado proletário" no século 20, em decorrência da assunção do Estado promovida por uma vanguarda bolchevique na Rússia, que leva à instauração da URSS e de seu capitalismo de Estado que serviu de referência para todos os países de pseudossocialismo (Cuba, Vietnã, Coréia do Norte, China etc.). Voltaremos a esta deturpação leninista da concepção de Estado em Marx mais à frente.

Outro trecho deste *Resumo crítico* de Marx ao livro de Bakunin esclarece a questão da totalidade da classe auto-governando, em distinção à imagem comum de que um grupo minoritário de indivíduos governaria sobre a classe operária (interpretação socialdemocrata, leninista e anarquista sobre a concepção de Marx). Trata-se da resposta de Marx ao questionamento do anarquista russo: "Os alemães são aproximadamente 40 milhões de pessoas. Serão, por exemplo, todos os 40 milhões membros do governo?", em que Marx responde: "Certainly! [Certamente!] Pois a questão começa com o autogoverno

⁵ Tese esta que foi reafirmada por estes autores como lema da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) anos mais tarde.

na comuna” (MARX, 2012, p. 113). Aqui Marx já havia passado pela Comuna de Paris (este texto é de 1875, quatro anos após a Comuna) e, portanto, já havia desenvolvido sua concepção e terminologia de “Estado” (1B) para Comuna.

A diferenciação da compreensão de Estado em 1A e 1B é fundamental, pois esclarece diversas confusões a respeito do entendimento de Estado em Marx. É justamente de acordo com esta segunda concepção (1B) de "Estado" que Marx fala na Seção II do Manifesto Comunista, quando ainda não tinha desenvolvido sua concepção de abstrato a concreto do processo revolucionário (isto é, quando não tinha ocorrido ainda a Comuna de Paris). É neste sentido que - voltando ao início do texto, quando comentei do risco de contrarrevolução real no momento de superação do capital (1ª etapa ou fase inferior do comunismo) e das medidas necessárias por parte das forças revolucionárias - Marx fala de tomar o Estado, ou de um "Estado proletário". O entendimento sobre o “Estado proletário”, neste momento específico, é o de que a classe proletária deveria assumir as funções que até então eram monopolizadas pelo Estado, sobretudo a função da repressão, para combater os resquícios da sociedade burguesa que se organizariam em forças contrarrevolucionárias.

Logo, o "Estado" (de 1B) desapareceria quando as "funções de Estado" (de 2) se tornassem socialmente desnecessárias, isto é, quando a sociedade capitalista fosse efetivamente superada. Este último aspecto em específico, do "Estado" (1B) como apenas transitório, é uma ideia que Marx desenvolverá melhor após a Comuna, onde ele não só resolverá esta imprecisão terminológica ("Estado" que não é Estado, mas sim organização Comunal) como também compreenderá que tal organização (na nova terminologia, a Comuna) não é apenas de transição do fim do capital, mas é também o próprio germe da auto-organização dos produtores que será gerido pelo conjunto da sociedade comunista. Portanto, a Comuna é a organização de meio e fim do processo revolucionário.

A superação desta imprecisão terminológica é algo que Marx realiza na Guerra Civil na França, e que Engels deixa evidente numa carta a August Bebel, de 28 de março de 1875, ao colocar:

O Estado popular livre transformou-se no Estado livre. Gramaticalmente considerado, é um Estado livre aquele em que o Estado é livre face aos seus cidadãos, portanto, um Estado com governo despótico. Devia deixar-se cair toda essa conversa acerca do Estado, particularmente a partir da Comuna, que já não era mais nenhum Estado em sentido próprio. O Estado

popular foi-nos atirado à cara pelos anarquistas até à sociedade, apesar de já o escrito de Marx contra Proudhon, e depois o *Manifesto Comunista*, dizerem directamente que com a introdução da ordem socialista da sociedade o Estado se dissolve por si e desaparece. Ora, uma vez que o Estado é, todavia, apenas uma instituição transitória de que, na luta, na revolução, alguém se serve para reprimir pela força os seus adversários, é um puro contra-senso falar de Estado popular livre: enquanto o proletariado *precisar* ainda do Estado, precisa dele não no interesse da liberdade, mas da repressão dos seus adversários e, logo que se puder falar de liberdade, o Estado como tal deixa de subsistir. Proporíamos, por conseguinte, que por toda a parte em vez de *Estado* se pusesse «comunidade» [*Gemeinwesen*], uma boa palavra alemã antiga que pode corresponder muito bem à «Comuna» [*Kommune*] francesa. (ENGELS, 1982a, s/p)

Em uma outra tradução, feita por Yvon Bourdet em seu livro *Pour l'autogestion*, o trecho final deste parágrafo é: "Proponho substituir totalmente a palavra 'Estado' pela boa e velha palavra alemã 'Gemenwessen' (que quer dizer, ao mesmo tempo, comuna, comunidade e comunismo)" (ENGELS apud GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 64).

Engels, sete anos após a Comuna (1878), em seu livro *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, afirma a respeito do Estado:

O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, o capitalista coletivo Ideal. E quanto mais forças produtivas passe à sua propriedade tanto mais se converterá em capitalista coletivo e tanto maior quantidade de cidadãos explorará. Os operários continuam sendo operários assalariados, proletários. A relação capitalista, longe de ser abolida com essas medidas, se aguça (ENGELS, 1999, p. 117)

Esta associação entre a existência do Estado e a exploração capitalista é muito bem apresentada por Engels neste parágrafo. Fica evidente que o processo de estatização, ou aumento da passagem de forças produtivas à propriedade do Estado, mantendo-se as relações de produção capitalistas (salariação, alienação etc.) não representa uma medida socialista (como creem os lassallianos e leninistas), mas tão somente um fortalecimento do Estado e das relações capitalistas.

Voltando ainda à Comuna de Paris, em seu texto *A Guerra Civil na França*, Marx comenta sobre o caráter deste movimento revolucionário que não foi contra uma ou outra forma de Estado, mas contra o Estado em si:

Foi, portanto, uma revolução não contra essa ou aquela forma de poder estatal, seja ela legítima, constitucional, republicana ou imperial. Foi uma revolução contra o Estado mesmo, este aborto sobrenatural da sociedade, uma reassunção, pelo povo e para o povo, de sua própria vida social. Não foi uma revolução feita para transferi-lo de uma fração das classes

dominantes para outra, mas para destruir essa horrenda maquinaria da dominação de classe ela mesma (MARX, 2011a, p. 127).

Em resposta ao manifesto de 18 de março de 1871 do Comitê Central dos “proletários de Paris”, que dizia que os trabalhadores deveriam tornar-se donos de seus próprios destinos, tomando o poder governamental em suas mãos, Marx afirma: "Mas a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins" (MARX, 2011a, p. 54). E complementa:

O poder estatal centralizado, com seus órgãos onipresentes, com seu exército, polícia, burocracia, clero e magistratura permanentes – órgãos traçados segundo um plano de divisão sistemática e hierárquica do trabalho –, tem sua origem nos tempos da monarquia absoluta e serviu à nascente sociedade da classe média como uma arma poderosa em sua luta contra o feudalismo (MARX, 2011a, p. 54).

Portanto, a relação entre meios e fins é aqui destacada por Marx como indissociável. O poder estatal centralizado e o Estado moderno são ferramentas que a burguesia desenvolveu em sua luta contra o feudalismo, ou seja, o Estado é essencialmente burguês porque é historicamente uma unidade entre os meios e os fins da burguesia. Conquanto para os interesses do proletariado, estes não podem “simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins”. É necessário que a classe operária destrua o Estado, esta ferramenta do poder burguês, e edifique em seu lugar outra organização social que seja uma unidade entre os meios e os fins do proletariado: as auto-organizações, a Comuna –e, como surgirá em princípios do século 20, os Conselhos Operários (VIANA, 2008) .

Desta forma, através de uma análise dialética da historicidade do pensamento de Marx, podemos ver que sua concepção de Estado foi a de uma crítica radical que entendia a superação do Estado como parte do processo de superação do capital, até atingir-se a emancipação humana (MARX, 2010). Ao mesmo tempo, Marx parte de uma concepção inicialmente abstrata que previa a necessidade de uma organização social, derivada do processo revolucionário, que tomasse as funções de Estado para assegurar a total eliminação das forças contrarrevolucionárias.

Esta organização social era um "Estado" que não é propriamente o Estado (burguês) - Estado burguês este que seria destruído com a própria generalização da organização (anticapitalista e, logo, antiestatal) e luta proletárias. A denominação desta organização social revolucionária como "Estado" (*Manifesto Comunista*), além de uma concepção abstrata do processo revolucionário (uma vez que nunca tinha visto uma

revolução proletária) representava também uma imprecisão terminológica na concepção de Marx, que abriu brecha para diversas confusões de seus leitores. Com o advento da Comuna de Paris, a primeira experiência de revolução proletária, a concepção de revolução de Marx parte de abstrata a concreta, quando, na *Guerra Civil na França*, ele supera a imprecisão do termo "Estado" para Comuna, e afirma categoricamente que o Estado não deve ser conquistado, mas sim destruído imediatamente pela classe operária em sua luta revolucionária.

Porém, esclarecida a compreensão de Estado no desenvolvimento do pensamento de Marx, é preciso entendermos agora por quais outras razões foi possível o estabelecimento de uma confusão generalizada a respeito da concepção de Marx sobre o Estado. Para isto, passarei agora para as três demais razões mencionadas acima que levaram à instauração da distorção e obscurecimento do pensamento de Marx a respeito do Estado.

A deformação lassalliana

Ferdinand Lassalle (1825-1864) foi um jurista e filósofo hegeliano que exerceu grande influência no movimento socialista alemão na segunda metade do século 19. Considerado o principal defensor do chamado “socialismo de estado” desta época, suas ideias adquiriram adeptos que foram identificados como lassallianos, que possuíam expressão política nas cidades de Leipzig e Berlim, além de terem integrado a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

Lassalle considerava o Estado como uma instituição além das relações de classe, como que pairando sobre a sociedade, e que, assim, era um instrumento metafísico indispensável na busca da justiça e da realização do socialismo. Para ele, o Estado era algo “que pode realizar por cada um de nós aquelas coisas que ninguém poderia conseguir por si mesmo” (DRAPER, 2015, p. 112). Por isto, sua concepção era de que o socialismo é algo que se obtêm a partir do Estado capitalista.

Contudo, Lassalle enxergava que a democracia censitária existente na Alemanha naquela época, que só permitia o direito ao voto aos homens das classes privilegiadas, era um elemento que impedia a ação do Estado que levaria a sociedade ao socialismo. Sua militância se deu, então, para que o voto censitário fosse substituído pelo

sufrágio geral masculino, o que permitiria aos homens das classes desprivilegiadas também participarem do processo eleitoral, e assim, elegerem seus representantes para comporem o Estado. Lassalle manteve relações com o chanceler da Alemanha, Otto von Bismarck, para que tal pleito de voto masculino geral fosse atendido, o que ocorreu em 1866.

Assim, na década de 1860 decorreu esta transição da democracia censitária para a democracia liberal, que possibilitava a participação de indivíduos das classes desfavorecidas nas eleições, e com isto, passaram a surgir os primeiros partidos políticos modernos. Ou seja, somente a partir deste momento histórico a palavra “partido” passou a significar não mais uma *causa política* (como era no sentido que Marx utilizava esta palavra no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, por exemplo), mas sim um partido eleitoral propriamente dito neste contexto.

Em 1863, na cidade de Leipzig, Lassalle funda a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, uma organização que já buscava possuir um caráter de partido político moderno. Esta organização era um dos dois maiores proto-partidos alemães e existiu até 1875, quando se uniu, no Congresso realizado na cidade de Gotha, ao outro grande partido deste país, o Partido Social Democrata dos Trabalhadores (fundado por August Bebel e Wilhelm Liebknecht em 1869 na cidade de Eisenach). Nesta união entre os dois partidos foi criado o Partido Socialista dos Trabalhadores da Alemanha (SAPD, da sigla em alemão), que em 1890 teve seu programa e nome alterado para Partido Social-Democrata da Alemanha (o SPD, da sigla alemã).

Ainda que neste ano de 1875 Lassalle já estivesse morto há quase uma década, o peso das ideias lassallianas ainda era forte no processo de formação do SAPD e na definição de suas concepções do socialismo. O SAPD demarcou não só o nascimento dos partidos políticos modernos de esquerda na Alemanha, como também desencadeou a criação de uma série de Partidos Social Democratas em outros países europeus, que se articularam para construir a Segunda Internacional, em 1889.

Porém, antes mesmo da fundação do SAPD, os lassallianos já possuíam uma expressão dentro do movimento político internacional, a partir de suas posições no interior das conferências da AIT no final dos anos 1860 e início dos anos de 1870. Nesta época, a concepção de Estado de Marx (que ainda possuía a ambiguidade de 1B) foi associada à

noção de socialismo de Estado de Lassalle, tanto pelos adversários de Marx quanto por seus supostos apoiadores, que não dominavam aquela concepção e a distorciam.

Do lado de seus adversários, cabe a Bakunin, em seus confrontos com Marx, a invenção do termo “marxista” de forma pejorativa para se referir justamente às posições estatizantes dos socialistas alemães (de influência lassalliana) no interior da AIT. Marx, por sua vez, diante de igualmente vulgares “marxistas” franceses, dizia que – e isto podemos estender ao suposto marxismo dos lassallianos – se estes são os marxistas, “tudo o que eu sei é que eu não sou marxista” (ENGELS, 1982b, s/p). Ou seja, parte das críticas de Bakunin ao “vanguardismo” ou “defesa das eleições burguesas” que ele atribui a Marx, na verdade, imputavam a Marx posturas dos lassallianos que o próprio Marx criticava⁶.

Do lado de seus supostos apoiadores, a complexidade para se compreender a concepção de Estado de Marx (sobretudo se tomada somente a partir da leitura do Manifesto Comunista, o texto panfleto de Marx que era mais conhecido pelo grande público), somado a diversas nuances – como, por exemplo, Lassalle ter participado da Liga dos Comunistas articulada por Marx e Engels; e de Marx e Engels possuírem contato com os socialistas de Eisenach, como Bebel e Liebknecht, que eram adversários de Lassalle, mas que terminaram por se unir aos seus adeptos na fundação do SAPD – possibilitaram a associação equivocada da percepção do Estado e da revolução em Marx e em Lassalle.

No entanto, diante da expansão da influência de Lassalle com a fundação do SAPD, e do fenômeno consequente de suas ideias de socialismo de Estado passarem a exercer uma influência no movimento socialista dos anos 1870, Marx se posicionou duramente crítico à socialdemocracia pela sua imersão na ideologia lassallianista. Ao contrário de Marx, Lassalle era nacionalista e acreditava que os trabalhadores chegariam ao socialismo através do processo eleitoral do Estado burguês. Marx chegou a chamá-lo de “bonapartista” e acusá-lo de que “sua atitude é a do futuro ditador dos operários” (DRAPER, 2015, p. 113). A concepção de “revolução” de Lassalle apontava para o fortalecimento da divisão social do trabalho, e da separação explícita entre dirigentes e dirigidos dentro das organizações socialistas, o que geraria uma dominação sobre os

⁶ Cf. por exemplo o Resumo Crítico feito por Marx a *Estatismo e Anarquia*, de Bakunin, anexo à *Crítica do Programa de Gotha* (MARX, 2012).

trabalhadores, e, portanto, definitivamente contrariava a tese básica marxista de que a emancipação da classe operária é obra da própria classe operária.

Segundo Marx, a visão de Lassalle, que considerava que a instauração do socialismo se daria “a partir da ‘ajuda estatal’, outorgada às sociedades cooperativistas de produtores, criadas pelo estado, não pelos trabalhadores” (DRAPER, 2015, p. 113), ignorava o elemento fundamental para a realização do processo de transformação revolucionária da sociedade: a classe operária autodeterminada. Esta noção lassallianista teve grande influência dentro do SPD, e chegou até mesmo a exercer uma hegemonia ideológica interna neste partido, o que resultou na definição de seu programa e de sua atuação política.

Apontando tal ausência fundamental, do proletariado como classe revolucionária, que hegemonizava a socialdemocracia, Marx afirma, em sua carta a Bebel, direcionada a toda a direção do Partido Social-Democrata alemão, de 18 de setembro de 1879:

Há quase 40 anos colocamos em primeiro plano a luta de classes como o motor da história e, especialmente, a luta de classes entre burguesia e proletariado, como a grande alavanca da revolução social moderna. É-nos impossível, portanto, caminharmos juntos com pessoas que querem suprimir esta luta de classes do movimento. Quando fundamos a Internacional formulamos em termos claros seu grito de guerra: “*a libertação da classe operária será obra da própria classe operária*”. Não podemos evidentemente caminhar com pessoas que declaram aos quatro cantos que os operários são muito pouco instruídos para poder emancipar a si mesmos, e que só a partir de cima eles podem ser libertados, pelas cúpulas, pelos filantropos burgueses e pequeno-burgueses. Se o novo órgão do partido toma uma atitude que corresponda às ideias destes senhores, se essa orientação é burguesa e não proletária, não nos restará mais nada a fazer, por mais lamentável que seja, do que declarar abertamente nossa oposição e romper a solidariedade da qual demos prova até agora, na qualidade de representantes do partido alemão no exterior (MARX, 2014 p. 229)

Esta crítica que realiza Marx se encontrava no contexto da emergência das ideologias socialdemocratas de que o socialismo não só se daria através do Estado, que seria “conquistado” com a eleição de representantes deste partido, como também tais representantes iriam agir como guias dos trabalhadores no processo revolucionário, uma vez que os mesmos seriam incapazes de libertarem a si mesmos, segundo tal ideologia. Esta ideologia socialdemocrata é algo que certamente possui suas raízes no lassallianismo, porém, foi além dele e assumiu outras formas, que igualmente distorceram a visão da

revolução em Marx, que acrescentaram outros elementos – elementos estes que serão discutidos adiante.

Engels e a consolidação da socialdemocracia

Mesmo com as críticas de Marx à noção de socialismo de Estado de Lassalle, que enxergava na via eleitoral e na conseqüente inserção democrática no Estado burguês uma forma de construção do socialismo, o marxismo ainda foi associado ao lassallianismo. Isto se deveu a, ao menos, duas razões centrais que pretendo aqui destacar. A primeira foi a posição eleitoralista de Engels após a morte de Marx, e a segunda foi a hegemonia que se criou do Partido Social Democrata da Alemanha dentro do movimento socialista nas décadas de 1880 a 1910, e, neste processo, a instauração dos primeiros “intérpretes canônicos” do marxismo.

Friedrich Engels foi o maior companheiro de vida de Karl Marx, e durante os quase quarenta anos que conviveram, escreveram e militaram juntos, praticamente *parece* não haver distinção entre seu pensamento e o de seu velho amigo. Esta aparência é tão forte que até os dias atuais muitos não conseguem dissociar Marx de Engels, e acreditam que ambos autores compartilhavam exatamente das mesmas perspectivas sobre tudo. Porém, se esta é uma afirmação problemática ao considerarmos as posições destes autores enquanto os dois eram vivos, certamente é ainda mais problemática quando observamos as posturas de Engels após a morte de Marx, entre 1883 e 1895.

Em sua vida, Marx pouco participava do SAPD, oferecendo um apoio restrito a tal organização, mas exercendo ainda mais um papel de crítico das concepções problemáticas do partido⁷. Engels esteve diretamente envolvido com a mudança do SAPD para SPD em 1890, e com a criação da Segunda Internacional em 1889. Com o processo de exportação do modelo do Partido Social-Democrata da Alemanha para os partidos políticos de outros lugares do mundo, estas organizações se juntam e fundam em Paris a Segunda Internacional, que, diferente da AIT, era uma internacional de partidos políticos modernos.

⁷ Engels, em carta a Bebel, afirma: “As pessoas chegam a imaginar que comandamos daqui a história inteira, enquanto você sabe tão bem quanto eu que quase nunca nos envolvemos [Marx e Engels - MA] nos assuntos do partido e, quando o fizemos, foi apenas para corrigir, na medida do possível, os erros que haviam sido cometidos e, ainda assim, apenas os erros teóricos” (ENGELS, 2012a, p. 57)

Como as leis antissocialistas outorgadas por Bismarck em 1878 tinham colocado os partidos social-democratas na ilegalidade na Alemanha, os social-democratas se mantiveram participando das eleições não como partido organizado, mas como candidatos isolados que, ao serem eleitos, passavam a formar uma bancada social-democrata no parlamento alemão. Desta forma, até 1890, quando estas leis caíram, a social-democracia já representava o maior partido da Alemanha e contava com uma grande quantia de deputados. Houve, neste período de clandestinidade, um processo de grande penetração do SPD nas classes trabalhadoras, o que levou este partido a se tornar a maior organização de esquerda da Europa do final do século 19.

No entanto, ocorre também neste período o processo de burocratização do Partido Social-Democrata, na medida em que ele passa a se aquartelar na máquina do Estado burguês, e para sustentar tal situação, torna-se cada vez mais distante de uma perspectiva revolucionária. Engels participou de todo este processo de consolidação da socialdemocracia e, evidentemente, aproximou-se cada vez mais da noção da conquista eleitoral do Estado capitalista que o SPD defendia⁸.

Em que pese Engels ter escrito durante toda sua senilidade contra a influência lassalliana dentro do SPD e SAPD, ele próprio assimilou parte do reformismo lassallianista. Para Engels, o grande problema da ideologia estatizante de Lassalle era o seu oportunismo, que considerava a penetração dos socialistas no Estado como *via única* para se alcançar o socialismo. Engels respondia que a condição para a unificação do partido deveria ser que os lassallianos “renunciassem à panaceia universal da assistência estatal, ou ao menos que a reconhecessem apenas como uma medida transitória e secundária, entre tantas outras possíveis” (ENGELS, 2012a, p. 52).

Ou seja, para Engels o problema dos lassallianos não era sua pretensão eleitoral de tomada do Estado para a realização do socialismo, mas a de achar que esta seria a única via possível para isto. Por sua vez, Engels defendia que tomar o Estado pela via eleitoral era uma das formas de se alcançar o socialismo, mas não a única (ou, talvez, nem a mais importante). Acontece que, após a morte de Marx, a importância dada por Engels à política

⁸ Refiro-me às camadas dirigentes do SPD, pois este partido também possuía fortes oposições internas, como a de Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek, que pautavam a perspectiva marxista de autoemancipação proletária em oposição ao eleitoralismo. Engels, ao final de sua vida, esteve muito mais próximo destas camadas dirigentes e reformistas do SPD do que das tendências oposicionistas dentro do partido.

eleitoral se tornou cada vez maior, enquanto suas objeções à possibilidade de uma revolução violenta pelo proletariado eram cada vez mais crescentes também.

Em 1891, quando o antigo Programa de Gotha do SAPD já não contentava mais os planos do SPD, este partido realiza na cidade de Erfurt um congresso para criar um novo programa para a socialdemocracia alemã. A partir do documento elaborado neste congresso, Engels escreve sua Crítica do Programa de Erfut, fazendo sugestões para que o SPD pudesse modificar seu documento guia. Além de apontamentos específicos, uma passagem em especial deste texto de Engels nos chama a atenção para observarmos a sua nova perspectiva a respeito do Estado.

Engels afirma que

Pode conceber-se que a velha sociedade possa crescer pacificamente para a nova em países onde a representação popular concentre em si todo o poder, onde constitucionalmente se possa fazer o que se quiser desde que se tenha atrás de si a maioria do povo: em repúblicas democráticas como a França e a América, em monarquias como a Inglaterra, onde a iminente abdicação da dinastia a troco de dinheiro [*Abkaufung der Dynastie*] é diariamente falada na imprensa e onde essa dinastia é impotente contra a vontade do povo (ENGELS, 1982c, s/p)

Na Alemanha, por outro lado, onde o governo central exerceria um monopólio do poder, e assim o *Reichstag* (parlamento) não teria poder efetivo, a transformação democrática da sociedade capitalista seria algo mais difícil. Com este parecer, Engels afirmava a *possibilidade* de mudança do capitalismo a partir da forma pacífica de assunção eleitoral ao Estado. Ele coloca, porém, que é uma possibilidade relativa ao contexto político de cada país, e, portanto, não via, neste momento, o processo eleitoral como uma medida universalmente válida.

Um ano após isto, em 12 de novembro de 1892, Engels envia uma carta a Paul Lafargue (genro de Marx), ainda sem publicação em língua portuguesa, onde coloca as seguintes palavras:

Você percebe agora que arma incrível vocês na França tiveram em suas mãos por quarenta anos de sufrágio universal, se ao menos as pessoas soubessem como usá-la! É mais devagar e enfadonho do que o chamado para a revolução, mas é dez vezes mais certo, e o que é ainda melhor, indica com a mais perfeita precisão o dia em que o chamado para uma revolução armada tenha de ser feito. Há ainda dez probabilidades contra uma de que o sufrágio universal, habilmente utilizado pelos trabalhadores,

levará os governantes a abandonar a legalidade, isto é, colocando-nos na posição mais favorável para fazer a revolução⁹ (ENGELS, 2010, p. 56)

Engels manifesta nesta carta que a política eleitoral passou a ser o caminho mais preciso e seguro para se alcançar um momento adequado para a revolução social. Ele adverte que esta política seria uma ferramenta valiosa para os socialistas na França, caso os trabalhadores soubessem aproveitar o sufrágio universal, tal como estariam fazendo os alemães com o Partido Social-Democrata. É visível nesta sua fala o quanto o eleitoralismo já ocupava um lugar de destaque em sua concepção de revolução, e de que o Estado não só poderia, como provavelmente deveria ser tomado pelos representantes dos trabalhadores organizados em partido.

A concepção estatista e eleitoralista de Engels, no entanto, fica ainda mais explícita em um dos últimos textos que escreveu em sua vida, o Prefácio de 1895 à obra *As lutas de classe na França*, de Marx. Em sua análise neste texto, Engels avalia que as formas de luta pela revolução devem se alterar de acordo com a mudança da própria conjuntura. Por isto, conclui Engels, os levantes insurrecionais de 1848 e de 1871 já não encontram mais condições de possibilidade de se realizarem no pós-Comuna, e a forma principal de luta pelo socialismo e foco privilegiado da luta de classes teria migrado da sublevação armada do proletariado para a disputa eleitoral dos socialistas na máquina do Estado.

Revisando a importância da conquista do voto no *Manifesto Comunista*, Engels coloca que, à revelia da intenção de Bismarck de legalização do sufrágio masculino geral para cooptação da luta proletária, os trabalhadores alemães elegeram Bebel para o parlamento, e demonstraram a todos os países que a inserção dos socialistas nas eleições era um caminho para a emancipação humana:

E a partir daquele dia eles se valeram do direito de votar de forma tal que lhes trouxe um retorno milhares de vezes maior e que serviu de modelo para os trabalhadores de todos os países. Nas palavras do programa marxista francês, o direito de voto foi por eles *transformé, de moyen de duperie qu'il a été jusqu'ici, en instrument d'émancipation* – transformado de meio de fraude, como foi até agora, em instrumento de emancipação (ENGELS, 2012b, p. 19)

⁹ “Do you realise now what a splendid weapon you in France have had in your hands for forty years in universal suffrage; if only people had known how to use it! It's slower and more boring than the call to revolution, but it's ten times more sure, and what is even better, it indicates with the most perfect accuracy the day when a call to armed revolution has to be made; it's even ten to one that universal suffrage, intelligently used by the workers, will drive the rulers to overthrow legality, that is, to put us in the most favourable position to make the revolution”

Os elogios que Engels realiza às eleições se dão de forma sempre manifesta como um elogio ao *sábio uso* que os trabalhadores alemães deram ao voto. Assim, Engels coloca que “Graças à inteligência com que os operários alemães souberam utilizar o sufrágio universal, implantando em 1866, o crescimento assombroso do partido aparece em cifras indiscutíveis aos olhos do mundo inteiro” (ENGELS *apud* CCI, 2004, s/p). Logo, o crescimento quantitativo do Partido Social-Democrata representava também, na lógica de Engels, um fortalecimento da luta operária. Luta esta que já não se daria mais como historicamente os trabalhadores haviam efetuado aquele momento, mas sim em um novo formato: “Porém com este eficaz emprego do sufrágio universal entrava em ação um método de luta do proletariado totalmente novo, método de luta que se seguiu desenvolvendo rapidamente” (ENGELS *apud* CCI, 2004, s/p).

Para Engels, os trabalhadores puderam perceber que “as instituições estatais nas quais se organizava a dominação da burguesia ofereciam novas possibilidades à classe operária para lutar contra essas mesmas instituições” (ENGELS *apud* CCI, 2004, s/p). Seu balanço daquelas três décadas de sufrágio estendido às classes trabalhadoras era o de que a burguesia havia passado a temer mais as organizações e ações legais do Partido Social-Democrata, do que a ação clandestina da classe operária, e isto, portanto, representava o grande avanço, em sua perspectiva, do movimento do proletariado:

E se tomou parte nas eleições às diretas provinciais, nos organismos municipais, e os tribunais de artesãos, se disputou a burguesia cada posto, e na distribuição das funções, uma parte suficiente do proletariado mesclava com sua voz. E assim se deu o caso de que a burguesia e o Governo chegassem a temer muito mais a atuação legal que a atuação ilegal do partido operário, mas os êxitos eleitorais que os êxitos insurrecionais (ENGELS *apud* CCI, 2004, s/p).

Seguramente podemos afirmar que a ênfase nas eleições jamais foi uma perspectiva revolucionária para Marx, em todas suas obras e em sua militância política, sendo esta concepção eleitoralista algo específico de Engels em sua senilidade, convertido em um ideólogo representante da burocracia social-democrata. Não só na concepção política, mas também do ponto de vista do método, Engels se distancia profundamente de Marx com sua ideologia positivista de dialética da natureza (ENGELS, 1979), algo completamente contraditório com a perspectiva marxista.

O velho Engels, portanto, já não expressava mais uma concepção marxista acerca do Estado e da revolução social, assumindo um reformismo eleitoral que não só

deformou a perspectiva de Marx, como também abriu caminho para a emergência de novas deformações desta perspectiva, como a mais consagrada dentre elas, a leninista. É sobre esta distorção do pensamento marxista que trataremos a seguir.

A deformação leninista

Diferente de como fiz até aqui com nossos demais autores tratados, para aprofundar na deformação leninista do pensamento de Marx a respeito do Estado, retomarei diversos aspectos do pensamento político de Lênin que influenciam na constituição da concepção de Estado do dirigente bolchevique, para expor suas diferenciações com relação a Marx. Vladímir Ilyich Ulyanov (1870-1924), mais conhecido pela alcunha de Lênin, é considerado por muitos como o maior continuador e desenvolver das ideias de Marx e Engels.

Ainda jovem, sai da Rússia, onde já havia se aproximado de algumas ações de caráter socialista, e realiza seus primeiros contatos diretos com a social-democracia alemã em 1895, quando passou por regiões como Londres, Suíça e Munique. Sua militância política se desenvolve com maior intensidade na Rússia czarista quando é fundado, em 1898, o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), que anos depois se dividiu em duas facções maiores, a Bolchevique e a Menchevique, cada qual com divisões internas, entre outros grupos políticos de cunho socialista na Rússia. Este partido foi criado tanto em oposição aos populistas russos (que defendiam que, devido à situação feudal da sociedade russa, a única revolução possível naquele contexto seria uma revolução camponesa), quanto como parte do processo de exportação do modelo partidário da socialdemocracia alemã para o resto do mundo.

A cisão entre bolcheviques e mencheviques, ocorrida no II Congresso do POSDR, em Londres, em 1903, gerou acusações entre estes dois grupos. De um lado, os bolcheviques acusavam seus adversários de serem reformistas e oportunistas sem disciplina. Do outro lado, os mencheviques denunciavam Lênin como um déspota e autocrata. Uma ironia histórica é que, no geral, ambos estavam certos (salvo algumas exceções mencheviques). A posição que defendo aqui é a de que existem três fases discursivas na concepção política de Lênin, sendo que a primeira e a terceira expressam seus interesses reais, e a segunda representa uma dissimulação dos reais interesses do

dirigente bolchevique. Assim, Lênin parte de uma concepção do vanguardismo e combate ao “espontaneísmo”, expressos explicitamente em 1902; a uma defesa *meramente discursiva* dos soviets e da “autonomia” proletária, manifesta em 1917; e por fim, a uma retomada discursiva dos elementos defendidos inicialmente (e que nunca foram abandonados na prática) do vanguardismo, do centralismo e de uma nova eliminação ideológica e física de seus opositores e antagonistas. Durante todas estas fases, porém, em suas mutações discursivas sempre esteve conservado o caráter burocrático da defesa da tomada violenta do Estado como o caminho de realização do socialismo.

No entanto, antes de prosseguir nesta toada, devo apontar algumas questões. Para melhor compreendermos a participação política de Lênin no POSDR é preciso conhecermos melhor antes as relações que ele possuía com a própria social-democracia alemã. Aquilo que o velho Engels via como uma demonstração do avanço do movimento operário na Alemanha, o Partido Social-Democrata alemão, foi o responsável por lançar ao estrelato do movimento socialista internacional figuras políticas quase reacionárias.

Lassalle foi uma grande inspiração para alguns destes intelectuais do partido, como Eduard Bernstein, o ideólogo do socialismo estatal evolutivo pela via do reformismo, do qual Rosa Luxemburgo foi uma ferrenha crítica, que chegou até mesmo a escrever uma biografia do fundador do lassallianismo. De uma forma mais indireta, a influência de Lassalle se dava em todos os grandes dirigentes do SPD, e, entre eles, Karl Kautsky.

Considerado como o “guardião da ortodoxia” do “marxismo”, Kautsky era tido quase que universalmente como o melhor conhecedor da obra de Marx e Engels. Era o intelectual mais consagrado da Segunda Internacional e de seu maior partido, o Partido Social-Democrata da Alemanha, uma espécie de grande “mestre” e “professor” do socialismo nestas organizações. Lênin, herdeiro e tributário que era da ala dominante do SPD e da Segunda Internacional, bebeu por mais de uma década na fonte do kautskismo, a lente de onde ele vislumbrava o que seria o marxismo.

E mesmo quando Lênin renega Kautsky – em razão de seu voto favorável pelo SPD à aprovação dos créditos de guerra em 14 de agosto de 1914, e de sua postura a favor do imperialismo – o dirigente bolchevique mantém aspectos chaves da ideologia de Kautsky como elementos estruturais da concepção leninista a respeito do Estado, do movimento operário e da revolução social. Na medida em que Lênin passa a chamar

Kautsky de renegado, significa que ele já seguiu as palavras deste e deu vênias a seu antigo mestre. Para analisarmos esta influência do kautskismo na constituição do pensamento de Lênin, devemos recuperar aquela que é talvez a obra mais básica deste autor: *Que Fazer?*

Publicada em 1902, o texto de Lênin *Que Fazer?* é uma referência homônima à obra de 1863 do escritor russo Nikolay Chernyshevsky, de quem Lênin era um admirador. Porém, a centralidade das ideias esboçadas nesta obra tem como grande influência o pensamento de Kautsky. Neste texto, Lênin cita vastamente de forma elogiosa Kautsky, mas também em 1913, no seu texto *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*, ele repete copiosamente diversas afirmações de Kautsky, o que reafirma a longevidade da influência deste autor no bolchevique.

Lênin escreve *Que Fazer?* dedicado a combater o que ele identifica como espontaneidade do proletariado. Em contraposição, ele defende a tese da necessidade de um partido de vanguarda para dirigir o movimento dos trabalhadores rumo à revolução. Tal autor pregava a existência de uma liderança (entenda-se, burocracia) forte com total controle sobre o partido. Um primeiro aspecto de similaridade destes autores é que a campanha empreendida por Lênin contra a espontaneidade do proletariado é algo que ele herda de seu mentor Karl Kautsky. A crítica à espontaneidade do proletariado é um princípio que assume o lugar de pressuposto fundamental do leninismo.

Para Lênin, “o desenvolvimento espontâneo do movimento operário resulta justamente na subordinação à ideologia burguesa” (LÊNIN, 1979, p. 31), uma vez que o máximo que o movimento espontâneo do proletariado poderia alcançar é a consciência do sindicalismo (*Nur-Gewerkschaftlerei*), o que ainda estaria preso à escravidão ideológica dos operários pela burguesia. Lênin, como melhor desenvolverei adiante, confunde a ação espontânea autêntica do proletariado com a reação cotidiana e alienada do operariado como classe-em-si. É a confusão entre autonomia e automatismo da classe operária em seu processo de luta.

Assim, citando diretamente Kautsky, Lênin afirma como “palavras profundamente justas e significativas de K. Kautsky” (LÊNIN, 1978, p. 30) a seguinte passagem do dirigente social-democrata:

A consciência socialista de hoje não pode surgir senão à base de um profundo conhecimento científico. (...) Ora, o portador da ciência não é o proletariado, mas os *intelectuais burgueses* (o grifo é de K. K.): foi do cérebro de certos indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo

contemporâneo, e foram eles que o transmitiram aos proletários intelectualmente mais evoluídos, que o introduziram, em seguida, na luta de classe do proletariado onde as condições o permitiram. Assim, pois, a consciência socialista é um elemento importado de fora (*von Aussenhineigetranses*) na luta de classe do proletariado, e não algo que surgiu espontaneamente (*urwüchsig*). Também o antigo programa de Heinfeld dizia, muito justamente, que a tarefa da social-democracia é introduzir no proletariado (literalmente: preencher o proletariado com) a consciência de sua situação e a consciência de sua missão. Não seria necessário fazê-lo se essa consciência emanasse naturalmente da luta de classe (KAUTSKY, *apud* LÊNIN, 1978, p. 31).

Se a consciência socialista não pode surgir a partir do próprio proletariado, conclui Kautsky e endossa Lênin, é preciso realizar uma união do movimento operário (o ser revolucionário) com o socialismo (a consciência revolucionária). E quem é que poderia realizar, promover tal união? Os intelectuais do partido, que, tal como nenhum outro, podem fazer os operários extrapolar seus próprios limites existenciais de alcance de consciência – consciência esta que lhes seria dada exteriormente por tais intelectuais. Outro aspecto peculiar desta passagem, é a noção de que o socialismo é um produto intelectual produzido de fora da luta de classes, e que é introduzida nela a partir dos intelectuais burgueses que se identificam com o movimento proletário.

De forma muito semelhante, Lênin coloca que

A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários etc. Quanto à doutrina socialista, nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais. Os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam eles próprios, pela sua situação social, aos intelectuais burgueses. Da mesma forma, na Rússia, a doutrina teórica da social-democracia surgiu de maneira completamente independente do crescimento espontâneo do movimento operário; foi o resultado natural, inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas (LÊNIN, 1978, p. 24-25).

Assim, enquanto Marx fala da existência dos representantes intelectuais de determinadas classes (burguesia ou proletariado), o que logo remete à impossibilidade da independência destes intelectuais com tais classes, por expressarem seus interesses, Lênin crê na separação e independência dos intelectuais socialistas com relação à classe operária. Isto seria possível, para Lênin, em parte devido à sua concepção positivista que via no socialismo uma ciência que poderia ser acessada pelos intelectuais independente de seu vínculo de classe, e em parte, devido à sua noção também positivista a respeito da relação

ser e consciência, como retomarei mais adiante. Convém destacar, mais uma vez, que também estes traços do pensamento de Lênin são tomados a partir da concepção de Kautsky.

Se, para Marx e para o marxismo, o papel dos intelectuais revolucionários é levar elementos de cultura revolucionária para acelerar a passagem da classe operária de determinada pelo capital (classe-em-si) para autodeterminada (classe-para-si) – ou seja, incentivar e fortalecer o desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado, entendendo que ela só pode ser desenvolvida pelos próprios operários em sua luta revolucionária –, para Kautsky e Lênin o papel dos intelectuais revolucionários é introjetar, de fora para dentro dos operários, a consciência revolucionária nestes, pois os mesmos são incapazes de, jogados à própria sorte, alcançar a consciência revolucionária – chegando, no máximo, à consciência sindicalista, concluem Kautsky e Lênin.

Além de uma negação política fatal do marxismo, esta ideologia representa também uma negação do método dialético materialista. Conforme Marx e Engels afirmam na obra *A Ideologia Alemã* – que, por ter sido publicada somente em 1933, Lênin não a conheceu – “A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein]” (MARX e ENGELS, 2007, p. 94). Portanto, há uma relação indissociável entre *ser* e *consciência* para o marxismo, de forma que toda consciência é a consciência de um ser, e todo ser é um ser consciente. Na medida em que Kautsky e Lênin defendem que a consciência revolucionária do proletariado não tem como ser o próprio proletariado revolucionário (incapazes de atingirem tal consciência, a sua própria consciência, do proletariado quando se autodetermina), mas que aquela consciência é exterior a ele, rompem bruscamente com a concepção dialética a respeito da consciência como ser consciente.

Diametralmente oposto a como defendiam Kautsky e Lênin, para Marx a consciência revolucionária do proletariado é sempre a consciência do *ser proletário em seu dever*, em seu processo de autodeterminação e autoemancipação. É uma consciência que não pode vir de fora dele, mas deles próprios em seu próprio processo de luta radicalizada (que vá à raiz da sociedade capitalista), pois “o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX e ENGELS, 2007, p. 94).

Ou seja, o que os intelectuais revolucionários podem fazer é, através do desenvolvimento da teoria revolucionária, antecipar a consciência revolucionária que é, inexoravelmente, do ser proletário autodeterminado, e não externa a ele, não do intelectual que formula em pensamento complexo tais ideias. Os proletários revolucionários não desenvolvem a consciência dos intelectuais (burgueses, como queria Kautsky, ou revolucionários, como identifica Lênin), mas sim a consciência do próprio proletariado em sua forma revolucionária, e não mais alienada ou hegemônica pela burguesia.

A social-democracia, considerada a detentora da consciência socialista, historicamente promoveu não uma união com o ser do movimento operário, mas sim com o capital e a burguesia. O bolchevismo, por sua vez, repetindo os moldes da socialdemocracia, do qual é herdeiro, e também considerado o “legítimo” detentor da consciência socialista, realizou não a união com o ser do movimento proletário, mas sim com o capital e a burocracia (sindical e partidária, convertida em burocracia estatal).

A inovação de Lênin com relação a Kautsky é, tomando esta ideologia da nulidade operária de seu mestre renegado, acrescentar que o sujeito revolucionário autodeterminado é a *vanguarda* do partido (enquanto o proletariado é revolucionário apenas e eternamente em potência, sendo esta potência realizada justamente quando manejada pela vanguarda do partido), que, de forma exclusiva, acessa a ciência socialista e, logo, é a única capaz de *dirigir* os proletários rumo ao socialismo. Como bem ilustrou Barrot, a vanguarda leninista milita “para unir esses dois monstros metafísicos que são ‘um movimento operário espontâneo, despojado de toda teoria’ e uma consciência socialista desencarnada” (BARROT, 2014, p. 106-107).

O marxismo, para aqueles que não o distorcem, não enxerta uma consciência no movimento operário, mas apenas fornece aos proletários ideias sistemáticas sobre a luta de classes que possibilitam um conhecimento mais preciso e uma reflexão mais profunda acerca da realidade capitalista. Este procedimento do marxismo não combate a espontaneidade do proletariado, mas a desenvolve a níveis de maior radicalidade, o que contribui com a aceleração do desenvolvimento pelo próprio proletariado de sua consciência revolucionária e de sua luta em direção à derrocada fatal do capitalismo (VIANA, 2008).

Outro aspecto fundamental do leninismo e seus derivados (trotskista, stalinista, maoísta etc.), e que é um dos traços da mentalidade burocrática, é a concepção de que os problemas do mundo são problemas de direção. Como a questão da direção assume a problemática máxima para Lênin, este desenvolve sua ideologia da vanguarda bolchevique, que, segundo tal autor, é “o único capaz de discernir o interesse geral da classe operária acima de todas as suas divisões em camadas diversas” e “o único capaz de analisar permanentemente a situação e formular palavras de ordem adequadas” (BARROT, 2014, p. 108-109).

Esta vanguarda leninista deve ser tão disciplinada e separada da classe trabalhadora que seria composta por “revolucionários profissionais” (LÊNIN, 1978). Lênin toma tal tese não de Marx, mas de Auguste Blanqui, que foi, entre outros socialistas utópicos franceses, duramente criticado por Marx. A vanguarda de dirigentes deveria impor a todo o partido uma disciplina de ferro, que deveria também disciplinar o conjunto dos trabalhadores, no sentido de permitir o total controle da vanguarda sobre a classe operária.

Dáí então a ideologia do centralismo-democrático que propõe para a organização interna do partido, mas que uma vez conquistando o Estado, estende-se para todo o conjunto da sociedade. O centralismo-democrático não era um misto de “centralismo” e “democracia”, mas sim um sistema de alternância entre democracia (liberada de anos em anos a cada congresso) e centralismo (vigente por todo o restante do tempo). O “centralismo”, inclusive, é o que vem primeiro na obra de Lênin (em 1902), com o “democrático” sendo acrescentado, de forma ornamental, apenas em 1906, no 4º Congresso do POSDR.

Obviamente que nem só de similitudes com a social-democracia vive o leninismo. Lênin se diferencia da socialdemocracia alemã por defender a substituição do Estado burguês pelo Estado “proletário” não pela via da eleição, mas por meio da ação violenta – e, mais especificamente, a ação violenta no formato de um golpe de Estado – o que tornava sua perspectiva leninista uma expressão da burocracia radicalizada (que na social-democracia já havia cedido completamente à burocracia pacifista e reformista).

Estes elementos de que tratei até aqui são a base do pensamento de Lênin e do leninismo, mas que, na realidade, constituem uma primeira e última fase do pensamento

político de Lênin, desde a sua inserção no movimento socialista internacional. A fase intermediária de sua perspectiva, porém, é aquela que tratou de, discursivamente, dissimular seus interesses reais de classe (burocrática), em função da simulação dos interesses de classe dos proletários, em razão da agitação do movimento operário na Rússia. Este é o caso dos seus escritos do livro *O Estado e a Revolução*.

Em 1918, Lênin publica esta obra, que recorre constantemente a Engels para retomar deste a tese de que o Estado em geral não é eliminado pelos trabalhadores, e sim que o Estado burguês é “extinto” pelo processo revolucionário, enquanto o Estado proletário “definha” quando sua utilidade repressiva se torna desnecessária. Segundo Lênin – que até hoje é considerado por muitos como uma espécie de *libertário* neste livro – “O proletariado necessita do poder de Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência tanto para reprimir a resistência dos espoliadores como para *dirigir* a imensa massa da população, o campesinato, a pequena-burguesia, os semiproletários, na prática da “organização” da economia socialista” (LÊNIN, 2017, p. 49).

O grande dirigente bolchevique é explícito, novamente, na sua concepção *dirigista* da revolução: o comitê central dirige o partido, que dirige a classe operária, que dirige as demais classes trabalhadoras. E tudo isto representaria, ao mesmo, uma “organização” da economia socialista, ou seja, aquilo que para Marx representaria a primeira fase do comunismo. Lênin, em outra passagem, afirma que “buscando o socialismo, estamos convencidos de que ele vai se transformar em comunismo” (LÊNIN, 2017, p. 106-107). Ou seja, o que Marx entende como primeira fase do comunismo, Lênin entende como socialismo, um tipo de sociedade transitória ao comunismo “propriamente dito” (que seria, em Marx, nada menos que a segunda fase do comunismo). Esta invenção de Lênin do socialismo como transição ao comunismo, algo inexistente em Marx, é algo que aponta para diversos limites da concepção leninista de socialismo e comunismo, da qual retomarei mais adiante.

Em que pese a concepção dirigista do leninismo, anteriormente ao golpe de Estado de outubro de 1917, todas as grandes ações do proletariado russo sempre estiveram além do controle bolchevique. Diante da eclosão da auto-organização operária denominada de *Soviete* (palavra russa equivalente a *Conselho Operário*), durante a revolução russa de 1905, a reação de Lênin foi a da desconfiança, afirmando que os soviets

não eram “nem um parlamento operário nem um órgão de autogoverno proletário” (BARROT, 2014, p. 109), atitude esta muito reveladora da postura burocrática (kautskista e leninista) de descrença da criatividade proletária e de receio de tudo aquilo que não é dirigido pelo partido.

Em verdade, os dirigentes bolcheviques estiveram sempre atrasados com relação às tarefas e atividades históricas de que executavam os proletários auto-organizados. Quando estoura a revolução russa em fevereiro de 1917, Lênin estava fora da Rússia – assim como a maioria dos dirigentes bolcheviques, presos ou exilados pelo czarismo –, tendo retornado a este país em abril daquele ano. A aproximação de Lênin dos acontecimentos revolucionários na Rússia do início de 1917 o obriga a abandonar suas próprias teses de *Que Fazer?*, que já tinham o feito desconhecer completamente o surgimento espontâneo da auto-organização operária de 1905, na medida em que ele se agarrava a tais teses. Esta segunda fase da percepção do Estado para Lênin, demarcada pela sua obra *O Estado e a Revolução*, logo seria descartada, uma vez que, ao chegar ao poder, ele retoma suas teses originais de 1902.

Tanto na revolução russa de 1905 quanto na de fevereiro de 1917, os bolcheviques foram arrastados pelos soviets, e não os dirigiam na luta pelo socialismo. Em 1905, os bolcheviques sequer compreenderam o fenômeno espontâneo dos soviets. Anos depois, Lênin, propagandista oportunista que era, passou a elogiar os soviets, quando estes já haviam se lançado ao enfrentamento contra o czarismo e o capital, em sua demagógica frase, pronunciada nas *Teses de Abril* de 1917, “todo poder aos soviets” – para logo em seguida, como um dos primeiros atos da administração bolchevique pós-golpe de Estado no interior da revolução, em princípios de 1918, assegurar o esvaziamento dos soviets com seu processo de burocratização e subordinação aos sindicatos, que, por sua vez, eram correias de transmissão do partido bolchevique, que também por sua vez, era inteiramente suplantado pelo comitê central do partido.

Esta ideologia do substitucionismo leninista encontra respaldo em brechas dadas pelo velho Engels, da qual são para Lênin como um evangelho, em suas concepções estatistas de canalização da luta de classes não no movimento operário, mas na ação dos representantes do partido socialista e no Estado. Assim, a tese de que um comitê dirigente

ativo atuaria sobre as massas trabalhadoras nada tem de marxista, mas lembra organizações revolucionárias burguesas, como as jacobinas e blanquistas.

Todos os elementos apontados até aqui já representam deformações imensuráveis do pensamento de Marx. E até aqui, só tratamos da ideologia leninista antes da tomada do Estado. Se tomarmos as atitudes e discursos de Lênin após sua instalação na máquina estatal, ainda mais contradições surgem para nossa análise. Como não é o objetivo do presente texto esgotar todas elas, retomarei brevemente apenas alguns aspectos finais destas contradições para concluir esta comparação entre os autores.

O 10º Congresso do Partido Bolchevique, em 1921, foi marcado como o momento em que se proibem as oposições à perspectiva leninista dominante no bolchevismo. Enquanto enfrentava as críticas do grupo Oposição Operária e eclodia a Revolta de Kronstadt, Lênin afirma que “Perdemos tempo discutindo e devo dizer que agora é muito melhor ‘discutir com os fuzis’ do que com as teses preconizadas pela oposição. Não é preciso mais oposição, camaradas, este não é o momento!” (LÊNIN *apud* BETTELHEIM, 1976, p.361), e que “Creio que o congresso deverá chegar à conclusão (...) de que a oposição está acabada, e bem acabada. Já tivemos oposições em demasia” (LÊNIN *apud* GUILLERM e BOURDET, 1976, p. 75). Em que pese a negação posterior de Lênin de que não teria feito esta afirmação se referindo à Oposição Operária, tal fraseologia não deixa de ser sintomática de sua concepção intolerante às divergências políticas no interior do movimento socialista próximo ao próprio bolchevismo.

Este período da consolidação do domínio bolchevique, que representou a contrarrevolução burocrática dentro da revolução russa, foi marcado por diversas ações que servem de indícios sobre como a ideologia leninista, ao se apropriar do poder do Estado, representa um inimigo para as classes trabalhadores e aqueles que lutam pela emancipação humana.

O massacre de Kronstadt, a eliminação das oposições internas e externas do bolchevismo na Rússia e a perseguição e execução dos anarquistas ucranianos, além da implantação do taylorismo nas fábricas, a substituição da gestão operária coletiva das fábricas pela presença do gestor único indicado pelo partido, a manutenção do trabalho alienado, da extração do mais-valor (expropriado não mais pela burguesia, mas pela

burocracia estatal que assumiu o lugar de chefe dos operários), são algumas destas ações que demonstram a derrota do movimento revolucionário do proletariado russo.

Ainda assim, o Partido Bolchevique saiu fortalecido desta derrota operária, e pôde estabelecer a mais forte hegemonia dentro da esquerda em todo o mundo. A criação da Terceira Internacional, em 1919, e o conseqüente processo de bolchevização dos partidos de esquerda em inúmeros países, com a criação dos seus Partidos Comunistas, demonstram que a deformação das ideias de Marx não fez de Lênin alguém execrado pelo movimento socialista – muito pelo contrário, ele é até os dias atuais considerado por muitos como o maior intérprete e continuador do pensamento marxista.

A hegemonia leninista se estabeleceu, também, quando as ideias de Lênin foram supostamente “comprovadas pela história”, devido ao “sucesso” da Revolução Russa, em contraposição à derrota da Revolução Alemã (1918-1922), em que diversas posições revolucionárias anti-leninistas (como o luxemburguismo, o conselhismo e o anarquismo), através de seus indivíduos e organizações, a construíram – ou, melhor dizendo no caso do luxemburguismo, do conselhismo e do anarco-conselhismo, foram construídas por esta revolução.

Um dos produtos desta hegemonia leninista nos dias atuais é uma forma específica de fetichismo oriundo de algo que Lênin sempre cultivou: o culto à personalidade. Através do culto à personalidade, se produz uma mentalidade fetichista que enxerga os acontecimentos da história como façanhas de indivíduos ilustres. Isto ocorre a ponto de grande parte dos leninistas celebrarem a revolução russa como uma forma de veneração à personalidade de Lênin. A revolução social, um evento levado a cabo pela classe operária, é percebida como um subproduto da magnitude da persona idolatrada. Nada mais anti-marxista.

A noção de “ditadura do proletariado”, termo problemático que atualmente mais confunde do que esclarece os leitores, de que falava Marx nas poucas vezes em que utilizou tais termos, se baseava no autogoverno da classe operária em sua totalidade, e em nada tinha que ver com a assunção do Estado e imposição de um governo autocrático, democrático, ou seja lá qual for. Esta ditadura representaria a época revolucionária de derrubada do capitalismo e emergência da primeira fase do comunismo, em que o domínio

burguês estaria enfraquecido pela hegemonia proletária – que se dá no conjunto da “sociedade civil”, contra o Estado e o capital.

A ditadura do proletariado de que Lênin trata, por outro lado, é um tipo de ditadura estatal voltada para a repressão da burguesia no período de transição ao socialismo. A repressão estatal leninista, no entanto, nem só se direciona contra a burguesia, nem tão somente no que chama de “período de transição”. Lênin, Trotsky, Stalin e todos os demais burocratas bolcheviques promoveram a repressão do conjunto de seus opositores, mesmo aqueles que batalharam pela própria revolução russa. Esta repressão também se deu durante todo o período de vigência dos governos bolcheviques, mesmo quando alguns já consideravam de modo autoilusório viverem no seu paraíso socialista da União Soviética. Assim, a noção de ditadura do proletariado de que parte Lênin não é a de Marx, mas sim a blanquista.

Lênin entende que a primeira fase do comunismo se caracteriza pelo que chama de socialismo, ou seja, a expropriação da propriedade privada da burguesia e pela assunção pelo Estado das relações de produção. Ele acredita que ao alterar os *dirigentes* do processo produtivo (dos capitalistas privados para o Estado da burocracia bolchevique) se altera o modo de produção. Marx compreende como primeira fase do comunismo a livre associação dos trabalhadores, a abolição das relações de propriedade e, conseqüentemente, de todo modo de produção classista.

As principais influências para a constituição do pensamento leninista não é Marx ou algum autêntico marxista, mas sim intelectuais que, cada um ao seu modo, distorceram determinados elementos da perspectiva do Estado e da revolução social de Karl Marx: Lassalle, o velho Engels e, principalmente, Kautsky. Assim, a denominação mais correta para expressar as bases do leninismo não é a antinomia “marxismo-leninismo”, mas sim o termo kautskismo-leninismo. O leninismo e seus avatares stalinista e trotskista, são herdeiros de algumas das mais vulgares e contrarrevolucionárias ideologias dentro do movimento socialista alemão do final do século 19 e início do 20, e antagônicos a tudo que há de mais essencial no marxismo.

Considerações finais

Desde a sua juventude, Marx já combatia os socialistas utópicos e sentimentais daquela época, colocando como oposição central a estes ideólogos que o socialismo comunista só poderia ser fruto da luta de classes. Ou seja, Marx já apresentava sua compreensão de que o socialismo não é obra de planos geniais ou de palavras de ordem abstratas de intelectuais bem-intencionados, mas sim do desenvolvimento real do movimento revolucionário do proletariado. Esta postura, anti-vanguardista por definição, se mantém diante das novas ideologias políticas que se formam na época de sua velhice, como a dos partidos modernos.

Porém, devido a diversos fatores que este texto buscou analisar, a perspectiva de Marx sobre o Estado e a revolução social foram abruptamente deformadas e confundidas com tais deformações, de modo que grande parte dos seus autointitulados continuadores, na verdade, se inspiram em alguma das versões canônicas de deformação do marxismo, acreditando ser isto o próprio pensamento de Karl Marx.

Devido a estas grotescas deformações – destacadamente as promovidas pelo velho Engels, pela socialdemocracia, pelo leninismo ou seus derivados – de aspectos básicos da perspectiva de Marx é que, no sentido rigoroso e criterioso da palavra (como exige o método dialético), tais concepções não são verdadeiramente marxistas, mas sim negações do marxismo que se autoidentificam como marxismo: são pseudomarxismos.

Enquanto o marxismo representou e expressou a ascensão do movimento revolucionário do proletariado para um nível de consciência e radicalidade da luta nunca antes vista no capitalismo, a social-democracia e o leninismo representaram a derrocada do movimento operário de formas também jamais conhecidas anteriormente. Assim, a análise crítica marxista não considera se Lênin errou ou não em determinada questão, mas que ele seguiu o caminho oposto da revolução na perspectiva marxista, tornando-se um obstáculo histórico para efetivação dela.

Atualmente, diante do desenvolvimento do capital, assim como das tarefas que se colocam para a classe operária se libertar da dominação capitalista (burguesa e burocrática), podemos ver um processo lento de desmantelamento da hegemonia leninista, que, mofada, não consegue controlar ou dirigir nenhuma ação expressiva da

classe operária, paralelo ao processo de retomada e fortalecimento das teorias revolucionárias autenticamente marxistas, e mesmo anarquistas e autonomistas.

Cabe às organizações e indivíduos revolucionários que se identificam com estas teorias resgatar concepções radicais anti-estatais e anti-capitalistas, tal como a de Marx, que afirmem um mundo novo em lugar do capitalismo: a sociedade humanizada, expressão contemporânea do autêntico comunismo, a autogestão social.

Referências

BARROT, Jean. O “renegado” Kautsky e seu discípulo Lênin. In: Revista Marxismo e Autogestão, ano 01, núm. 01, jan./jun. 2014.

BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CCI, Corrente Comunista Internacional. *O Internacionalismo e a Guerra*. Junho de 2014. Disponível em <<http://pt.internationalism.org/icconline/2006/internacionalismo>>. Acesso em 16 de dezembro de 2017.

DRAPER, Hall. *Lassalle e o Socialismo de Estado*. In: Revista Marxismo e Autogestão, ano 02, núm. 04, jul./dez. 2015.

ENGELS, Friedrich. *A Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, Friedrich. *Carta a August Bebel*, de 28 de março de 1875. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas tomo três, tomo três*. Lisboa: Edições Progresso, 1982a. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/03/28.htm>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

ENGELS, Friedrich. *Carta a Conrad Schmidt*, de 05 de agosto de 1890. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas tomo três, tomo três*. Lisboa: Edições Progresso, 1982b. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/03/28.htm>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

ENGELS, Friedrich. *Para a Crítica do Projecto de Programa Social-Democrata de 1891*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas tomo três, tomo três*. Lisboa: Edições Progresso, 1982c. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/03/28.htm>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Edição Ridendo Castigat Moraes, 1999. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socialismoutopico.pdf>>. Acesso em 23 de novembro de 2017.

ENGELS, Friedrich. *Engels to Paul Lafargue 12 November*. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected Works*, Volume 50, Letters 1892-95. London: Lawrence & Wishart, 2010. Disponível em <https://mltheory.files.wordpress.com/2017/06/marx-engels-collected-works-volume-50_-ka-karl-marx.pdf>. Acesso em 19 de dezembro de 2017.

ENGELS, Friedrich. *Carta a August Bebel* (março de 1875). In. MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012a.

ENGELS, Friedrich. *Prefácio*. In: MARX, Karl. *As Lutas de Classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012b.

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LABRIOLA, Antonio. *Ensaio sobre o Materialismo Histórico*. São Paulo: Atena, s/d.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Centelha, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 2006.

MARX, Karl. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social"*. De um prussiano. In: *Revista Praxis*, n. 5, Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, outubro – dezembro de 1995. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>>.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl. *Sobre a Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. *O Capital*, Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. *O Manifesto dos Três de Zurique*. In: *Revista Marxismo e Autogestão*, ano 01, núm. 02, jul/dez. 2014.

TIBLE, Jean. *Marx contra o Estado*. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, p. 53-87, Brasília, janeiro - abril de 2014.

VIANA, Nildo. *O que são Partidos Políticos?* Goiânia: Edições Germinal, 2003.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

VIANA, Nildo. *A Essência do Marxismo*. In: Revista Marxismo e Autogestão, ano 01, núm. 02, jul./dez. 2014.

ESTADO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Nildo Viana

No mudo das aparências, os fenômenos sociais são vistos de forma invertida, tal como se tivessem de cabeça para baixo. É por isso que para alguns o Estado é “um órgão público”, “expressão da soberania popular”, ou, ainda, o “reino do antivalor”. O mundo real é diferente do mundo ilusório, do imaginário ou do mundo ideológico, no qual os intelectuais sistematizam tais representações cotidianas ilusórias transformando-as em ciência ou filosofia.

O que é o Estado? Não é possível compreender o Estado isoladamente e sem entender sua formação e essência. É por isso que a compreensão do Estado pressupõe compreensão do capital. Em termos gerais, o Estado é um aparato do capital que, por sua vez, gera diversos outros aparatos (jurídico, repressivo, educacional, comunicacional, cultural, etc.). Quando Marx colocou que o Estado é uma “associação da classe dominante” para fazer valer seus interesses (MARX e ENGELS, 1982) estava revelando a essência de toda organização estatal, bem como seu vínculo inseparável com as sociedades de classes e com a classe que domina em determinada sociedade. Quando Marx afirmou que “o governo” (no caso o termo mais adequado seria Estado, embora o governo seja uma manifestação do aparato estatal), no capitalismo, “é um comitê para gerir os interesses da classe capitalista” (MARX e ENGELS, 1988) apenas mostrava que o aparato estatal no capitalismo é a associação desta classe para manter sua dominação.

O Estado capitalista pode ser definido então com uma relação de dominação na qual a classe capitalista domina o proletariado e outras classes sociais através da burocracia (VIANA, 2015). Assim, há um vínculo inquebrantável entre Estado e capital, sendo que o primeiro é representado, geralmente, pela burocracia estatal, e o segundo pela classe capitalista. A sua função é exercer o controle social sobre o conjunto da sociedade e garantir a reprodução das relações de produção capitalistas. Para garantir essa reprodução do capitalismo precisa realizar a repressão do movimento operário e todos que ameacem a sua permanência ou cria problemas para a classe capitalista e a acumulação de capital.

É nesse contexto que surge uma nova percepção equivocada do Estado ao ficar no nível da aparência. Aparentemente, o Estado possui uma relação indissolúvel com o capital, pois está ao seu serviço. Mas ele aparece como sendo “externo” ao movimento do capital e assim alguns ideólogos podem colocá-lo como representante de uma outra instância, a do político. Essa concepção politicista do Estado gera até mesmo a ideologia que ele seria espaço de manifestação do “antivalor”:

Em termos marxistas [sic], a função do fundo público tende a desfazer os conceitos e realidades do capital e da força de trabalho, esta última

enquanto mercadoria, ou nos termos de Sraffa a mercadoria-padrão, que determina o valor e o preço de qualquer outra (relevados os problemas da conversão de valor em preços, que aliás com o fundo público tornam-se praticamente intraduzíveis). A equação original de Marx é a de D-M-D' no que se refere ao circuito do capital-dinheiro. O fundo público funcionando como pressuposto geral de cada capital em particular transforma essa equação em Anti-D-D-M-D'(-D), sendo que o último termo volta a repor-se no início da equação como Anti-D, isto é, uma quantidade de moeda que não se põe como valor. O último termo é uma quantidade de moeda que tem como oposição interna a fração do fundo público presente nos resultados da produção social, que se expressa em moeda mas não é dinheiro. Do ponto de vista do circuito da mercadoria, a equação original de Marx era a de M-D-M', e o fundo público como estrutura imbricante transforma a equação para Anti-M-M-D-M'(-Anti-M), na qual os dois primeiros termos significam as antimercadorias e as mercadorias propriamente ditas, e os dois últimos significam a produção de mercadorias e a produção de antimercadorias. No fundo, a segunda equação fica subsumida na primeira. As consequências teóricas dessa transformação vão se expressar na composição do capital e na taxa de exploração. A composição do produto, na equação C+V+M, sofre a seguinte transformação: -C + C+V(-V) + M, na qual a taxa de mais-valia se reduz pela presença, na equação, das antimercadorias sociais que funcionam como um *ersatz* do capital variável. Isto quer dizer que na equação geral do produto a taxa de mais-valia cai, enquanto na equação de cada capital particular ela pode, e geralmente deve, se elevar (OLIVEIRA, 1988, p. 17-18).

Curiosa conclusão e mais ainda por se dizer “marxista” (apesar das referências serem outras, não-marxistas). O Estado não é “externo” ao capital, nem uma instância separada e autônoma, a do “político”, muito menos espaço de “antivalor” ou o “público”. Na concepção marxista, o Estado é externo ao capital apenas em sua origem, pois ele surge antes do modo de produção capitalista se tornar dominante e é envolvido, posteriormente, pelo movimento do capital. Marx explicitou isso claramente: “a velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes” (MARX, 1988a, p. 343). O absolutismo financiou o capital manufatureiro e promoveu a acumulação primitiva de capital.

As revoluções burguesas modernizaram o Estado e o colocaram a serviço do capital sob forma burocrática e racional. A partir desse momento, o Estado se torna um derivado do capital (MATHIAS e SALAMA, 1983). O modo de produção capitalista e o Estado assumem a forma moderna, que permanece até hoje, de relação entre aparato estatal e relações de produção capitalistas. O movimento do capital engloba e determina o aparato estatal (o que difere da ação direta da classe capitalista, ou de setores dela, sobre os governos). O que interessa saber é como o capital envolve o aparato estatal. Isso remete a uma discussão sobre o processo de mercantilização e a acumulação de capital.

O modo de produção capitalista se fundamenta nas relações de produção capitalistas, caracterizadas pelo processo de produção de mais-valor, a forma especificamente capitalista de produção de mercadorias (MARX, 1988b). A produção de mais-valor significa uma relação de classes sociais, na qual o proletariado produz mais-valor e a burguesia se apropria desse mais-valor produzido. Isso, aparentemente, é realizado através de uma troca justa entre força de trabalho por determinado período de tempo (jornada de trabalho) cedido pelos proletários e salários cedidos pelos capitalistas. No entanto, os trabalhadores recebem apenas uma parte do que produziram, sendo que a outra parte é apropriada pelo capital e é justamente o mais-valor. O mais-valor expressa que o valor do salário é um “valor inequivalente” ao real valor que o proletariado produziu (VIANA, 2016), sendo, pois, exploração.

Esse processo de exploração, no entanto, não esgota o processo analítico do modo de produção capitalista e, muito menos, da sociedade capitalista¹. A produção do mais-valor é o momento da exploração, mas é necessário o momento seguinte, que é o da realização. A realização do mais-valor ocorre nas relações de distribuição (“mercado”) e significa um processo de repartição do mais-valor. A maior parte do mais-valor fica com o capitalista (ou o conjunto de capitalistas, pois a propriedade pode ser individual ou coletiva, tal como no caso da sociedade por ações) e ele converte parte dela em renda (consumo pessoal/familiar) e outra parte em capital (reinvestimento). O capital reinvestido é que move o processo da acumulação de capital. O capitalista é constrangido a reinvestir por causa das necessidades da reprodução da produção (ele precisa comprar matérias-primas, pagar salários, etc., para manter a empresa funcionando e produzindo) e por causa da competição com os demais capitais, gerando a reprodução ampliada do capital. Sem dúvida, a mentalidade do capitalista é uma mentalidade burguesa² e, assim, independente do constrangimento das relações sociais, ele tenderia a sempre reinvestir para ganhar a competição com os demais capitalistas.

O capitalista deve, no entanto, pagar impostos e outros gastos, que significa transferência de parte do mais-valor para outros setores da sociedade. Os impostos significam transferência de mais-valor para o aparato estatal; as despesas bancárias para o capital bancário; as despesas de distribuição para o capital comercial; os falsos custos de produção com os

¹ É sempre útil recordar algumas obviedades da teoria do capitalismo, tal como a distinção entre modo de produção capitalista, uma parte da sociedade, e a sociedade capitalista, a totalidade. A sociedade capitalista é composta pelo modo de produção capitalista, modos de produção subordinados e formas sociais burguesas. Logo, o conceito de modo de produção capitalista remete a uma parte da sociedade capitalista e este último conceito expressa a totalidade das relações sociais na modernidade.

² A mentalidade burguesa reproduz os elementos fundamentais da sociabilidade capitalista: competição, mercantilização e burocratização (VIANA, 2008).

trabalhadores assalariados improdutivos (burocratas, intelectuais, subalternos). É assim que ocorre a repartição do mais-valor na sociedade. O conjunto de tudo que foi produzido pela totalidade da classe proletária em determinada sociedade é o mais-valor global, que após ser reproduzido, é repartido na sociedade³.

O desenvolvimento capitalista promove um processo de mercantilização das relações sociais e de todos os bens produzidos. Os bens materiais são paulatinamente transformados em mercadorias e os bens culturais e coletivos são transformados em mercancias (VIANA, 2016). Esse processo coloca todos os indivíduos, empresas, instituições, dependentes do dinheiro. O dinheiro é o meio de troca universal e é a forma de se adquirir mercadorias e mercancias. Como tudo se torna mercadoria/mercancia, então não há como o indivíduo sobreviver sem dinheiro, nem as instituições, etc. O indivíduo precisa de alimento, habitação, vestimenta e tudo o mais e só possuindo dinheiro poderá adquiri-los (a não ser que outra pessoa lhe sustente, o que significa que ela tem que ter dinheiro para si e para quem sustenta).

Isso que é válido para o indivíduo também se aplica ao aparato estatal. Se o Estado quer construir uma ponte, fundar uma escola, pagar seus funcionários, financiar uma ONG, etc., ele precisa de dinheiro. Isso ocorre através da arrecadação. O forte da arrecadação é através de impostos (e eles são complementados por taxas, lucro – de empresas estatais – multas, etc.). Os impostos (e as demais formas de arrecadação) são oriundos do mais-valor global drenados pelo aparato estatal. O conjunto do que é arrecadado é a renda estatal.

O Estado é, portanto, dependente da renda estatal. Ele se subordina ao cálculo mercantil⁴, pois precisa manter o equilíbrio orçamentário, ou seja, não gastar mais do que arrecada. Se ele gastar mais do que arrecada, estará se endividando, emergindo a famosa “dívida pública” (interna ou externa). Assim, o aparato estatal deve garantir sua arrecadação e também que os gastos não superem o que foi arrecadado. Quando ocorre o desequilíbrio orçamentário, a solução é aumentar a arrecadação (impostos, principalmente) ou diminuir os gastos estatais.

Aqui temos a chave explicativa da relação entre Estado e acumulação de capital. Uma das funções do Estado é garantir a reprodução ampliada do capital, ou seja, o processo de

³ Esse processo é bem mais complexo e tem diversos desdobramentos que não poderemos abordar aqui, mas podem ser vistos em outra obra (VIANA, 2016).

⁴ O cálculo mercantil é o processo de calcular o montante de dinheiro que possui ou recebe e o total de gastos que pode ter. Isto está presente no orçamento doméstico ou até mesmo quando um indivíduo vai numa feira fazer compra com 100 reais, pois ele sabe que não poderá gastar mais do que possui (a não ser que se endivide). Obviamente que o cálculo mercantil do aparato estatal difere do realizado pelos indivíduos e famílias, pois ele é muito mais complexo do que alguns economistas pensam e por isso não é possível uma transposição mecânica da análise de um para outro (VIANA, 2016).

acumulação cada vez mais amplo. Para fazer isso, ele precisa combater a tendência declinante da taxa de lucro, criar infraestrutura para o desenvolvimento capitalista, etc. (MATHIAS e SALAMA, 1983; VIANA, 2015). A questão é que isso pressupõe gastos e significa uma parte da renda estatal. Ou seja, parte da renda estatal é reinvestida no circuito de reprodução da acumulação capitalista. Porém, a renda estatal não advém apenas da parte do mais-valor global drenada do processo de produção capitalista, pois grande parte dela é valor estacionário⁵, ou seja, não é mais-valor, novo valor criado, mas apenas circulação (e desgaste) de valor já existente.

Assim, quando o aparato estatal funda uma nova escola, ele paga uma empreiteira para construir o prédio e a construção desse prédio é um valor novo que a renda estatal financia e permite, com isso, a extração de mais-valor de seus operários da construção civil, mas a obra pronta torna-se, depois de paga, valor estacionário⁶. O prédio não produzirá nenhuma nova riqueza e vai se desgastar com o tempo, gerando os gastos de manutenção. O mesmo vale para as carteiras adquiridas, etc. Essa é a parte do consumo produtivo direto do aparato estatal, que quanto maior, mais beneficia a reprodução ampliada do capital, e, quanto menor, mais gira em torno do valor estacionário, do trabalho morto, o que pode gerar desequilíbrios dependendo da situação.

O aparato estatal também interfere no processo de acumulação de capital através da regularização que é efetivada através de suas políticas pecuniárias (“econômicas”), tais como a política monetária, política fiscal e a política salarial. Assim, um conjunto complexo de leis, incentivos, ações, que atuam sobre a taxa de juros, a moeda, etc., interferem no processo de acumulação de capital, gerando resultados positivos ou negativos, dependendo das decisões tomadas, que, por sua vez, possuem múltiplas determinações⁷, tal como as demais ações estatais.

⁵ Sobre isso, cf. Viana (2016). Esse é um dos problemas das estatísticas governamentais e outras, bem como de seus medidores, como o PIB (Produto Interno Bruto), pois não se verifica e não se diferencia entre o valor novo criado (geração de riqueza efetiva) e valor estacionário (distribuição e redistribuição do valor já criado). Além de problemas meramente estatísticos, isso gera o problema do crescimento ilusório do PIB, pois tal crescimento pode ser mera circulação do que já foi produzido e consumido. Diminuir a taxa de juros, por exemplo, tende a aumentar a circulação geral, mas não necessariamente a produção, e não ocorrendo isto, pode haver aumento do PIB que não se reverte em aumento real da produção de mais-valor e o valor estacionário vai apenas se desgastar e se esgotar, gerando mais problemas no processo de acumulação em médio prazo, que é quando a ilusão estatística cai por terra.

⁶ Se há corrupção no processo, isso significa prevaricação, ou seja, “apropriação privada da renda estatal” (VIANA, 2016). A prevaricação, nesse caso, ocorre sob a forma da corrupção.

⁷ Não poderemos desenvolver isso aqui, mas entre as determinações das políticas pecuniárias há a correlação de forças entre os setores do capital, bem como, em menor grau, da pressão popular. Outra determinação, ligada à primeira, está na ideologia dos economistas e demais responsáveis pela explicação e elaboração de políticas estatais. As ideologias podem provocar políticas equivocadas e gerar dificuldades crescentes, por ter uma percepção falsa da realidade e buscar falsas soluções. As disputas ideológicas (por exemplo, monetaristas versus estruturalistas) expressam distintos interesses, percepções, forças políticas, mas sempre com o predomínio de uma, que remete a determinado paradigma hegemônico.

Um outro aspecto nessa relação entre Estado e acumulação de capital é a de que há uma dependência entre ambos. O aparato estatal depende da acumulação de capital. No entanto, há uma interdependência, a acumulação de capital depende do aparato estatal, pois este pode efetivar políticas pecuniárias que incentivam e promovem uma maior acumulação de capital. Uma desaceleração da acumulação de capital significa um crescimento mais lento na produção de mais-valor (abstraindo as contratendências, que, concretamente, muitas vezes não se efetivam ou são pouco eficazes) e, portanto, o seu decréscimo proporcional em relação ao valor estacionário. Nesse caso, há uma diminuição da geração de riqueza e mesmo que o processo de redistribuição produza a ilusão do crescimento através do aumento do consumo, que pode ser gerado via uso de poupança, venda de mercadorias anteriormente produzidas e estocadas, etc., isso não corresponde à realidade. Devemos ultrapassar a ilusão sobre a realidade para entender a realidade da ilusão. A desaceleração da acumulação de capital acaba atingindo o conjunto da sociedade. O aparato estatal perde parte de sua arrecadação, tanto a direta quanto tendencialmente a indireta. Essa desaceleração, caso se prolongue por muito tempo, acaba, inevitavelmente, atingindo o processo de reprodução e promove uma diminuição geral da arrecadação estatal.

Assim, as políticas estatais em geral e as políticas pecuniárias, em particular, assumem uma determinada modalidade em cada fase do capitalismo, ou seja, em cada regime de acumulação. Podemos citar dois exemplos de políticas pecuniárias, a keynesiana, marcada pelo intervencionismo pecuniário, determinadas políticas salariais, fiscais e monetárias, típicas do regime de acumulação conjugado, e a política neoliberal, caracterizada pelo não-intervencionismo direto e determinadas políticas fiscais, monetárias, etc. Essas duas formas de políticas pecuniárias são derivadas do regime de acumulação e expressam a resposta do capital para determinada situação da luta de classes e das necessidades do processo de acumulação de capital.

No entanto, é preciso alertar que tais políticas pecuniárias não se instalam imediatamente em todos os países e nem da mesma forma, pois existem diferenças nacionais, lutas de classes internas, etc., que formam uma especificidade nacional. Além da diferença enorme entre o capitalismo imperialista e o capitalismo subordinado, há também outras determinações que atuam sobre as políticas pecuniárias. Entre elas, cabe destaque ao bloco dominante, com sua força maior ou menor em determinado momento, suas contradições internas, suas divisões, etc.⁸ No

⁸ É o caso, por exemplo, do *impeachment* de Dilma Roussef, pois suas políticas pecuniárias neoliberais neopopulistas (que limitavam determinadas ações) eram inapropriadas para um aceleração da acumulação de capital. Esse foi o motivo pelo qual o capital produtivo, que é o primeiro e diretamente atingido pela desaceleração da acumulação de capital, foi também o primeiro setor do capital a apoiar ativamente o *impeachment* (a FIESP foi a sua face mais visível). A consciência da burguesia (em suas várias frações e outras divisões) é precária, seja pela influência das ideologias (sistemas de pensamento ilusório,

caso brasileiro, havia um determinado governo neopopulista, possível por correlação de forças, que permitiu o desenvolvimento de determinadas políticas pecuniárias. Enquanto estas conviviam com a manutenção do ritmo de acumulação de capital, e, por conseguinte, estabilidade financeira e política, poucos se opunham a tal governo. Quando tais políticas pecuniárias, devido sua indefinição, junto com incompetência e limites impostos pelo neopopulismo, começam a entravar a acumulação de capital por não promover mudanças necessárias, então altera-se a correlação de forças, o que somado à insatisfação de parte da população (e alguns setores começaram a sentir na carne as consequências da desaceleração da acumulação de capital), o governo se torna um obstáculo a ser removido.

As políticas pecuniárias são o resultado de múltiplas determinações e, nesse sentido, é preciso entender que sua dinâmica está diretamente envolvida nas lutas de classes e outros processos sociais. Um dos elementos mais importantes nas políticas pecuniárias é a repartição da renda estatal. A renda estatal é dividida em suas despesas autógenas (os salários, desde os mais altos aos mais baixos, do conjunto de empregados estatais, os recursos utilizados em suas autarquias, fundações, etc., as despesas de manutenção, entre diversas outras, visando sustentar a imensa máquina estatal), as políticas de assistência social, a prevaricação, etc. Uma parte da renda estatal deve ser investida para subsidiar o capital produtivo, pois se não o fizer, estará criando um ponto de estrangulamento. Isso é ainda mais importante em determinados contextos, que podem exigir, inclusive, um crescimento nos gastos estatais voltados para esse setor⁹. Porém, se a máquina estatal gera despesas endógenas altas, isso limita a capacidade estatal de repartir parte da renda estatal com o capital produtivo e por isso surgem propostas de limitar os gastos estatais. Quanto maior a máquina estatal, maior suas despesas e maior é o *quantum* da renda estatal gasta endogenamente.

O mesmo vale para as políticas de assistência social (educação, saúde, etc.). No entanto, os gastos com tais políticas já são bem limitados, apesar do crescimento populacional gerar mais demandas e gastos, só que é a parte da renda estatal em que há a menor pressão para sua manutenção. A prevaricação, as despesas autógenas, as despesas com o capital, tem forte

que traz momentos de verdade a partir das necessidades da burguesia, mas que tem limites intransponíveis), seja por suas representações cotidianas, e por isso muitas vezes demora para compreender as relações e tendências em determinado momento.

⁹ Os gastos estatais para o capital produtivo podem ser repassados sob as formas mais variadas, inclusive através de subsídios, isenção de impostos, etc. Nesse último caso, o aparato estatal não arrecada e não reparte posteriormente. O problema desses processos é que eles são geralmente seletivos, ou seja, atendem apenas alguns setores do capital.

pressão e interesses¹⁰, enquanto que as políticas de assistência social não possuem a mesma força, pois ela depende das classes desprivilegiadas e do bloco revolucionário (e setores do bloco progressista menos aliados ao governo), que são relativamente fracos em seu poder de pressão. O combate à corrupção (parte da prevaricação) e a diminuição dos gastos com as políticas de assistência social são as duas formas mais adequadas para redirecionar os gastos estatais, ou seja, a repartição da renda estatal.

Assim, o aparato estatal depende da acumulação de capital e é peça importante para a continuidade do seu ritmo e, caso não faça isso, ameaça a governabilidade e pode decretar seu próprio fim. Desta forma, para compreender a dinâmica das políticas estatais, lutas internas, etc., é fundamental entender a dinâmica da acumulação capitalista, os regimes de acumulação e suas mutações. Os ciclos dos regimes de acumulação ajudam a compreender esse processo, inclusive como as ideologias parecem verdadeiras e exatas nos momentos de estabilidade, mas mostram suas falhas nos momentos de crise, embora o aparato estatal e o capital tendem, geralmente, a tentar resolvê-la se movendo ainda no interior da ideologia hegemônica. É por isso que a desestabilização do regime de acumulação integral vem sendo enfrentada por vários governos com mais neoliberalismo (gerando um neoliberalismo discricionário marcado pelas políticas de austeridade), que não resolvem o problema, apenas possuem um impacto temporário benéfico para certos setores, mas que não se sustenta a longo prazo e cria novos problemas para o capital (a diminuição do consumo, por exemplo, o que gera novo impacto negativo no processo de produção de mais-valor, ou seja, de riqueza real)¹¹.

Toda essa análise teve o objetivo de demonstrar a relação entre Estado e acumulação de capital. Ao contrário das ideologias, desde as fetichistas que acham que o Estado tem vida própria e autônoma, passando pelas voluntaristas e outras, até chegar às pseudomarxistas, aqui o Estado é compreendido como um aparato, uma enorme máquina burocrática constituída por seres humanos reais, perpassado por um conjunto de interesses¹², que vive em função da renda estatal. A compreensão da relação entre aparato estatal e acumulação de capital remete, necessariamente,

¹⁰ Os diversos setores do capital pressionam a seu favor a burocracia estatal (que inclui setores importantes para a reprodução do capitalismo, como o aparato repressivo – forças militares – e o aparato jurídico) pressiona para a manutenção das despesas endógenas (embora algumas delas sejam desconsideradas), e setores do capital e do aparato estatal pressionam a partir de seus interesses pela prevaricação. Quando a situação se torna insustentável, esses setores podem entrar em conflito, cada um querendo representar seus interesses, criando um movimento autofágico.

¹¹ Claro que os governos tentam contrabalançar isso com outras políticas, tais como redução de juros, etc., mas que não resolvem o problema e gera novas contradições.

¹² Esse não foi o foco de nossa análise, embora tenhamos colocado, em certo momento, a questão da burocracia estatal e seus interesses e do bloco dominante. Uma análise mais ampla desse processo pode ser vista em outra obra (VIANA, 2015). Aqui o foco foi a relação do aparato estatal e da acumulação de capital.

para a questão da renda estatal. Sem renda estatal, não há a imensa máquina burocrática que dá vida ao Estado, não há políticas de assistência social, não há corrupção, não há repressão estatal, não há ação estatal pecuniária para reprodução do capital.

A renda estatal é, por conseguinte, um conceito fundamental para compreender a relação entre Estado e acumulação de capital. Isso mostra um elemento que geralmente fica ausente nas análises politicistas do Estado e das políticas estatais. Essas análises reducionistas não compreendem que as lutas políticas são inseparáveis das lutas pecuniárias e das demais lutas e que o aparato estatal, mesmo em sua autonomia relativa, não está separado da sociedade, sob inúmeros aspectos (acumulação, ideologias, etc.). É fundamental, portanto, a análise da renda estatal para compreensão do Estado e de sua relação com a acumulação de capital. Da mesma forma, a análise da acumulação de capital é fundamental para compreender a renda estatal. Sem entender os regimes de acumulação, os seus ciclos, a sua manifestação concreta em cada país, momento, etc., fica difícil uma compreensão mais profunda do que ocorre em casos concretos, nas conjunturas, etc.

Por fim, uma última observação a se fazer é que há uma unidade entre acumulação de capital e interesses gerais da população. A desaceleração do ritmo de acumulação de capital atinge a renda estatal, o que significa diminuição da alocação de uma parte dessa para as políticas de assistência social. Também significa aumento de desemprego (e maior incapacidade do Estado minimizar o seu impacto), diminuição do consumo (que por sua vez reforça a pressão negativa sobre a acumulação), aumento da pobreza, etc. Logo, a desaceleração do ritmo de acumulação de capital prejudica a todos, não apenas ao capital produtivo. Quais as soluções? Aumentar a taxa de exploração, diminuir os gastos estatais com políticas de assistência social, diminuir a corrupção, etc.

Isso significa que cabe aos trabalhadores aceitarem o aumento da exploração, a diminuição de sua renda e nível de vida, o empobrecimento. Só assim ele pode ajudar o capital e o aparato estatal no processo de recuperação da acumulação. Isso pressupõe, também, o aumento do consumo, da destruição ambiental, etc. Essa comunidade de interesses, no entanto, significa uma vida cada vez mais degradante para os trabalhadores e uma riqueza cada vez maior para a classe capitalista. Depois do proletariado (alguns juntos com ele, como o lumpemproletariado) vem outros trabalhadores e depois setores da intelectualidade e burocracia, até chegar aos extratos superiores. Assim, os trabalhadores devem lutar para aumentar a sua exploração, pois somente assim se sustenta a acumulação de capital e é possível a reprodução da sociedade capitalista.

Isso pode parecer um mal necessário para alguns progressistas e uma “heresia” para os demais tipos de progressistas. Os trabalhadores possuem os mesmos interesses que os

capitalistas? Eles devem aceitar a intensificação da exploração? Eles devem se unir ao capital? Essas são as questões que certos progressistas formulariam. E a resposta é sim, é exatamente isso. Ou é isso, ou é aumento de pobreza, desemprego, etc. e de exploração, mas agora contra a vontade dos próprios trabalhadores, pois excederia o limite do suportável. A solução, assim, parece uma não-solução.

Essa é a solução capitalista, pensada no interior da sociedade capitalista com suas contradições e processo crescente de deterioração e barbarização crescente. O que pode variar aí é o grau e a forma, um pouco mais ou um pouco menos, da forma democrática ou autocrática, etc. Dentro do capitalismo, só é possível pensar falsas soluções. Para encontrar uma real solução é preciso pensar para além da sociedade capitalista. Nesse caso, os trabalhadores possuem alternativa: a superação do capitalismo, o que significa não uma diminuição da exploração e sim sua abolição. E para isso é preciso um projeto de uma nova sociedade, que já foi esboçado em várias experiências revolucionárias e obteve várias contribuições teóricas sobre suas tendências, possibilidades e características. Isso significa que a única alternativa real para o proletariado e o conjunto das classes desprivilegiadas é a superação do capitalismo e instauração da autogestão social. O resto é apenas paliativo que apenas expressam uma maior degradação da humanidade.

Na primeira alternativa, a falsa solução, proletariado e burguesia devem ficar unidos. Na segunda e real alternativa, o proletariado se une contra a burguesia. A escolha é entre aumentar a própria exploração ou abolir a mesma. Os demais trabalhadores e classes sociais podem escolher entre uma vida medíocre, fútil e cada vez mais pobre, ou então lutar junto com o proletariado pela transformação radical e total das relações sociais. Daí termos que escolher entre duas opções antagônicas: autogestão ou barbárie.

Referências

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 3ª Edição, São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. *O Capital*. 3ª edição, Vol. 01, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 02. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MATHIAS, Gilbert e SALAMA, Pierre. *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Francisco. *O Surgimento do Antivalor*. Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. *Novos Estudos/Ceprap*. Outubro de 1988.

VIANA, Nildo. *A Mercantilização das Relações Sociais*. Modo de Produção Capitalista e Formas Sociais Burguesas. Rio de Janeiro: Ar Editora, 2016.

VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2015b.

VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital. Ensaio Freud-Marxistas*. São Paulo: Escuta, 2008.

PERÍODO DE TRANSIÇÃO OU CONTRARREVOLUÇÃO BUROCRÁTICA? CRÍTICA AO LENINISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS

Gabriel Teles¹

Aline Ferreira²

Este ano uma das experiências mais marcantes do século XX completa 100 anos. O centenário da Revolução Russa nos convida a refletir sobre o caráter revolucionário do movimento operário e sua possibilidade e tendência em efetivar a Autogestão Social. A experiência russa de 1917³ nos leva ao coração do seguinte problema: se é certo que a transformação social, isto é, a emancipação humana se dá via emancipação dos trabalhadores, como ela se efetiva?

Muitos foram os autores que pensaram sobre essa questão – baseando-se na realidade concreta ou não, justificando ou ocultando seus interesses de classe ou não. Não cabe aqui fazer uma análise histórica acerca da Revolução Russa; o que queremos evidenciar é que, no bojo desse processo, surgiu uma resposta à nossa indagação. O bolchevismo, na imagem de Lênin, seu grande líder e ideólogo, formulou algumas concepções que trouxeram consequências concretas à dinâmica das lutas de classe na Rússia.

A construção ideológica leninista é a expressão dos interesses de uma determinada classe social: a burocracia. O bolchevismo, sob a égide da concepção ideológica de Lênin, serviu-se como um verdadeiro entrave contrarrevolucionário no interior das lutas de classe da Rússia de 1917. Esta ideologia é, portanto, a expressão dos interesses de classe da burocracia, que busca se autonomizar e se tornar classe dominante. Nesse sentido, em nome do movimento operário, bradando aos quatros cantos que buscava ser a vanguarda dos trabalhadores, esta classe, a partir de seu controle e dominação sobre os trabalhadores, conquistou o poder do Estado e realizou a manutenção da exploração e da dominação capitalista (o que ficou conhecido como capitalismo de estado). O leninismo, enfim, é a expressão ideológica deste processo; aquilo que Marx e

¹ Militante do Movimento Autogestionário (MOVAUT). Contato: teles.gabriel@gmail.com

² Militante do Movimento Autogestionário (MOVAUT). Contato: allinex3@gmail.com

³ Mas não nos esqueçamos, igualmente, do seu ensaio: a experiência revolucionária da constituição dos soviets (conselhos operários) em 1905.

Engels (2007) chamaram de falsa consciência sistematizada (ideologia). Foi a partir de uma ideologia que se buscou legitimar e justificar um conjunto de ações que cessara a experiência revolucionária do movimento operário russo, bem como de outros locais, posteriormente (Cuba, China, Leste Europeu, etc.).

Um dos elementos mais conhecidos e “célebres” dessa ideologia é a sua tentativa de desenvolvimento do suposto “período de transição”. Para Lênin, como ficará evidente no próximo tópico, a busca pela transformação social passa, necessariamente, por um período de transição. Ou seja, para se chegar ao comunismo é necessário passar pelo que ele chama de “socialismo”, que, de acordo com ele, consistiria em um Estado “operário”, guiado e dirigido pela “vanguarda dos trabalhadores”. Para fundamentar tal tese, ele se apoia nos escritos de Marx, especialmente em *O Manifesto Comunista* (2010), *A Guerra Civil na França* (2009) e *Crítica ao Programa de Gotha* (2012) – ainda que de forma insustentável, devido à nítida diferença de perspectiva entre estes dois autores.

O presente texto busca justamente analisar a questão do “período de transição” leninista, tendo em vista que esta ideologia serviu como tentativa de resposta à questão levantada no início deste tópico, mas visando os interesses da classe burocrática, e não os da proletária. Nesse sentido, desenvolveremos como tal perspectiva é antagônica aos interesses revolucionários, e, por isso, divergente da de Marx e do marxismo em geral. Para tanto, colocaremos como Lênin deformou os escritos de Marx sobre a questão do Estado para justificar os seus interesses de classe, bem como legitimar suas ações no interior da luta de classes russa. A concepção sobre o processo revolucionário no marxismo é radicalmente distinta da leninista. O itinerário do presente texto busca evidenciar essa questão.

Para tanto, apresentaremos, inicialmente, um rápido balanço do pensamento de Lênin e, posteriormente, focalizaremos os seus escritos onde coloca a questão do período de transição (especialmente *Estado e Revolução*, publicado em 1918). Para deixar clara a distinção e antagonismo entre o pensamento de Lenin e o de Marx, apresentaremos a concepção do revolucionário alemão acerca do Estado e do processo revolucionário. Além disso, apresentaremos nossa concepção crítica acerca da concepção leninista, tendo como ponto de partida alguns marxistas, ou autores próximos do marxismo, que já efetivaram críticas à ideia do “período de transição” leninista. Por fim, discutiremos o

significado histórico desse elemento da ideologia leninista, demonstrando seus desdobramentos ao longo da história.

O pensamento de Lênin

Antes de falarmos sobre como Lênin concebia o Estado e o suposto período de transição para o comunismo, o situaremos historicamente, tanto em relação ao contexto social quanto ao debate intelectual.

Vladimir Ilitch Lênin é conhecido como o “grande” líder da Revolução Russa de 1917. No entanto, a Revolução Russa começou a partir da iniciativa dos próprios operários que se associaram (de forma auto-organizada) por meio de conselhos (*soviets*), havendo, posteriormente, a estatização desses conselhos pelo Partido Bolchevique (TRAGTENBERG, 2007; MATTICK, 2016). Como diria Mattick (2016, p. 86), “Lenine não conduziu a revolução, foi a revolução que o conduziu”; e, por isso, a figura de Lênin tal como se concebe comumente é, na verdade, uma *lenda*, uma *ficção*. A sua ideologia foi um dos aspectos essenciais que derrocou a experiência autogestionária do proletariado russo, já que serviu como uma arma intelectual para justificar os interesses burocráticos. Nesse sentido, “os operários [russos] das cidades derrubaram o capitalismo, mas depressa encontraram um novo senhor: o governo bolchevique” (MATTICK, 2016, p. 85). A ideologia que embasou o Partido Bolchevique começou a ser sistematizada a partir dos debates dentro do Partido Social-Democrata Russo, que também estava em diálogo com os partidos europeus.

Lênin desenvolveu a perspectiva de que deveria haver uma revolução para derrocar o capitalismo e, no lugar, construir um Estado “socialista” – período de transição para o comunismo. Tal perspectiva, no entanto, diverge da de Marx, como veremos ao longo deste texto. A “direção” desta revolução seria dada pela vanguarda do proletariado, organizada por um Partido burocrático. Nesse sentido, nega-se a atuação dos próprios trabalhadores e seu desenvolvimento de mecanismos de auto-organização para o embate ao capital⁴. Assim, o comunismo é visto como um “programa”, uma série de “diretrizes” a serem “aplicadas” na realidade, em vez de algo que depende da ação conjunta consciente do proletariado enquanto classe autodeterminada (para si).

⁴ Sobre o desenvolvimento de luta dos operários e suas formas de auto-organização até o rompimento total com o capitalismo, cf. *A luta operária e os limites do autonomismo* de Karl Jensen (2014).

Na questão do processo revolucionário, o que se enfatiza é o controle do movimento operário a partir da ideia desenvolvida primeiramente por Kautsky, de que a consciência de classe deve ser “introjetada” no proletariado. Assim se justifica a ação burocrata do Partido e nega-se o fato de que a consciência nada mais é do que o ser consciente, como Marx e Engels concebiam (2007). Portanto, o que constatamos é que o leninismo tem muito mais a ver com Kautsky do que com Marx. A ironia disso se dá pelo fato de que, a partir de 1914, Lênin criticará Kautsky e seus seguidores como um dos grandes males a serem combatidos. No entanto, como acabamos de mencionar, a própria ideia de Partido enquanto vanguarda, cuja função é dirigir e *engendrar* a consciência na classe operária, tem como origem os próprios escritos de Kautsky – e Lênin deixa isso explícito em *Que Fazer?* (LÊNIN, 1975). Tal ideia se torna constante em suas obras, como no próprio *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 2017), e é muito útil para justificar a imposição e a consolidação de um poder burocrático e autoritário sob o movimento operário e a totalidade da sociedade russa, construindo um capitalismo de estado na chamada União Soviética.

Kautsky, por sua vez, embasa o seu pensamento sobretudo nas obras de Engels que são posteriores à morte de Marx. Ele desenvolve uma perspectiva cientificista do marxismo, onde a dialética é vista como uma ideologia da evolução e Marx como um cientista no sentido especializado da palavra (análogo ao cientista natural). Desse modo, em vez de tomar o método dialético de Marx como um recurso heurístico para analisar a realidade concreta (KORSCH, 1977), tendo como horizonte uma perspectiva revolucionária que rompa com todas as amarras do modo de produção capitalista que visaria a emancipação humana total; a dialética é reduzida ao estudo da natureza e, por isso, tomada como uma ideologia da evolução. Assim, o marxismo não é entendido como expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado, tal como Korsch (1977) o conceituou, e Viana (2008; 2014) desenvolveu, mas sim como uma síntese da filosofia alemã, do socialismo francês e da economia política inglesa (KAUTSKY, s/d).

Desse modo, o pensamento kautskista influenciará Lênin de maneira direta. Não por acaso, Lênin toma para si definições muito semelhantes às de Kautsky em relação ao que seria marxismo, dialética e materialismo. Se este escreveu o já citado *As três fontes do marxismo* (KAUTSKY, s/d), Lênin reiterará suas ideias em *As três fontes e as três partes*

constitutivas do marxismo (LÊNIN, 1979). Assim, a dialética é erroneamente compreendida como uma ideologia da evolução; e o materialismo é entendido de forma metafísica e burguesa⁵. Consequentemente, o próprio marxismo é definido de maneira equivocada. Kautsky afirma que o “socialismo científico”, foi criado, por Marx e Engels, “(...) pela fusão de tudo o que o pensamento inglês, o pensamento francês e o pensamento alemão tinham de grande e de fértil” (KAUTSKY, s/d, p. 44). Lênin, “coincidentemente”, define o marxismo da seguinte maneira:

O *Marxismo* é o sistema das ideias e da doutrina de Marx. Marx continuou e completou as três principais correntes de ideias do século XIX, que pertencem aos três países mais avançados da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, ligado às doutrinas revolucionárias francesas em geral (LÊNIN, 1979, p. 15).

Entretanto, o que Marx fez não foi simplesmente “continuar” e “complementar” o pensamento alemão, francês e inglês – como aponta a visão *evolucionista* de Kautsky e Lênin. Marx utilizou-se do pensamento burguês de forma crítica, superando este pensamento e, assim, expressando uma perspectiva revolucionária que apontava para a transformação total da sociedade. Nesse sentido, o comunismo não seria um “estágio evolutivo” superior, “naturalmente” pressuposto. O que ocorre é que no modo de produção capitalista há uma classe que possui o potencial de intervir nessa realidade no sentido de destruí-la. O marxismo tem o objetivo justamente de expressar essa realidade partindo do pressuposto da emancipação humana total; desenvolvendo-se a partir das experiências concretas do movimento operário. Nesse sentido, a teoria deveria estar ligada a essas manifestações concretas, partindo da perspectiva do proletariado (ou seja, da classe revolucionária da sociedade). No entanto, divergindo dessa perspectiva, “para Lenine, como para Kautsky, a união do movimento operário e do socialismo é a da cabeça e das pernas, do cego e do parálítico” (GUILLAUME, 2017).

Tais deformações do pensamento de Marx não ocorrem por acaso ou por mera incompreensão de Lênin, mas sim por interesses de tomada do poder, por interesses de classe distintos, já que o bolchevismo significou a expressão da classe burocrática radicalizada. Pannekoek (1973), por exemplo, situará historicamente a obra de Lênin *Materialismo e Empirocriticismo* no momento em que havia divergências dentro do Partido

⁵ Pannekoek (1973), na obra *Lênin, filósofo*, e Korsch (1977), na sua anticrítica ao *Marxismo e Filosofia*, destrinçam como o materialismo de Lênin regrediu o materialismo de Marx, tendo muito mais proximidade com o materialismo metafísico burguês.

e era necessário angariar forças para o seu lado, impedindo a divergência de ideias dentro desta instituição. Por isso Lênin tenta, de uma forma deturpada, combater as ideias de Mach dentre os comunistas. Outros autores, como Guillaume (2017), Mattick (2016) e Ruhle (2017) também identificam os interesses de Lênin no sentido de conquistar o poder acima de tudo.

O poder, nada mais que o poder; a isso se reduz, afinal, toda a sabedoria política de Lenine. O facto do caminho escolhido e dos meios utilizados para atingir esse fim determinarem, por seu lado, o modo como esse poder era aplicado, não o preocupava absolutamente nada (MATTICK, 2016, p. 87).

Nesse sentido, concordamos com Jean Barrot (2014) quando afirma que o leninismo é um “subproduto do kautskismo” (BARROT, 2014, p.104), sendo que “Estas concepções [que constituem o leninismo] só puderam se manter finalmente porque a revolução russa fracassou (...)” (BARROT, 2014, p. 108). Levando em consideração tais aspectos, é possível compreender melhor o próximo tópico, que terá como foco a questão do Estado e do período de transição, tomando como ponto de partida a obra *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 2017 [1917]).

O Estado e o período de transição ao comunismo

Neste tópico faremos uma exposição crítica sobre o livro *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 2017), principal escrito onde Lênin fala especificamente sobre o Estado e o período de transição. Mostraremos como suas afirmações estão em antagonismo com aquilo que Marx defendia – tanto o significado de “revolução”, quanto o de “Estado”. Para isso, nos utilizaremos de vários trechos do livro, a fim de evidenciar o modo como ele constrói seus argumentos.

O Estado e a revolução foi escrito em agosto e setembro de 1917, às vésperas da “Revolução” de Outubro (contrarrevolução bolchevique), mas publicado em 1918. Nele, Lênin está em discussão direta com os anarquistas, que defendem a abolição do Estado, bem como Kautsky e seus seguidores, que defendem a tomada do parlamento burguês. Para fundamentar sua posição, Lênin se utiliza de várias passagens de livros e textos tanto de Engels, quanto de Marx – do primeiro, utiliza-se de passagens do *Anti-Duhring* e *Origem da família, da propriedade privada e do estado*; do segundo, principalmente, *Crítica ao Programa de Gotha*, *A Guerra Civil na França* e *O Manifesto Comunista*, dentre outros textos

e cartas. O próprio autor, no início do texto, já nos alerta para tal fato, tendo em vista que ele se utiliza de longas citações. No entanto, é necessário perceber como Lênin parte de pressupostos que não estão de acordo com o pensamento de Marx. Isso pode passar despercebido principalmente por aqueles que não possuem uma leitura mais aprofundada de Marx, já que tudo o que Lênin diz acaba se legitimando pelas longas citações feitas, ou seja, acaba tendo um apelo de “argumento de autoridade”, mas deformando os escritos de Marx. Por isso, a exposição deste tópico não pretende apenas descrever aquilo que Lênin entende sobre o Estado e o “período de transição” ao comunismo, mas também perceber de maneira crítica como ele constrói tais argumentos.

Primeiramente, Lênin trata a questão do Estado. Para tanto, ele retoma sobretudo os escritos de Engels, a fim de rebater tanto os anarquistas quanto os reformistas. Ele admite o fato de que o Estado deixará de existir com o fim das classes sociais. No entanto, tal extinção não se daria “da noite para o dia”, mas ocorreria um “definhamento e morte” do Estado. Assim, ele diz que ao mesmo tempo em que os anarquistas estão errados ao aludir à abolição “imediate” do Estado, os reformistas também estão, já que essa ideia de “definhamento” não possui o sentido de mudanças dentro do parlamento.

Para defender esta ideia em específico, ele se ancora em citações de Engels, mas de modo a impor a sua própria interpretação. Vejamos. Em relação à extinção estatal, Lênin cita o seguinte trecho de Engels:

O proletariado assume o poder de Estado e transforma os meios de produção primeiro em propriedade do Estado. Desse modo, ele próprio se extingue como proletariado, desse modo, ele extingue o Estado enquanto Estado. (...) O primeiro ato no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato {autônomo} enquanto Estado. (...) A sociedade livre não pode utilizar ou tolerar nenhum “Estado” entre ela e seus membros. {O Estado não é “abolido”, mas *definha e morre*} (ENGELS *apud* LÊNIN, 2017, p. 38-9, grifos do original).

Aqui, Engels não está falando na criação de um aparato estatal novo, mas sim na extinção do Estado, como ele deixa claro. Por isso ele sequer faz uma distinção entre “Estado burguês” e um suposto “Estado proletário”. No entanto, um pouco mais a frente, Lenin vai afirmar que

De fato, Engels fala aqui de “extinção” do Estado da *burguesia* pela revolução proletária, ao passo que as palavras sobre o “definhamento” se

referem aos resíduos do Estado *proletário*, depois da **revolução socialista**. O Estado burguês, segundo Engels, não “definha”, mas é “extinto” pelo proletariado na revolução. O que definha depois dessa revolução é o Estado proletário, ou semi-Estado (LÊNIN, 2017, p. 40, grifos do autor, negrito nosso).

Lênin tem o intuito de criticar aqueles partidos que tomam a citação do “definhamento” do Estado de forma isolada, o que justificaria reformas paulatinas antes da revolução. Ao fazer tal crítica, defendendo, no lugar, a sua concepção de “revolução violenta”, Lênin parte de pressupostos que *não existem* em Engels e sequer em Marx. Ele inventa afirmações que não existem nesses autores, entrando em própria contradição até mesmo com o seu “argumento de autoridade”.

Como vimos, Engels fala de extinção do Estado, e não da criação de um Estado proletário. Lênin, no entanto, idealiza uma sequência que seria a seguinte: *extinção do Estado burguês pelo proletariado* → *criação de um Estado proletário via “revolução socialista”* → *definhamento deste Estado último*. Ou seja, na verdade, ele distorce Engels apenas para justificar sua perspectiva de “revolução violenta” em detrimento de uma perspectiva “reformista” dentro do parlamento *burguês*⁶ (*tal como a social-democracia reivindicava na época*), e só isso. O que fica implícito é que ele também defende as reformas, mas dentro do chamado Estado proletário, e isso garantiria o definhamento do Estado num geral. Assim, seu interesse imediato é claro: a criação de um novo Estado. Isso era o que importava.

Outro elemento que devemos nos atentar é quando ele fala em “revolução socialista” na última citação que reproduzimos aqui. O que Lênin entendia por socialismo é radicalmente diferente daquilo que Marx e Engels entendiam pelo processo revolucionário. Quando o primeiro fala em “socialismo” ele está partindo do que *ele próprio* entende de socialismo. Como veremos à frente, ele defende que o socialismo seria um estágio de transição ao comunismo. Essa defesa é de Lênin, discordando das próprias

⁶ Sobre o parlamento Lênin cai em sucessivas contradições. Sylvia Pankhurst (2017 [1920]), por exemplo, a partir de sua participação no Congresso de Kremlin em 1920, nos relata o esforço de Lênin em insistir que os partidos europeus comunistas se unifiquem aos partidos reformistas, justificando tal ação como forma “tática”. Sobre isso, Pankhurst (2017) afirma: “Ele [Lênin] não teme que o comunismo seja postergado ou abafado pela chegada dos reformistas ao poder”. Quem identifica essa importância do parlamentarismo no pensamento de Lênin é também Wagner (2017 [1933]) apontando a “subordinação absoluta dos meios aos fins” em Lênin.

concepções de Marx e Engels, que não pressupunham a criação de uma nova sociedade com tal nome antes do comunismo.

Nesse sentido, a citação que fizemos aqui mostra claramente que Lênin possui uma interpretação de Engels a partir de pressupostos que ele próprio inventou, e que não estão contidos no modo de pensar original dos dois revolucionários alemães. Ou seja, ele não desenvolve e aprofunda a teoria do Estado de Engels e Marx, como alguns poderiam colocar como “mérito” desta obra, mas atribui significados e deforma esses autores em suas obras originais. Ele não distingue as ideias dele próprio daquilo que Engels e Marx defendiam.

Outra questão que há uma atribuição de significado próprio, distanciando-se da perspectiva de Marx e Engels, é em relação à interpretação do termo “ditadura do proletariado”⁷. Lênin supervaloriza a ditadura do proletariado, entendendo-a como um período longo de transição. Aliás, para ele, a revolução consistia na implantação do que ele entende por “ditadura do proletariado”, e somente isso. Isso demonstra o seu grande interesse na defesa de um suposto Estado “proletário”. Essa ênfase descabida é explícita nos seguintes trechos.

O principal na doutrina de Marx é a luta de classes. É o que se diz e se escreve muito frequentemente. Mas é incorreto. E dessa incorreção muitas vezes resulta uma deturpação oportunista do marxismo, sua falsificação num espírito aceitável para a burguesia. Isso porque a doutrina da luta de classes foi criada *não* por Marx, *mas* pela burguesia *antes* de Marx, e, falando de modo geral, é *aceitável* para a burguesia. Quem reconhece *apenas* a luta de classes ainda não é marxista, pode estar restrito aos limites do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à doutrina da luta de classes significa restringir o marxismo, deturpá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que *expande* o reconhecimento da luta de classes até o reconhecimento da *ditadura do proletariado* (LENIN, p. 56-7, 2017, grifos do autor).

Mais à frente ele afirma:

O oportunismo *não estende* o reconhecimento da luta de classes exatamente ao mais essencial, ao período de *transição* do capitalismo para o comunismo, ao período da derrubada da burguesia e de sua completa *extinção* (LENIN, p. 57, 2017, grifos do autor).

⁷ Em relação ao termo “ditadura” é preciso enfatizar que ele não possui o sentido de “antidemocrático” como o concebemos a partir do século XX. Como Adam (2015, p. 83) aponta, tal termo é originário do latim e “se refere a uma gestão emergencial do poder”. Além disso, o termo *ditadura do proletariado* “se originou com Auguste Blanqui e seus seguidores. Marx o utilizava na discussão, mas criticando uma noção *putchista* da revolução social, uma noção da qual Lênin se aproximava perigosamente” (WRIGHT, 2015, p. 181).

É óbvio que devemos ir além da luta de classes, mas no sentido de perceber o proletariado como uma classe revolucionária que tem o potencial de transformação total da sociedade – isso sim seria ir além dos pensadores burgueses, e não enfatizar a ditadura do proletariado como o elemento *mais essencial* do marxismo. O *fundamental* no marxismo é perceber que existe uma classe revolucionária que pode romper com o modo de produção capitalista, e, assim, emancipar toda a humanidade. Por isso deve-se partir da perspectiva desta classe, indo além da mera constatação de que a luta de classes existe. Nesse sentido, um marxista autêntico deve enfatizar e contribuir com a possibilidade e tendência da transformação total da sociedade, e não simplesmente a ditadura do proletariado, que, na perspectiva de Marx, seria apenas *um* dos momentos dentro do *processo revolucionário*, visando a extinção das classes sociais e, conseqüentemente, do Estado.

Além disso, tais trechos provam também como a perspectiva de Lênin é idealista, isto é, parte do mundo das ideias, e não da realidade concreta. Isso porque ele identifica a luta de classes como um produto da mente de determinados autores, e não uma expressão de determinado fenômeno que existe realmente. O fenômeno da luta de classes sempre existiu na realidade (a partir da primeira sociedade classista); a questão é que somente a partir de um determinado período histórico definiu-se esse fenômeno desta maneira, e quem o fez foram autores burgueses, percebendo-a de forma ideológica, ou seja, falsamente. O que Marx evidenciará é a análise concreta e real dessas lutas de classes, expressando uma perspectiva revolucionária que não naturaliza a luta de classes, mas vê potencialidade de transformação social em uma classe – a proletária, no caso do modo de produção capitalista.

Lênin, mais adiante, coloca a necessidade da construção de um Estado “proletário”, e *impõe* a ideia de que o socialismo seria uma sociedade transitória ao comunismo, o que não está presente no pensamento de Marx. Para desenvolver essa ideia de “socialismo” como sociedade transitória, ele defende que a ditadura do proletariado seria um tipo *específico e novo* de Estado, necessitando construí-lo. Ele *impõe* essa visão ao leitor, substituindo os termos como se fossem sinônimos (*Estado proletário* → *ditadura do proletariado*).

Na realidade, esse período [da ditadura do proletariado] é, inevitavelmente, de encarniçada e sem precedentes luta de classes, sem

precedentes na agudeza de suas formas; conseqüentemente, o Estado desse período deve necessariamente ser um Estado democrático *de uma maneira nova* (para proletários e despossuídos em geral) e ditatorial *de uma maneira nova* (contra a burguesia) (...) A transição do capitalismo para o comunismo, está claro, não pode deixar de dar enorme profusão e variedade de formas políticas, mas sua essência será inevitavelmente uma só: *a ditadura do proletariado* (LENIN, 2017, p.58, grifos do autor).

Essa questão sobre a ditadura do proletariado é mais desenvolvida no capítulo 3, momento em que Lênin fala sobre a Comuna de Paris (1871). O título do capítulo é exatamente este: “*O Estado e a revolução. A experiência da Comuna de Paris de 1871. A análise de Marx*” (LENIN, 2017). No entanto, o que vemos neste capítulo *não é* exatamente *a análise de Marx* sobre a Comuna, mas sim a interpretação equivocada e deformada de Lênin sobre alguns aspectos deste acontecimento histórico. Aqui, ele parte de sua própria interpretação sobre a Comuna de Paris e a impõe sob a interpretação de Marx.

É importante explicitarmos isto, pois os escritos sobre a guerra civil na França de Marx – o que inclui a análise da Comuna – são de extrema importância para entendermos o avanço de seu pensamento; isto é, como ele avançou em determinadas questões a partir da experiência concreta do movimento operário. Um desses avanços se dá justamente com a questão do Estado, que, a partir de então, passa a ser visto como algo que deve ser, inevitavelmente, extinto/destruído pelo proletariado, não tomado por ele. Lênin, no entanto, interpreta essa extinção, como *extinção do Estado burguês*, tendo de ser construído um novo aparato estatal⁸. Isso porque a sua interpretação da Comuna de Paris possui uma visão extremamente estatista do processo. Ele vê, nesse fato histórico, a *permanência* de instituições intrinsecamente burguesas, mas que seriam “preenchidas” por operários (não por uma “minoridade privilegiada”), em vez de uma *associação* da classe operária, isto é, de um autogoverno dos produtores – como Marx concebia a Comuna (MARX, 2011) –, *antagônico* às instituições de representatividade burguesas. Ele atribui tal interpretação como se fosse também a interpretação de Marx. E, desse modo, fica fácil e “convicente” (para quem lê apenas Lênin) dizer que Marx defendia um Estado novo como forma de transição ao comunismo.

Desse modo, a Comuna substitui aparentemente a máquina de Estado quebrada “apenas” por uma democracia mais completa: a extinção do

⁸ Ou seja, Lênin possuía uma visão instrumentalista do Estado, como se este fosse uma “coisa”, e não uma relação social, que qualquer classe poderia se apoderar. Para uma crítica mais aprofundada sobre esta visão mecanicista e fetichista de Lênin sobre o Estado, cf. *Contra “O Estado e a Revolução”, de Lênin* (WRIGHT, 2015).

exército permanente, plenas elegibilidade e revogabilidade de todos os funcionários públicos. Mas, na realidade, este “apenas” significa a substituição gigantesca de algumas instituições de tipo fundamentalmente diferente. Aqui se observa exatamente um dos casos de “transformação da quantidade em qualidade”: a democracia, realizada de modo tão completo e conseqüente quanto é concebível, converte-se de democracia burguesa em proletária, em Estado (= força especial para a repressão de determinada classe) em uma coisa que já não é, para falar propriamente, Estado. (...) É nesse sentido que o Estado *começa a definir*. Em vez de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionalismo privilegiado, comando do exército permanente), a própria maioria pode realizar isso de forma direta, e, quanto mais a própria realização das funções do poder de Estado se tornar de todo o povo, menos necessário se torna esse poder (LENIN, 2017, p. 66, grifos do autor).

Ainda sobre a Comuna, ele afirma:

A Comuna substituiu o parlamentarismo corrupto e apodrecido da sociedade burguesa por instituições em que a liberdade de opinião e de discussão não degenera em engano, pois os próprios parlamentares têm de trabalhar, executar eles próprios suas leis, comprovar eles próprios o que se consegue na vida, responder eles próprios diretamente a seus eleitores. As instituições representativas permanecem, mas o parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para deputados, *não existe aqui*. Não podemos conceber uma democracia, nem mesmo uma democracia proletária, sem instituições representativas, mas podemos e *devemos* concebê-la sem parlamentarismo, se a crítica da sociedade burguesa não é para nós palavras vazias, se a aspiração a derrubar a dominação burguesa é nossa aspiração séria e sincera, não uma frase “eleitoral” destinada a captar os votos dos operários, como para os mencheviques e os SRs [Socialistas Revolucionários], como para os Scheidemann e os Legien, os Sembat e os Vandervelde (LÊNIN, 2017, p. 71, grifos do autor).

Assim, Lênin entende que o parlamento é composto por instituições representativas que possuem uma divisão interna de poderes, cujos ocupantes possuem uma “situação privilegiada”, formando um “sistema especial”. Por isso, a saída seria tirar esses privilégios, o que descaracterizaria o parlamentarismo, permanecendo as instituições representativas. A diferença é que quem as ocupariam seriam os trabalhadores. Marx, por outro lado, enfatiza os mecanismos de decisão construídos pelos próprios operários, de modo diferente da sociedade capitalista, enfatizando a negação ao parlamentarismo.

O interessante é que isso pode ser percebido pelas próprias citações que Lênin faz de Marx. Nos tópicos 2 (“Pelo que substituir a máquina quebrada do Estado?”) e 3 (“A extinção do parlamentarismo”), do capítulo 3 (já mencionado), Lênin (2017, p. 65 e 68) faz citações onde Marx fala sobre os mandatos revogáveis de conselheiros municipais proletários, ou representantes destes, bastante diferente dos burocratas estatais (nas

palavras de Marx: “altos dignitários do Estado”). Reproduzimos aqui de forma integral a citação de Marx, sem ser da forma fragmentada (como faz Lênin durante o capítulo 3):

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária. A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um órgão de trabalho, Executivo e Legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operários. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. *Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna* (MARX, 2011, p. 56-7, grifos nossos).

Ou seja, os proletários não são “colocados” dentro de uma instituição de representatividade (já existente no contexto da sociedade burguesa), mesmo sem o parlamento (se é que isso seria possível), mas sim há a emergência de algo novo: o *autogoverno dos produtores*: “Uma vez que o regime comunal estava estabelecido em Paris e nos centros secundários, o antigo governo centralizado também teria de ceder lugar nas províncias ao *autogoverno dos produtores*” (MARX, 2011, p. 57, grifos nossos). Desse modo, estamos lidando com uma forma de auto-organização, que, intrinsecamente, é antiburocrática, já que é um *autogoverno* com conselheiros revogáveis, não um governo dirigido por “altos dignitários do Estado” (isto é, setores da classe burocrática). Diante disso, a seguinte afirmação de Lênin não faz o menor sentido se seguirmos a perspectiva de Marx:

Não se trata de extinguir de uma só vez, por toda parte, até ao fim, o funcionalismo. Isso é utopia. Mas *destruir* de uma só vez a velha máquina burocrática e começar imediatamente a construir uma nova, que permita gradualmente acabar com todo o funcionalismo, *não é utopia* – é a experiência da Comuna, é a tarefa imediata, direta, do proletariado revolucionário (LENIN, 2017, p. 72, grifos do autor).

Lênin, assim como os kautskistas que ele busca combater, também defende uma mudança de forma gradual, mas no Estado novo, “proletário”, depois da “revolução socialista”. Esse “socialismo” preconizado por Lênin possui a seguinte “fórmula econômica”:

Um espirituoso social-democrata alemão dos anos 70 do século passado [XIX] chamou o *correio* de modelo de empresa socialista. Muito justo. O correio é hoje uma economia organizada segundo o tipo do monopólio *capitalista* de Estado. (...) Derrubar os capitalistas, destruir a resistência desses exploradores com a mão de ferro dos trabalhadores armados e demolir a máquina burocrática do Estado contemporâneo – com isso, temos diante de nós um mecanismo de elevado equipamento técnico livre do “parasita”, que os próprios trabalhadores unidos podem perfeitamente colocar em funcionamento contratando técnicos, administradores, pagando o trabalho de *todos* eles, assim como o de *todos* os funcionários do “Estado” em geral com um salário de operário. Essa é a tarefa concreta, prática, imediatamente realizável em relação a *todos* os trustes e que liberta os trabalhadores da exploração, considerando a experiência já começada na prática (especialmente no domínio da construção do Estado) pela Comuna. *Toda* a economia nacional organizada como o correio, de forma que os técnicos e administradores, assim como *todos* os funcionários públicos, recebam um vencimento que não exceda um “salário de operário”, sob o controle e a direção do proletariado armado – esse é nosso objetivo imediato. É desse Estado, é dessa base econômica que precisamos. É isso que trará a extinção do parlamentarismo e manutenção das instituições representativas, é isso que libertará as classes trabalhadoras da prostituição dessas instituições pela burguesia (LENIN, 2017, p. 73-4, grifos do autor).

Lênin, desse modo, cria uma fantasia sobre a “libertação” do proletariado, digna de desprezo se partirmos de uma perspectiva que almeja a transformação social e emancipação humana via emancipação proletária. Infelizmente não é uma piada quando ele diz que é o *modelo do correio*, generalizado por toda a sociedade, que irá *libertar* os trabalhadores. Evidentemente a concepção de liberdade leninista é bastante limitada, sendo mais ligada ao controle do que à emancipação ou libertação, como preconizava Marx. O caráter alienante e fetichizante do trabalho no modo de produção capitalista (e que continuaria no “socialismo”) sequer são mencionados – mesmo porque isso iria de total desencontro com sua perspectiva de liberdade.

O problema fica ainda mais grave quando se tenta impor essa perspectiva específica de “socialismo” dentro das obras de Marx. Como já mencionado, Lênin possuía uma visão evolucionista do marxismo. A partir desta visão, ele fundamenta as suas ideias, sobretudo a ideologia do socialismo. Em *O Estado e a revolução*, a ideia de “socialismo” como um Estado de transição aparece como se fosse uma criação de Marx, utilizando passagens do texto *Crítica ao Programa de Gotha*. Nele, Marx fala sobre a primeira e a segunda fase do comunismo.

O que Marx compreende por essas duas fases é radicalmente distinto do que Lênin coloca. A primeira fase, em Marx, significa uma fase do processo revolucionário (comunista) marcado pela ditadura do proletariado, já com a dissolução das classes sociais, do dinheiro, etc. Não é uma transição, mas já o processo revolucionário em curso, o comunismo sendo parido das entranhas do capitalismo⁹. Assim sendo, apesar de Marx não ter feito muitas indicações sobre como seria essa fase¹⁰, ele coloca alguns elementos dela: o sistema de bônus como forma de retribuição do trabalhador, o domínio do movimento operário auto-organizado reprimindo os resquícios das relações de classe, fim da propriedade privada, autogoverno dos produtores, etc:

Marx concebia o proletariado como a maioria da população e que seria apoiado por outras classes e setores da sociedade, e por isso a ditadura do proletariado tem como papel de realizar a repressão sobre as classes sociais conservadoras do capitalismo em processo de extinção. Nesse momento, a associação operária se torna associação de produtores, forma de realização da autogestão social ou "livre associação dos produtores" (VIANA, 2016, p. 447).

A segunda fase do comunismo, ou a sua fase superior, significa a realização plena e total do comunismo, ou seja, não haveria mais nenhum resquício das velhas relações de classe e a sociedade estaria estruturada em bases igualitárias:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: "De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!" (MARX, 2012, p. 32).

No entanto, Lenin distorce o que de fato seria a "primeira fase" – um momento de "reorganização" da sociedade, e não a criação de um novo Estado – afirmando o seguinte:

⁹ "Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu" (MARX, 2012, p. 29).

¹⁰ Isso decorre de sua coerência com o materialismo histórico e o método dialético, ou seja, é a realidade concreta que mostrará a efetivação da transformação social. É nesse sentido que Marx reviu a questão da estatização que havia colocado no *Manifesto Comunista* após a experiência do movimento operário com a Comuna de Paris.

Mas a diferença entre o socialismo e o comunismo é clara. Ao que se costuma chamar de socialismo, Marx chamou de a “primeira” fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade comum, pode-se aplicar a palavra “comunismo”, contanto que não se esqueça de que esse *não* é um comunismo completo. O grande mérito da exposição de Marx é também continuar fiel à dialética materialista e à teoria da evolução, considerando o comunismo algo que nasce do capitalismo, por via de desenvolvimento (LÊNIN, 2017, p. 123, grifos do autor).

Principalmente aqui, fica evidente como a concepção de revolução defendida por Marx é diferente da de Lênin. Para este, como já explicitado em diversas passagens citadas neste texto, a revolução consistiria na construção de uma nova máquina estatal burocrática, dirigida pela vanguarda que “conduziria” todo o “povo”. A partir disso, haveria a construção do socialismo, comandado por “empregados assalariados do Estado”, e o comunismo surgiria quando houvesse o definhamento total do Estado socialista a partir da própria política socialista.

Já em Marx a revolução pressupõe a transformação total do modo de produção capitalista, em prol de uma sociedade emancipada, onde os seres humanos pudessem desenvolver todas as suas potencialidades. O trabalho não seria mais alienado, mas sim de objetivação humana – a *práxis*. A revolução, nesse sentido, possui um sentido radical, sendo que “Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz para o homem, é o próprio homem” (MARX, 2013, p. 157). Essa transformação total é evidenciada já na *Crítica à filosofia do Direito de Hegel – Introdução* (MARX, 2013), mas que também é evidente n’*O Manifesto Comunista* (MARX, 2010).

O sonho utópico da Alemanha não é a revolução *radical*, a emancipação *humana universal*, mas a revolução *parcial*, *meramente* política, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício. Em que se baseia uma revolução *parcial*, *meramente* política? No fato de que uma *parte da sociedade civil* se emancipa e alcança o domínio universal; que uma determinada classe, a partir de sua *situação particular* realiza a emancipação universal da sociedade. Tal classe liberta a sociedade inteira, mas apenas sob o pressuposto de que toda a sociedade se encontre na situação de sua classe, portanto, por exemplo, de que ela possua ou possa facilmente adquirir dinheiro e cultura (MARX, 2013, p. 160, grifos do autor).

Onde se encontra, então, a possibilidade positiva de emancipação alemã?

Eis a nossa resposta: na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano,

que não se encontre numa posição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o proletariado (MARX, 2013, p. 162, grifos do autor).

A revolução preconizada por Lênin não toma as coisas pela raiz, já que pressupõe que determinados elementos do capitalismo continuarão presentes (cargos institucionais burgueses de representatividade, mas sem o parlamento; modelo econômico dos correios, etc., como vimos). Além disso, ela também não possui uma perspectiva de mudança da totalidade. O que se enfatiza é uma suposta transição onde o proletariado se tornaria a classe dominante – ditadura do proletariado; deixando de lado o essencial – a emancipação humana, com a abolição das classes sociais e do Estado – que foi “resolvido” por Lênin com a justificativa do “definimento” estatal dentro do Estado “proletário”. Assim, Wright (2015, p. 182) afirmará que “Lênin não compreendeu a discussão de Marx sobre o trabalho alienado e o fetichismo”¹¹.

Por isso David Adam (2015) pontuará que a perspectiva de Lênin tem muito mais a ver com a concepção blanquista de “ditadura do proletariado” do que com a concepção de Marx.

O uso por Marx da palavra “ditadura” na frase “ditadura do proletariado”, contudo, é original e deliberadamente distinta do uso por Blanqui. Engels enfatizou este ponto em uma passagem sobre Blanqui: “Do fato de que Blanqui concebe toda revolução como o *coup de main* de uma pequena minoria revolucionária, o que se segue por si mesmo é a necessidade da ditadura depois do seu sucesso – a ditadura, por favor notem, não da classe revolucionária inteira, o proletariado, mas do pequeno número daqueles que deram o *coup de main* e que estão eles próprios organizados de antemão sob a ditadura de uma pessoa ou de algumas poucas. Pode-se ver que Blanqui é um revolucionário da geração anterior”. É claro que o modelo leninista de uma seita ou partido político em particular exercendo o poder político é muito mais próximo da concepção blanquista de “ditadura” do que a de Marx e Engels explicitamente criticou esta concepção de como o poder político poderia ser exercido. É também claro que o modelo de Blanqui do domínio por um pequeno grupo de revolucionários tem mais em comum com as fantasias populares sobre Marx do que a ditadura de Marx de toda a classe proletária (ADAM, 2015, p. 13).

¹¹ Como já foi explicitado, Lênin não está distante apenas a essa questão de Marx, mas à teoria e ao método dialético em sua totalidade. E isso não se trata apenas de (falta de) compreensão, mas sim de perspectiva e interesses de classe.

Assim, o que vemos aqui, a partir desta breve análise de *O Estado e a revolução* (LÊNIN, 2017), é que tal autor possui uma perspectiva diferente sobre o que seria a revolução, em relação à concepção de Marx. A visão de Lênin é estatizante, cujo objetivo é tomar o controle e poder do Estado, colocando o partido como dirigente da sociedade como um todo. Isso se deve muito à própria divergência de perspectiva metodológica. Como pontuamos na apresentação sobre as ideias de Lênin, este autor possui uma visão mecanicista e metafísica do materialismo histórico dialético, derivada de Kautsky. Isso faz com que ele trate o Estado como uma coisa, isto é, de maneira fetichizada, com uma atitude funcionalista. Sendo que, na realidade, Marx entendia o Estado como uma relação social (WRIGHT, 2015). Essas ideias, quando aplicadas, obviamente, não libertaram os operários russos; pelo contrário: os controlaram com a ilusão de que aquilo configuraria algum tipo de liberdade, destruindo a experiência real de auto-organização dos trabalhadores. “Se o objetivo é a autoemancipação do trabalho os meios têm de ser ‘prefigurativos’, pois estes são os únicos que funcionarão” (ADAM, 2015, p. 87). Por isso, é imprescindível dar ênfase à auto-organização da classe operária, cujo autogoverno, realizado na Comuna de Paris, pode servir como exemplo; mas não a “experiência” de tomada bolchevique do poder, que transformou a Rússia e adjacências em um capitalismo estatal, longe de libertar os trabalhadores. Nesse sentido, o bolchevismo nada mais é do que “um dos mais perigosos obstáculos” para o proletariado revolucionário internacional (WAGNER, 2017 [1933]).

A ideologia do período de transição pós Lênin

A história é contada pelos vencedores. Após a sucedida contrarrevolução burocrática na Rússia, bem como a hegemonia bolchevique no interior das disputas políticas, a compreensão do marxismo enquanto expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado é ofuscada e deformada. O leninismo torna-se sinônimo de marxismo, ou, para outros, como um autêntico continuador das ideias e práticas revolucionárias de Marx (o que ficou conhecido como “marxismo-leninismo”). Após o golpe de Estado em outubro de 1917, os bolcheviques, ao tomar o poder, começam a esvaziar as associações criadas pelos próprios operários (soviets ou “conselhos operários”), buscando controlá-los e colocá-lo sob o seu domínio burocrático:

[...] entre Março e Outubro, os bolcheviques apoiaram o desenvolvimento dos Comitês de Fábricas, mas foi para se voltarem violentamente contra eles nas últimas semanas de 1917, tentando integrá-los em novas estruturas sindicais, o que era o melhor meio de castrá-los. Esse processo devia desempenhar um papel importante, impedindo a luta crescente contra as relações de produção capitalistas de alcançar o seu objetivo. De fato, os bolcheviques canalizaram as energias libertadas entre Março e Outubro para um ataque bem sucedido contra o poder político da burguesia (e contra as relações de propriedade nas quais estava baseado). A esse nível, a revolução foi “vitoriosa”. Mas os bolcheviques foram também “vitoriosos” ao restaurar “a lei e a ordem” na indústria – lei e ordem que reconsolidavam as relações autoritárias de produção, que durante um breve período tinham sido seriamente abaladas (BRINTON, 2014, p. 153).

Com a consolidação do domínio bolchevique, começa igualmente o domínio da ideologia que a justifica e legitima: o leninismo. No entanto, esse processo não fica limitado à região soviética. A ideologia leninista, bem como sua prática, é irradiada para o mundo todo. O marco histórico disso é o Congresso da III Internacional Comunista em 1919. Nele, Lênin, defende que todos os partidos comunistas deveriam seguir as diretrizes do comitê central soviético, o que foi acatado pela grande maioria dos congressistas, animados pela “vitoriosa” revolução russa.

No entanto, houve resistência e protesto por parte daqueles que já estavam desconfiados do caráter burocrático dos bolcheviques e em especial de Lênin. Herman Gorter, um dos representantes dos comunistas de conselhos, critica o posicionamento de Lênin, apesar de ainda se limitar a questões táticas:

Companheiro Lênin, você quer nos obrigar, a nós da Europa Ocidental, que estamos sem aliados frente a um capitalismo absolutamente poderoso, extremamente organizado (organizado em todos os setores e em todos os sentidos), fortemente armado (e exatamente por isso precisamos das melhores e das mais poderosas armas), você quer nos obrigar a usar armas ruins. Você quer impor estes miseráveis sindicatos a nós que queremos organizar a revolução nas fábricas e de acordo com as fábricas. A revolução no Ocidente só pode ser organizada na base da fábrica e das fábricas. Isto acontecerá porque é nas fábricas que o capitalismo está altamente organizado em todos os sentidos (...). E isto não é tudo! A Executiva de Moscou, os dirigentes russos de uma revolução que só venceu porque teve o apoio de um exército de milhões de camponeses pobres, querem impor sua tática ao proletariado da Europa Ocidental que está e deve estar só. E, para atingir este objetivo, destroem, como você, a melhor corrente da Europa Ocidental! Que besteira incrível, e, sobretudo, que dialética! (GORTER, 1981, p. 40-42).

Outro indivíduo que tece críticas a Lênin, no calor do momento, é o político e artista (um dos expoentes do expressionismo) Franz Pfemfert:

Lenine pensa, com efeito, que é uma tolice. Na obra que acaba de lançar contra o proletariado revolucionário, *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*, Lenine pensa que a Terceira Internacional deve regular-se pelos estatutos do Partido Comunista Russo (Bolchevique) e que o proletariado revolucionário de todos os países deve submeter-se à autoridade da “Terceira Internacional” e, portanto, às táticas dos Bolcheviques. Os Bolcheviques deveriam determinar as armas que o proletariado combatente do resto do mundo deve utilizar. E só aqueles proletários que obedecem incondicionalmente serão escolhidos para pertencer a esta associação mundial. Nos Princípios do Segundo Congresso da Terceira Internacional, Lenine formulou este postulado de um modo ainda mais claro: não só deu instruções gerais, mas também todos os detalhes de tática, de organização, e inclusive prescreveu o nome que deveriam assumir os partidos em todos os países. E para rematar: “Todas as decisões dos congressos da Internacional Comunista, assim como de seu Comitê Executivo, são vinculativas a todos os partidos filiados à Internacional Comunista.” (PFEMFERT, 2017).

A consolidação e desenvolvimento dos direcionamentos da III Internacional, dominado pelo Partido Bolchevique Russo, significou o que ficou conhecido como a bolchevização dos partidos comunistas no mundo. Esse processo marca, enfim, a hegemonia leninista, bem como a “socialização” da deformação do marxismo autêntico para outras localidades do mundo. Os desdobramentos desta questão são impressionantes.

O primeiro elemento destes desdobramentos é que, devido à falta de informações, um expressivo número de militantes políticos, desde anarquistas a marxistas, se entusiasma com a revolução russa e foram a reboque dos interesses burocráticos bolchevique. E isso contribuiu para aumentar ainda mais sua influência, isenta de críticas ou tornando-as marginais e pouco conhecidas.

O segundo elemento refere-se à satelitização dos partidos comunistas via Moscou. Todos os partidos comunistas começaram a, sistematicamente, seguir as diretrizes e reproduzir as ordens que vinham do comitê central da URSS. Isto significou, igualmente, a reprodução das ideologias legitimadoras da prática burocrática soviética no mundo. Não apenas na Rússia, mas em todo o planeta, o leninismo tornou-se sinônimo de marxismo; a partir disso, generalizam-se as deformações dos escritos de Marx e de outros marxistas. Pela falta de leitura de Marx, este foi colocado como o grande autor da ideia do período de transição socialista para o comunismo (o que já deixamos claro que foi algo construído por Lênin); a dialética marxista, que deveria estar ancorada à realidade

concreta, tornou-se uma ciência fundamentada em Engels, Lênin e Stálin; entre outras diversas aberrações políticas e teóricas.

O terceiro elemento é a luta cultural empreendida pela burocracia soviética ao longo de sua existência. Lênin tornou-se um dos autores mais traduzidos do mundo a partir das Edições Progresso (DEL ROIO, 2017)¹², espalhando sua ideologia para todos os continentes e alcançando grande parte das principais línguas faladas no planeta. A política cultural soviética assentava-se em manuais simplórios e vulgares do que já era vulgar. Os cursos de doutrinação e “formação” dos partidos ligados a Moscou buscavam oferecer tão-somente manuais que simplificavam e deformavam a concepção marxista de revolução, criando uma cultura de não leitura e incompreensão do próprio pensamento marxista. O próprio Lênin, um vulgarizador do pensamento revolucionário, é vulgarizado. Eis a miséria leninista posta ao longo do seu desenvolvimento.

O Brasil não escapa desse processo. Fundamentalmente a leitura “marxista” que se tinha no Brasil, a partir de 1922 (época da fundação do Partido Comunista Brasileiro), era o que chegava e fosse permitido pela União Soviética:

Do lado dos adeptos e propagandistas do marxismo, o crescimento da influência política não se fazia acompanhar automaticamente de um aprofundamento no conhecimento do pensamento de Marx. O autor d’*O capital* aparecia misturado e, de certo modo, subordinado a Lênin e a Stalin. Enquadravam-no no papel honroso mas limitado de profeta do ‘marxismo-leninismo’, uma doutrina codificada posta pragmaticamente a serviço das exigências do estalinismo. [...] Na realidade, a discussão sobre as ideias de Marx tinha ficado atrelada, de forma empobrecedora, à discussão sobre a evolução da experiência soviética, sobre a importância universal do Estado Soviético (KONDER, 2009, p. 37).

O primeiro texto de Marx traduzido para o português, *O Manifesto Comunista*, data de 1924, 76 anos depois de sua publicação por Marx e Engels na Europa. *O Capital* somente será traduzido mais de um século depois (pela editora Civilização Brasileira) (KONDER, 2009). O vácuo dessa lacuna era preenchido pelo pseudomarxismo de Lênin e seus intérpretes soviéticos.

¹² “Até os anos 80 do século XX, Lênin foi o autor mais traduzido do mundo, graças à iniciativa de divulgação da União Soviética, por meio das Edições Progresso, e também por ser a mais importante referência do movimento comunista. Karl Marx, por suposto, sempre foi referido, mas menos lido, por conta das dificuldades presentes em seus escritos, e publicado de maneira menos sistemática” (DEL ROIO, 2017, p. 13).

Todo esse processo reforçará, falsamente, a ideia de que, no processo revolucionário, será necessário um período de transição chamado “socialismo” e que isso estaria vinculado a uma concepção marxista.

De modo geral, ao longo do desenvolvimento histórico do moribundo leninismo, a ideia do período de transição não irá sofrer grandes desdobramentos ou aprofundamentos.

Em nível internacional, podemos citar rapidamente a tentativa de István Mészáros (2002) em “atualizar” o leninismo, adquirindo a denominação, por parte de alguns autores, de “neoleninista” (LOPES, 2008), devido à incorporação de outras ideologias no interior deste pensamento. Mészáros coloca que o fundamental, a propósito do período de transição, é a superação do tripé capital-trabalho-Estado (MÉSZÁROS, 2004). No entanto, o Estado, no processo revolucionário à “transição ao socialismo”, torna-se não só importante, mas necessário, posto que a alienação (*Enfremdung*) ainda perdura na sociedade (NAKAMURA, 2009). Citemo-lo para deixar claro sua posição ante o papel do Estado no processo revolucionário:

Ao mesmo tempo, para completar o novo círculo vicioso entre a sociedade civil pós revolucionária e seu Estado, este último não é meramente a manifestação da continuação da divisão social do trabalho, mas também o apogeu hierárquico do seu sistema de tomada de decisões. Por este motivo, tem grande interesse em manter, indefinidamente, o controle mais firme possível sobre todo o processo de transformação em andamento e, portanto, estimulando em vez de destruir a divisão social estabelecida do trabalho, da qual o próprio Estado pós-revolucionário - em virtude de seu papel estratégico - constitui a dimensão mais privilegiada. Aqui, podemos novamente observar que a controvertida questão dos “privilégios burocráticos” não é simplesmente um problema do pessoal envolvido, mas, acima de tudo, da conservação pelo Estado de funções “objetivamente privilegiadas” - isto é, estrategicamente vitais - no metabolismo social geral (MÉSZÁROS, 2004, p. 355).

Aqui fica claro não só a sua defesa do Estado, mas também dos privilégios da classe burocrática no período de transição (o que para nós significa a ampliação do domínio burocrático e a instauração de um capitalismo de estado). Nesse sentido, a diferença substancial de Lênin e Mészáros sobre a discussão do período de transição, para além do desenvolvimento histórico e os desdobramentos da experiência soviética, é o construto “metabolismo social”, um novo termo que serve como fetiche para a “nova” esquerda, especialmente para os partidos políticos. Novos tempos, novas ideologias da burocracia radicalizada. Sobre o pensamento de Mészáros, Lopes coloca:

Suas teses são velhas ideias com roupagem nova, e pouco mais que isso. Usa termos luckasianos, do velho Lukács, para reproduzir um neoleninismo que, no fundo, não rompe com a burocracia (que ele evita discutir profundamente) e o Estado, em seu texto sobre o problema da transição na Rússia (em *Para Além do Capital*), não faz mais que reproduzir um novo discurso leninista para isentar o bolchevismo do processo de burocratização. É o novo ídolo-fetice da pseudoesquerda, o salvador da pátria dos leninistas, e sua nova terminologia de nada acrescenta ao saber humano. O que há de importante nessa terminologia do "metabolismo social do capital"? Absolutamente nada, a não ser um novo fetichismo do capital, que deixou de ser relação social para ser fetiche de intelectual (LOPES, 2008, p. 24).

A nível nacional, não há muita criatividade ou aprofundamentos das teses de Lênin. No entanto, no bojo da constituição do Partido Comunista Brasileiro, começa a surgir a ideia do “etapismo”, uma variante de inspiração stalinista (derivada do leninismo) acerca de um período de transição no Brasil. A ideia central desta abordagem está ancorada numa visão evolucionista da história e das transformações tanto da sociedade no geral quanto dos modos de produção em específico, que surgem não no Brasil, mas nas diretrizes do VI Congresso do *Komintern* Soviético (III Internacional) e adaptado pelos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (REZENDE, 2008). O VI Congresso da III Internacional, em 1928, colocava que a revolução deveria ser feita a partir de etapas pré-estabelecidas de acordo com a classificação de cada país em seu desenvolvimento histórico. Por esse ângulo, existiam os blocos de países com alto e médio desenvolvimento e os países coloniais e semicoloniais.

O Brasil, devido ao caráter subordinado do seu capitalismo, estava entre os países coloniais e semicoloniais, de acordo com esses ideólogos. Era necessário, portanto, fazer uma revolução “democrático-burguesa” no país, já que ainda existiam resquícios “feudais” na “economia” brasileira e a luta se fundamentaria em uma libertação e independência nacional. É por isso que o Partido Comunista Brasileiro, durante várias décadas, irá convocar uma aliança com a burguesia: primeiro seria imprescindível acabar com o “feudalismo” no Brasil, impulsionando o desenvolvimento capitalista no país; e só depois poderia se pensar em uma transição para o socialismo – cuja realização necessitaria conquistar a “hegemonia do proletariado” na fase anterior, agrária e anti-imperialista (CARONE, 1982).

Essa ideia de período de transição no Brasil só cairá por terra muitas décadas depois de sua constituição. Constrangidos pela realidade concreta, intelectuais posteriores

ligados a partidos bolcheviques (mas também independentes) irão fazer “autocrítica” dessa abordagem, mas ainda resguardando a necessidade de um período de transição chamado socialismo.

O Marxismo e a luta contra o leninismo

Para Marx, é o movimento operário, devido à sua posição de classe no interior da sociedade capitalista, que efetiva a possibilidade da transformação social, a emancipação humana. A revolução proletária, então, coloca em xeque o conjunto das relações sociais existentes, buscando transformar radicalmente suas bases e produzir uma nova sociedade. Emancipando a si mesma, emancipa igualmente a totalidade da sociedade, já que seus interesses são os mesmos expressos na natureza humana. Isto significa que esta emancipação não é fruto de ideias de indivíduos “reformadores do mundo”, mas sim um movimento real, que está posto enquanto tendência na história da humanidade (MARX, 2010). Mas como ocorre o processo revolucionário a partir do movimento operário?

Marx é bem claro em seus escritos sobre essa questão. Escreve, por exemplo, no Estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT): a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. A revolução proletária só pode existir como uma possibilidade e tendência histórica a partir da autoemancipação proletária. Ou seja, não será nenhum grupo específico, partido político ou qualquer outra manifestação externa ao proletariado que irá efetivar isso por ele (ou em nome dele, como o bolchevismo o fez na Revolução Russa). É a totalidade do proletariado, autodeterminado (“classe-para-si”), que efetiva esse processo. O conjunto dos escritos de Marx estão empenhados em contribuir, via luta cultural, com a radicalização da luta proletária, tanto com a crítica desapiedada do existente (ou seja, da sociedade capitalista bem como dos seus ideólogos, etc.) quanto no aceleração do processo revolucionário via intervenção política na dinâmica da luta de classes de sua época.

Diferente de Lênin, Marx nunca colocou um período de transição entre o capitalismo e o comunismo (autogestão social, ou, nas palavras de Marx “autogoverno dos produtores”) no processo revolucionário. É a partir da luta proletária direta contra a burguesia que o processo revolucionário se efetiva, abolindo tanto o modo de produção

capitalista, bem como suas formas de regularização (o que Max chamou metaforicamente de “superestruturas”), tal como o Estado, seu principal regulador das relações sociais da sociedade civil. Isso fica explícito em alguns de seus textos que abordam esta questão de forma mais direta, tais como *O Manifesto Comunista* (MARX & ENGELS, 2010), *A Guerra Civil na França* (MARX, 2011) e *Crítica ao Programa de Gotha* (MARX, 2012).

Com a morte de Marx e a posterior hegemonia leninista, há aqueles que resistem e expressam a perspectiva revolucionária do proletariado, mesmo que de forma marginal. Bem como disse Paul Mattick: “Nada prova de maneira mais peremptória o caráter revolucionário das teorias de Marx do que a dificuldade de assegurar a sua manutenção nos períodos não revolucionários” (MATTICK, 1988, p. 23). Nesse sentido, existiram aqueles que continuaram, reforçaram e aprofundaram as teses revolucionárias de Marx e expressaram o autêntico marxismo ao longo do desenvolvimento histórico. Durante a reflexão deste trabalho, mostramos alguns desses autores, sendo alguns participantes do que ficou conhecido como “comunismo de conselhos”. O que seria o comunismo de conselhos?

Resumidamente, temos que: a) a determinação fundamental para o surgimento do comunismo de conselhos foi naturalmente o surgimento dos conselhos operários como forma de organização e luta concreta dos trabalhadores; b) compõe este processo a crítica à ideologia, estratégia e prática política dos partidos social-democrata e bolchevique, bem como dos sindicatos. Enfim, a elaboração de uma crítica às burocracias partidárias e sindicais; c) um outro aspecto é o desenvolvimento do marxismo original. Os comunistas conselhistas eram autores vinculados ao marxismo, ou seja, tinham no materialismo histórico-dialético sua perspectiva teórica de análise da realidade. Sua elaboração teórica significou a adequação e aprofundamento do marxismo às condições da luta operária das primeiras décadas do século 20 (MAIA, 2010, p. 13).

Os comunistas de conselhos colaboraram com a manutenção do caráter revolucionário do marxismo, denunciando, tanto no calor do momento dos acontecimentos da Revolução Russa e Alemã, quanto posteriormente, sistematizando e teorizando sobre os conselhos operários e fazendo a crítica ao caráter contrarrevolucionário do leninismo e seus desdobramentos (trotskismo, stalinismo, maóismo, etc.). Além do comunismo de conselhos, existiam também o comunismo antiparlamentar inglês (Sylvia Pankhurst, Guy Alfred, etc.) e o anarquismo-comunista (Daniel Guérin, etc.), etc. Com certas ambiguidades, o situacionismo (Debord, Vaneigem, etc.), no começo da segunda metade do século XX, também efetivaram uma crítica ao

leninismo e outras tendências menos conhecidas. Contemporaneamente (a partir da década de 80), o marxismo autogestionário vem resgatando a tradição revolucionária do marxismo:

A ascensão do neoliberalismo e derrocada do capitalismo estatal, a partir da emergência do regime de acumulação integral, enfraqueceram bastante as duas principais formas de deformação do marxismo, o pseudomarxismo socialdemocrata e bolchevique. Isso abriu espaço para retomada, mesmo que parcial e ambígua, muitas vezes de forma dogmática ou eclética, do marxismo autêntico. É nesse momento que começa a emergir uma nova fase do marxismo autêntico, que retoma as contribuições fundamentais de Marx, do comunismo de conselhos e outros intelectuais, grupos, militantes, que foram marginalizados, colocando como centro da teoria marxista o projeto autogestionário. Assim, o marxismo autogestionário é a forma atual e contemporânea de manifestação do marxismo autêntico. Sem dúvida, o marxismo sempre foi autogestionário, apesar das falsificações ideológicas que tentaram lhe retirar esse caráter. Contudo, a síntese atual do marxismo com a retomada desse caráter autogestionário, com sua atualização e foco no projeto de sociedade futura para lhe distinguir de todas as deformações do marxismo que buscam, quando buscam, apenas a reforma do capitalismo (MARXISMO E AUTOGESTÃO, 2014, p. 4-5).

Considerações finais

Como ficou evidente a partir do itinerário de nosso texto, o posicionamento de Marx (e, posteriormente do marxismo) não é só diferente do de Lênin, mas expressamente antagônico. Ambos partem de premissas e perspectivas de classe distintas.

Lênin representa a classe burocrática; a tentativa dessa classe de se autonomizar radicalizando a sua prática, seu modo de vida (a atividade de direção) e seu interesse de classe fundamental: aumentar o número e a necessidade da burocracia na totalidade da sociedade (burocratização). O leninismo, por consequência, representa uma ideologia de um determinado setor da burocracia (sobretudo as frações inferiores). É expressão da tentativa de modernização estatizante do capitalismo. Para conseguir tal autonomia, com objetivo de tomar o poder do Estado, o leninismo fala em nome do proletariado, buscando dirigi-lo e dominá-lo; as experiências históricas do começo do Século XX (Revoluções Russa, Alemã, Húngara, etc.) são sintomáticas, demonstrando como esse processo pode ocorrer.

Nesse sentido, o movimento operário, ao longo do seu processo de libertação e transformação da totalidade das relações sociais capitalistas, se defronta não só com a burguesia, mas também com suas classes auxiliares, sendo a burocracia uma de suas

fundamentais. O combate ao leninismo é um combate necessário. É imprescindível intensificar a luta cultural teórica que efetiva esse combate. Apesar de cada vez mais o leninismo perder a força que tivera no século XX, é necessário enterrá-lo de vez, posto que muitas vezes se confunde o marxismo com o leninismo ainda hoje, criando uma confusão que favorece a própria manutenção da sociedade capitalista.

O marxismo, enquanto expressão teórica revolucionária do proletariado, efetiva a crítica desapiedada do existente. O existente é a regularidade, a reprodução da exploração e dominação, o fermento da miséria e da negação da essência humana. O leninismo, nesse sentido, precisa ser igualmente tratado de forma desapiedada, sem concessões. A luta pela Autogestão Social (ou seja, pelo autogoverno dos produtores que Marx dizia) é uma luta também contra o leninismo e quaisquer ideologias que busquem controlar e dominar a potencialidade revolucionária do movimento operário.

Referências

ADAM, David. *Marx e o Estado*. Revista *Marxismo e Autogestão*, ano 02, num. 03, jan./jun. 2015, p. 72-95. Disponível em:

<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9adam3>. Acessado em: 29/10/2017.

BARROT, Jean. *O “renegado” Kautsky e seu discípulo Lênin*. Revista *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 01, jan./jul. 2014, p. 104-114. Disponível em:

<http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>. Acessado em: 29/10/2017.

BRINTON, Maurice. *A Revolução Russa*. Revista *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 02, jul./dez. 2014.

CARONE, E. *A Terceira República (1937-1945)*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1982.

CARONE, Edgard. *Corpo e Alma do Brasil - O P.C.B. (1922-1943)*. Vol. I. São Paulo: Difel, 1982.

DEL ROIO, Marcos. *Apresentação*. In: LÊNIN, Vladímir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

GUILLAUME, Pierre. *Ideologia e luta de classes*. Disponível em:

<https://comunismo.wordpress.com/ideologia-e-luta-declasses/>. Acesso em: 29/10/2017.

GORTER, Herman. *Carta aberta ao companheiro Lênin (1920)*. In: TRAGTENBERG (org.) *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

JENSEN, Karl. *A Luta Operária e os Limites do Autonomismo*. In: *Marxismo e Autogestão*, ano 01, num. 02, jul./dez. 2014, p. 06-15. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>. Acessado em: 29/10/2017.

KAUTSKY, Karl. *As três fontes do marxismo*. São Paulo: Global, s/d.

KONDER, Leandro. *As Ideias de Marx no Brasil*. In: KONDER, Leandro. *O Marxismo na Batalha das Ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

LÊNIN, Vladímír Ilítch. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÊNIN. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.

LOPES, Marcos. *A Concepção Neoleninista de Socialismo em István Mészáros*. *Revista Enfrentamento*, ano 2, num. 04. Jan./Jun. 2008.

MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Mina. Virtualbooks, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Crítica à filosofia do direito de Hegel (Introdução)*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARXISMO E AUTOGESTÃO. *Por um Marxismo Autogestionário*. *Revista Marxismo e Autogestão*, Ano 01, Num. 02, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/1edit2/107>>. Acesso em: 10/11/2017.

MATTICK, Paul. *Karl Kaustsky: de Marx e Hitler*. In: *Karl Kaustksy e o Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

_____. *Lenine e a sua lenda*. *Revista Espaço Livre*, v. 11, n. 22, jul./dez. 2016, p. 81-92. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/570>. Acesso em: 29/10/2017.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *Revolução social e divisão do trabalho*. In: MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2004.

NAKAMURA, E. Z. *Contribuição para a crítica da concepção de István Mészáros sobre a “ditadura do proletariado”*, 2009. Disponível em: http://memoriaoperaria.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=52&Itemid=2. Acesso em: 28/10/2017.

PANKHURST, Sylvia. *A Rússia Soviética que vi em 1920: o Congresso no Kremlin [1920]*. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/08/114798>. Acesso em: 29/10/2017.

PANNEKOEK, Anton. *Lenin Filósofo*. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

PFEMPERT, Franz. *A Doença Infantil de Lenine e a Terceira Internacional*. Disponível em: <https://comunismo.wordpress.com/a-doenca-infantil-de-lenine/>. Acesso em: 29/10/2017.

REZENDE, Claudinei C. *O Marxismo Brasileiro: a vocação stalinista da teoria da transição*. In: VI Seminário do Trabalho: Trabalho, economia e educação no Sec.XXI, 2008, Marília. Anais do VI Seminário do Trabalho. Marília: Unesp, 2008. v. u. p. 1-14.

RUHLE, Otto. *A luta contra o fascismo começa pela luta contra o bolchevismo [1939]*. Disponível em: <http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/luta-contra-o-fascismo-comeca-pela-luta.html>. Acesso em: 29/10/2017.

TRAGTENBERG, Maurício. *A revolução russa*. São Paulo: UNESP, 2007.

VIANA, Nildo. *A Essência do Marxismo*. Revista Marxismo e Autogestão, ano 01, num. 02, jul./dez. 2014, p. 24-37. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/4viana2/110>. Acessado em: 29/10/2017.

_____. *Karl Marx: A Crítica Desapiedada do Existente*. Florianópolis: Bookess, 2016.

_____. *O que é Marxismo?* Rio de Janeiro: Elo, 2008.

WAGNER, Helmut. *Teses sobre o bolchevismo [1933]*. Disponível em: <https://comunismo.wordpress.com/teses-sobre-obolchevismo/>. Acesso em: 29/10/2017.

WRIGHT, Chris. *Contra “O Estado e a Revolução”, de Lênin*. Revista Marxismo e Autogestão, ano 02, num. 03, jan./jun. 2015, p. 176-192. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9ewright3>. Acessado em: 29/10/2017.

**CONSELHOS E DEMOCRACIA DE MARTORANO:
UMA VISÃO BURGUESA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA**

Lucas Maia¹

Todo indivíduo com inclinações revolucionárias questiona-se a respeito de como será organizada a sociedade que se erguerá dos escombros do capitalismo. Até mesmo os detratores das concepções autogestionárias, para justificar seus pontos de vista conservadores, exigem uma explicação mais ou menos crível de como seria esta tão sonhada sociedade do futuro.

Um outro questionamento muito comum, sobretudo dentro dos círculos militantes, diz respeito ao processo que porá fim ao modo de produção capitalista e construirá em seu lugar a sociedade comunista ou autogerida. Surgiu durante o século XX todo um conjunto de produções que derramou muita tinta sobre papel com vistas a esclarecer (intelectual e politicamente) o que na literatura socialdemocrata e bolchevique ficou conhecido como “fase de transição socialista”. Outras concepções, como a tendência conselhistas, por exemplo, ao discutir o processo revolucionário não abordam a questão utilizando o constructo “fase de transição socialista”. Retomaremos esta discussão mais à frente.

É tendo em vista esta discussão, que colocamos sob escrutínio o livro de Luciano Cavini Martorano – *Conselhos e Democracia: em Busca da Participação e da Socialização*, publicado pela editora Expressão Popular. Como se vê pelo título, a obra pretende analisar o significado e o papel dos conselhos operários no processo revolucionário, ou como denomina o autor: “fase de transição socialista” e a relação disto com a democracia, ou seja, a ampliação da participação democrática e da socialização.

Martorano inicia sua pesquisa a partir de um ponto de vista metodológico no mínimo questionável. A temática sobre a qual se debruça são os conselhos operários e o papel destes no processo de construção da “democracia socialista”. Os conselhos foram uma recorrência histórica durante todo o século 20. Onde quer que emergisse um processo

¹ Geógrafo. Professor do Instituto Federal de Goiás – Campus Aparecida de Goiânia. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Editor da Revista Enfretamento. Militante Autogestionário. Autor dos livros Comunismo de Conselhos e Autogestão Social (Rio de Janeiro: Rizoma, 2015); As Classes Sociais em O Capital (Pará de Minas, 2011); A Reemergência das Lutas Autônomas no Brasil (Goiânia, 2016).

revolucionário, lá estavam estas formas de organização. Tal luta concreta dos trabalhadores suscitou sempre uma produção intelectual que sedimentava tais experiências, dando-lhes um significado teórico e político. Mas os conselhos operários não são a única forma de organização que se desenvolveram ao longo da história das lutas operárias: os sindicatos, os partidos políticos, as cooperativas, associações de apoio mútuo etc. foram também recorrentes. Os partidos políticos e os sindicatos foram, contudo, aquelas experiências que mais se destacaram e mais tiveram significado ao longo das lutas do século 20. *Pari passo* a estas experiências concretas de organização, também produções intelectuais se associam imediatamente a fim de dar-lhe organicidade. Surgem assim as ideologias partidárias, sindicais, cooperativistas etc.

Nem sempre, contudo, tais ideias são harmônicas entre si. As ideias sindicalistas, partidárias, conselhistas conviveram durante o século passado geralmente em conflito. Assim, é estranho o ponto de partida de Martorano:

Não nos ativemos somente à produção de autores apresentados como sendo os “comunistas de conselhos”, como defende de forma restritiva Paul Mattick (...). Se assim o fizéssemos estaríamos excluindo da pesquisa autores como Lênin, Trotsky e mesmo Gramsci, entre outros. *Para nós, os “conselhistas” incluem todos aqueles que pensaram a questão dos conselhos operários em sua relação com o partido socialista e com o Estado operário, e não exclusivamente os que consideravam estes novos organismos como expressão automática da democracia direta e da superação dos partidos* (MARTORANO, 2011, p. 43).

Uma das características centrais da ideologia é realizar um discurso ilusório que sustente e fortaleça as ilusões. Esta proposição de Martorano é ilusória porque deseja estabelecer uma identidade onde na verdade sobressai a mais profunda contradição. Tal contradição é derivada da base material de onde se erguem as ideias de cada um destes autores. Ao fazer isto, Martorano fortalece a ilusão de que é possível edificar uma nova sociedade a partir das instituições da velha sociedade. Veremos os problemas desta tese mais adiante.

Os grupos “comunistas conselhistas”, no sentido restritivo de que fala Martorano, surgem num dado momento histórico expressando um conjunto de conflitos de grupos de interesse, que são na verdade expressão das lutas de classe mais gerais². Após a primeira guerra mundial, estabeleceu-se no interior do movimento operário europeu um

² Para uma discussão sobre a origem e características do Comunismo de Conselhos, confira nosso estudo Comunismo de Conselhos e Autogestão Social, (MAIA, 2015).

conjunto de tensões no campo político e intelectual, que era, na verdade, o resultado das contradições e lutas de classe concretas. As organizações tradicionais do movimento operário, herdadas do século 19, os partidos políticos socialistas e os sindicatos, já não mais expressavam os interesses revolucionários do proletariado. Estavam integrados à dinâmica de reprodução normal da sociedade burguesa. Em oposição a este estado de coisas, começa a se desenvolver em vários países (Rússia, Alemanha, Hungria, Itália etc.) organizações que os próprios operários criavam no processo de luta: os conselhos operários.

O surgimento destas organizações dos trabalhadores é o resultado de um conflito de classes no qual os trabalhadores tentam fazer valer seus interesses contra a classe capitalista. O que torna tal realidade mais complexa, é que neste contexto, os conselhos se formam não só em oposição aos capitalistas, mas também aos seus próprios dirigentes sindicais e partidários, ou seja, à burocracia dos partidos e dos sindicatos. O desenvolvimento destas organizações, dos conselhos operários, é o resultado de um longo processo de superação ou de conflito dos trabalhadores com suas antigas organizações para defender seus interesses contra seus atuais patrões.

Tal conflito de classes desenvolve-se também no campo da elaboração intelectual. Devido às características deste movimento e a influência que passam a ter dentro do movimento operário europeu, Lênin, um dos principais representantes ideológicos do Partido Comunista Russo, em 1920, escreve um panfleto intitulado *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. Este livrinho tinha em mira a influência que a esquerda extraparlamentar estava obtendo na Europa Ocidental, fugindo, portanto, ao alcance da política da III Internacional, completamente dominada pelos bolcheviques. As críticas dirigem-se a Sylvia Pankhurst, Amadeo Bordiga, os espartaquistas, mas sobretudo a Herman Gorter e Anton Pannekoek, os principais “representantes literários”, em Alemanha e Holanda, deste novo movimento operário que emergia em Europa.

As divergências entre os grupos e autores que expressavam os conselhos operários e aqueles que tentavam de diversas formas submeter o movimento dos

conselhos aos sindicatos e aos partidos políticos estavam dadas³. É dentro deste quadro que podemos avaliar o seguinte texto de Paul Mattick:

As organizações reclamando-se do “comunismo de esquerda” ou “comunismo operário” tiveram a sua origem na oposição de esquerda que se constitui antes, durante e imediatamente após a guerra nas fileiras dos partidos comunistas e socialistas. A ideia da gestão operária directa, a que davam a máxima importância, tomou forma real com o aparecimento dos “soviets” no decurso da revolução russa, do movimento dos *shop stewards* em Inglaterra durante a guerra, e dos delegados de fábrica, mais tarde conselhos de operários e de soldados na Alemanha, durante e depois da guerra. Todos estes grupos foram, em 1920, excluídos da Internacional Comunista. Foi contra eles, a fim de destruir a sua influência na Europa Ocidental, que Lenine redigiu *A Doença Infantil do Comunismo, “o Esquerdismo”* (1920). Eles consideravam a política dos bolcheviques como contrarrevolucionária, prejudicial aos interesses de classe do proletariado internacional (MATTICK, 1977, p. 84/85).

É um procedimento, pois, imprudente colocar num mesmo campo autores e perspectivas contrários. Lênin, Trotsky, Stálin, Mao, Bukhárin, Gramsci etc. não são conselhistas nem em sentido “restritivo”, nem em sentido “amplo”. São, isto sim, autores que se opuseram à lógica de organização dos conselhos operários, em detrimento da prática partidária e sindical. Até mesmo Gramsci, que em 1919 e 1920 realizou alguma reflexão sobre os conselhos operários, após a derrota das experiências revolucionárias em Europa abandona completamente este tipo de organização dos trabalhadores como instrumento de emancipação humana e adere irrestritamente às posições partidárias e sindicais⁴. Os autores conselhistas, no sentido “restritivo” são aqueles que expressaram teoricamente o movimento dos conselhos operários em oposição ao movimento operário “tradicional” como se referem os conselhistas em relação aos sindicatos e aos partidos políticos.

Esta excursão foi necessária para demonstrar que não se pode, em nome de uma pseudoidentidade, afogar todas as diferenças e divergências. Os autores bolcheviques não são conselhistas. A existência, inclusive, das duas palavras já nos serve de bússola de orientação. São duas tendências que expressam no campo intelectual e organizativo

³ As respostas a este panfleto de Lênin não tardaram. Em 1920, Herman Gorter escreve uma longa carta a Lênin apontando as divergências entre ambos, demonstrando a limitação canhestra do texto de Lênin. Cf. Gorter (1980). Em 1921, Gorter escreve uma carta mais curta a Lênin, demonstrando que as críticas que ele tinha dirigido ao bolchevique em 1920 estavam corretas e o desenrolar dos acontecimentos da revolução alemã em 1920 e 1921 o demonstram que ele, e não Lênin, estava certo. Cf. Gorter (2015).

⁴ Os ensaios de Gramsci sobre os conselhos estão reunidos em livro e disponível ao público. Cf. (GRAMSCI & BORDIGA, 1981).

perspectivas de classe distintas. Assim, somente no mundo da ideologia é que se pode identificar como homônimo o que é na verdade heterônimo. Esta heteronomia deriva de posições diferentes nas lutas de classes. Os bolcheviques são a expressão mais ou menos acabada do ponto de vista da burocracia. São, ideológica (leninismo) e organizativamente (partido comunista), expressão de uma fração da classe burocrática. Ao passo que os conselhistas, em sentido “restritivo”, são uma expressão teórica do movimento dos conselhos operários tal como se desenvolveu ao longo de grande parte do século 20⁵.

Não é porque um determinado autor escreveu sobre os conselhos operários que o torna conselhistas. Seus escritos sobre os conselhos operários podem inclusive colocá-lo no campo oposto ao sistema dos conselhos. O que é importante frisar é que as organizações criadas ao longo das lutas sociais dos séculos 19 e 20 são expressão das lutas de classes. O que os sindicatos e os partidos políticos se tornaram, sobretudo após a segunda guerra mundial, demonstra que são instituições que expressam os interesses de classe da burocracia sindical e partidária. Os conselhos operários, quando se formam, expressam os interesses de classe do proletariado. Deste modo, o uso das expressões forma-partido, forma-sindicato, forma-conselho é equivocado, pois não são mera forma, mas sim instituições determinadas pela natureza de classe que as constitui. As instituições partidárias, sindicais, o estado etc., não são compatíveis com os interesses revolucionários do proletariado, como quer indicar Martorano. Não são mera forma de organização que possa ser usada pelo proletariado. Em seu processo de luta, os trabalhadores forjam suas próprias organizações, que expressam seus interesses de classe, os conselhos operários foram, até hoje, sua forma mais desenvolvida.

A tese de Martorano, portanto, parte de uma escolha metodológica equivocada. Tal equívoco, novamente, tem a ver com a posição de classe expressa na elaboração ideológica do autor. Ao identificar autores notadamente anticonselhistas como conselhistas, isto permite-lhe aderir a proposições políticas que são contrárias às teses defendidas pelos autores conselhistas em sentido “restritivo”, segundo sua terminologia. Este é o caso de sua defesa do “socialismo como fase de transição”.

⁵ Para uma análise da história desta corrente política, cf. nosso já aludido trabalho (MAIA, 2015) e o estudo de Viana (2015).

Absolutamente não nos compete aqui sintetizar, nem de modo caricatural, todo o debate em torno da assim chamada “fase de transição socialista”. Só a iremos considerar como Martorano toma a questão e a põe em debate. Para ele:

Esse conjunto de elementos se insere na discussão sobre a natureza do socialismo, seja ele concebido enquanto um modo de produção específico ou apenas como uma formação social “de transição”. *Para nós, o socialismo, devido a presença da luta de classes, é uma sociedade intrinsecamente conflituosa e não harmônica.* Tal fato tem incidência direta sobre o sistema de conselhos e sobre o sistema partidário, além de relacionar-se diretamente com a disputa pela hegemonia (MARTORANO, 2011, p. 97). (grifos meus).

Mais à frente, ele afirma:

Essa formulação é inteiramente compatível com a concepção do socialismo enquanto uma sociedade essencialmente conflituosa, onde se trava uma luta de caráter antagônico entre classes sociais tendo em vista não apenas a conquista e a preservação de posições no aparelho de Estado, mas, sobretudo, a disputa envolvendo a transformação ou não das relações de produção, que são o seu verdadeiro fundamento. Ao lado das considerações anteriores, ela deve ser considerada como o quadro de referência para a nossa análise sobre a hegemonia. Quer dizer, se o proletariado pretende tornar-se a classe dominante e dirigente na construção do socialismo partindo não só de posições ocupadas no aparelho de Estado, mas, sobretudo de sólidos fundamentos socioeconômicos, ele precisa vencer a batalha pela revolucionarização das relações de produção capitalistas frente às outras classes e frações sociais. Sem isso, e sem a sua aliança com os camponeses e a nova intelectualidade, ele não conseguirá se afirmar como classe dirigente (MARTORANO, 2011, p. 101). (grifos meus).

Algumas lições devem ser retiradas destas citações. Em primeiro lugar, ele toma o processo revolucionário como uma fase específica do desenvolvimento social. Se um “modo de produção específico” ou uma “formação social de transição”, ele não quer comprometer-se com uma afirmação categórica. Contudo, esta fase em específico, nem capitalista, nem comunista propriamente dita, em razão de suas características peculiares, carrega em si ainda um conjunto de antagonismos de classe. Nesta sociedade específica, em que a luta de classes ainda é uma realidade, o proletariado deve manter sua posição conquistada, ou seja, o aparelho de estado, além de buscar alianças com outras classes sociais. Ele cita os camponeses e a nova intelectualidade (está aqui explícito que Martorano toma o modelo soviético, ou melhor, toma o caso concreto de como se deu a tomada de poder pelos bolcheviques na Rússia como modelo de fase de transição socialista em geral).

Para que a luta de classes entre nesta fase revolucionária, ou seja, de transição do capitalismo ao comunismo, uma condição deve ser cumprida: a classe operária deve

tomar o poder de estado. Somente depois de efetuar esta tarefa, é que as demais se tornam possíveis:

Mantendo-se a diferenciação entre a luta travada na *esfera estatal* e luta travada na *esfera produtiva*, presente ao longo de boa parte da passagem do capitalismo ao comunismo, para nós a tese é a seguinte: *na transição socialista, a luta pelo poder político tem o papel de determinação em primeira instância e a luta pelo poder econômico tem o papel de determinação em última instância*. Como afirmamos em trabalho anterior, de forma modificada: “a luta política revolucionária de classe tem papel dominante sobre as demais práticas sociais, inclusive a econômica”, pois “graças a ela, os trabalhadores podem instaurar e consolidar o novo Estado, sem o qual as próprias relações de produção não podem ser transformadas e nem pode ser desenvolvida a política de *desestatização socialista* (...)” (MARTORANO, 2011, p. 115). (grifos meus).

Para Martorano, portanto, o socialismo é uma sociedade específica, marcada por conflitos de classe, mas na qual o proletariado já é a classe dominante. Uma condição para o exercício de sua dominação é a tomada do poder de estado, ou seja, “determinação em primeira instância”. Contudo, é insuficiente ao proletariado contentar-se em tomar o “poder político” e restringir-se a isto. É necessário ir além e consolidar sua dominação sobre o “poder econômico”, “determinação em última instância”.

É dentro deste quadro que Martorano insere seu problema de pesquisa, que consiste em responder ao seguinte questionamento:

Os conselhos operários podem tornar-se órgãos de representação da maioria social no socialismo, além de converterem-se em organismos dotados de *poderes político, administrativo, econômico, militar e cultural*, contribuindo para a passagem de uma democracia mais participativa, porém ainda representativa, a uma democracia direta? (MARTORANO, 2011, p. 39). (grifos meus).

Martorano compartilha a tese segundo a qual os regimes autoidentificados como “socialismo real” são na verdade um capitalismo de estado. Os regimes soviéticos, leste europeu etc. não se constituem, segundo sua apreciação, como fase de transição socialista. A denúncia de que tais sociedades eram capitalistas estatais é já bem sedimentada e não seria realmente prudente tomá-las por outra coisa. É por isto que a análise de Martorano sobre o significado dos conselhos operários torna-se problemática. Faz recuar a teoria acerca dos processos revolucionários em mais de um século.

Para ele, as nacionalizações, a estatização dos meios de produção não é o fundamento em si da fase de transição socialista. Consiste tão-somente na primeira iniciativa dos trabalhadores no caminho do “socialismo”. A estatização é condição

indispensável, mas não única. Se se para neste estágio, corre-se o risco de, ao invés de entrar propriamente na fase de transição ao comunismo, constitui-se, na verdade, um novo tipo de capitalismo, o capitalismo estatal, no qual uma burguesia de estado se apropria do mais-valor extraído do proletariado. Diferentemente do capitalismo privado, no qual a classe capitalista é fracionada em inúmeros capitalistas individuais ou sociedades por ações, no capitalismo estatal, a burguesia se unifica no aparelho monstruoso de estado. Eis aí, segundo sua apreciação, um dos cuidados que o nascente “estado socialista” deve tomar: evitar tornar-se uma propriedade da burguesia de estado. Martorano entende a transição socialista como um período de intensos conflitos de classe, no qual, portanto, a luta política é fundamental.

Iniciado o processo revolucionário ou como ele denomina: “momento de crise revolucionária”, para que o proletariado prossiga em sua luta pelo estabelecimento da sociedade sem classes, deve tomar o poder de estado. Como se daria esta empreitada? Quem ocuparia o poder no estado?

Como já anunciamos, mas retomaremos mais à frente, é insuficiente restringir-se a tomar de assalto o poder de estado. É necessário um conjunto de outras medidas de caráter “econômico”, sobretudo, para que os trabalhadores, os produtores diretos, ampliem cada vez mais seu poder no conjunto da sociedade. Contudo, nesta fase de transição convivem dois sistemas: o político partidário e o dos conselhos operários. Martorano dá a entender que existe uma certa tensão entre ambos, mas ao mesmo tempo defende que caminham ambos para o mesmo rumo: o comunismo, a sociedade sem classes e sem estado.

Para ele: “Como dissemos, a democracia socialista funciona apoiada em dois sistemas: o dos conselhos e o dos partidos, que disputam no interior dos primeiros a direção política pela construção do socialismo” (MARTORANO, 2011, p. 70). Martorano defende, no regime de transição, o pluralismo partidário. Segundo argumenta, o sistema de partido único, que imperou em todas as experiências de capitalismo de estado ao longo do século 20 não conduziu a uma ampliação da “democracia socialista”, pelo contrário, tornaram-se cada vez mais burocráticos, conduzindo ao poder econômico e político da burguesia de estado. Mas mesmo fazendo esta ressalva, sua tese ainda permanece problemática, pois sua análise do problema organizacional: se partidos ou se conselhos

operários não analisa a natureza de classe de cada uma destas organizações. Não é porque o partido coloque em sua bandeira a marca de comunista, socialista, revolucionário etc. que tal instituição realmente caminhe para isto. Uma análise concreta das instituições partidárias nos conduz inevitavelmente ao ser de classe destas instituições. Não basta, portanto, a boa intenção de seus militantes, nem muito menos a redação de programas mais ou menos radicais. Os partidos políticos são organizações burocráticas que almejam a conquista do poder de estado, seja pela via eleitoral ou pelo golpe de estado. Por serem organizações fundadas na divisão entre dirigentes (chefes) e dirigidos acabam por constituir internamente uma relação burocrática que os constitui.

Martorano não identifica nas duas organizações: partidos e conselhos operários, expressão dos interesses de classes sociais distintas. Defende, na verdade, que os dois sistemas devem colaborar na construção da “democracia socialista”. Apresentando as dificuldades que terão os trabalhadores em aumentar cada vez mais e consolidar sua “participação” no sistema socialista, Martorano aponta as seguintes dificuldades que enfrentarão os trabalhadores: 1) Poder e influência das antigas classes dominantes, que embora tenham perdido o estado ainda tem dinheiro, influência cultural etc.; 2) Possibilidade concreta de surgimento de uma nova burguesia de estado (cita o exemplo da URSS); 3) Permanência ainda durante a transição de burocratas, especialistas e representantes políticos sem “controle social”. Essa “camada” pode se desenvolver mesmo dentro dos conselhos; 4) Desenvolvimento de um corporativismo por parte dos trabalhadores que pode ocorrer em decorrência da permanência da divisão do trabalho; 5) Aumento do dualismo operários X vanguarda socialista (MARTORANO, 2011, p. 131/133).

Sobre este último ponto, afirma:

Em quinto lugar, o aumento e a consolidação do dualismo entre os partidos socialistas e o conjunto dos trabalhadores. Se as vanguardas socialistas deixam de representar a classe operária, não conseguindo mais expressar em seus programas e em sua prática política a correspondência entre os seus interesses imediatos, mediatos e de longo prazo com as tarefas de construção do socialismo, os trabalhadores perderão um importante meio de travar a luta pelo fortalecimento de sua dominação, o que se refletirá na atividade dos conselhos. A ligação entre partidos e trabalhadores está longe de ser resolvida com a ideia da outorgação de poder dos segundos para os primeiros, como se fosse um cheque em branco em favor das vanguardas políticas. Essa ligação é um objetivo que se põe e repõe constantemente ao longo de toda a transição até quando a forma partido for necessária, e envolve não só a correta compreensão sobre mudanças na conjuntura como também a adoção de medidas

específicas na construção socialista. Em suma, a ligação entre ambos pode se romper, e a relação que era de identificação, de representação ou de delegação pode se transformar em distanciamento ou oposição (MARTORANO, 2011, p. 133/134). (grifos meus).

O século 20 é a testemunha mais cruel contra a tese das “vanguardas socialistas”. A prudência de Martorano ao considerar a relação partidos políticos/conselhos operários é bem compreensível. Agora os partidos e os “intelectuais pequeno burgueses” não são mais a “ponta de lança”, o “timoneiro” inquestionáveis da revolução como as tendências bolcheviques, maoistas e outras da mesma estirpe defendiam. Todo o conjunto de conflitos em inúmeras oportunidades (revolução russa de 1917, revolução alemã de 1918, as várias insurreições dentro do capitalismo de estado – Hungria em 1956 e 1968, Polônia em 1980 etc.) demonstram que não existe uma relação tão harmônica assim entre vanguarda e classe operária. Martorano sabe disto e é, portanto, constrangido a apresentar tal relação como potencialmente conflituosa.

Contudo, o que está em jogo em sua elaboração é a colocação de que o rompimento deve se dar somente se a vanguarda deixar de representar os interesses dos trabalhadores. Se não deixar, tudo está em perfeita ordem. É este ponto que devemos refutar com veemência no século XXI. Efetivamente, as assim autoproclamadas vanguardas durante toda a história do século XX foram sempre um empecilho ao desenvolvimento autônomo do proletariado enquanto classe autodeterminada. O estudo de Maurice Brinton (1975) demonstra no caso da primeira fase da revolução russa, de fevereiro de 1917 a março de 1921, todo o conflito de interesses entre conselhos operários e partido comunista russo. O caso mais grave de tal conflito culmina com a eliminação física dos marinheiros do estaleiro de Kronstadt, bem como dos camponeses e anarquistas na Ucrânia.

O que Brinton faz neste estudo é demonstrar passo a passo, desde a insurreição de fevereiro de 1917, a ascensão do partido comunista e como isto ocorreu num conflito permanente entre as esferas organizativas existentes na Rússia de então: os partidos, os comitês de fábrica, os conselhos operários, os sindicatos, o estado, governado pelos bolcheviques desde outubro de 1917, eram todas organizações que disputavam o espaço político na Rússia. A tensão entre estas instituições não derivava, segundo análise de Brinton, de a vanguarda ter deixado de “representar” os trabalhadores de maneira adequada, mas sim, de a vanguarda ter se comportado como vanguarda, ou seja, dirigindo

e controlando os trabalhadores de todos os modos possíveis: a) eliminando a oposição interna do partido – os grupos Oposição Operária, Verdade Operária etc. ; b) eliminando as oposições externas por meios militares e violentos – Kronstadt, Ucrânia etc. ; c) utilizando o estado socialista para ir implantando todo um sistema regulatório que submetia os conselhos, os comitês, as fábricas etc. ao estado. Trata-se, neste exemplo clássico de contrarrevolução burocrática, de uma luta encarniçada entre organizações operárias (conselhos operários, comitês de fábrica etc.) e instituições burocráticas (partido político, estado socialista etc.). Brinton vê o fim da verdadeira experiência revolucionária na Rússia em 1921, quando da realização do X Congresso do Partido Comunista, ocasião na qual estabeleceu-se a ditadura do partido único, bem como eliminou-se toda oposição interna e externa do partido. É neste mesmo espírito que se pode entender a afirmação de Pannekoek (1977), segundo a qual para se encontrar a verdadeira experiência revolucionária na Rússia, seria necessário retroceder ao período anterior a outubro de 1917 quando os bolcheviques ainda não tinham tomado o poder de estado e nem acreditavam que tinham a força adequada para tal.

Esta oposição entre partidos políticos e conselhos operários também fica muito evidente na revolução alemã de 1918 a 1923. Trata-se de uma experiência revolucionária pouco citada entre a esquerda brasileira, mas as implicações que surgiram dali nos são úteis até hoje. O conflito entre os vários partidos que surgiram desde a bancarrota da socialdemocracia alemã quando da aprovação dos créditos de guerra em 1914, momento no qual quase todos os deputados socialdemocratas votaram a favor da aprovação de verbas do estado alemão para a primeira guerra mundial. Dos deputados socialdemocratas, somente Otto Ruhle e Karl Liebknecht se posicionaram contrários. Não é estranho que o segundo fará parte da esquerda espartaquista ligada a Rosa Luxemburgo e o primeiro será um dos principais representantes do Comunismo de Conselhos.

Na revolução alemã, o conflito entre partidos políticos e sindicatos contra os conselhos operários foi uma das questões mais reveladoras acerca da natureza de classe destas instituições. Tanto os partidos, quanto os sindicatos se opunham aos conselhos e estes só conseguiam efetivamente se afirmar como organizações autônomas e independentes quando agiam às expensas e muitas vezes contra as instituições sindicais.

Abstraímos aqui os conselhos que se corromperam e se burocratizaram, pois estes acabam por ceder e se envolver com as instituições burocráticas sindicais e sobretudo partidárias.

O que pretendo demonstrar com isto é que esta harmonia entre vanguarda socialista e conselhos operários não ocorre nas lutas radicalizadas do movimento operário. Na verdade, trata-se de organizações que expressam interesses de classe distintos. De um ponto de vista histórico, ou seja, analisando-se inúmeras experiências de revolução ao longo do século XX não se verifica esta unidade de interesses entre as vanguardas e as organizações de base dos trabalhadores. Também, de um ponto de vista teórico, pode-se observar que tal antagonismo deriva da natureza de classe de cada uma destas organizações. Se uma coisa nos ensinou o desenvolvimento das lutas sociais no século XX é o perigo da contrarrevolução burocrática. E esta é realizada justamente por aqueles que se passam como amigos do proletariado: partidos e sindicatos.

Como demonstramos em outro estudo (MAIA, 2015), o crescimento e integração dos partidos políticos e dos sindicatos à estrutura legal e institucional do capitalismo aumenta a divisão social do trabalho, desenvolvendo mais duas frações de classe da burocracia: a burocracia partidária e a burocracia sindical. Estas duas frações da burocracia são responsáveis pela gestão de recursos milionários, de imprensa, clubes de recreação, associações etc. criando uma camada de especialistas na gestão destas instituições com salários regulares e frequentemente mais elevados que o dos próprios trabalhadores aos quais julgam representar, com poder sobre estes trabalhadores, ou seja, com o poder de negociar e falar em seu nome. Esta classe cria, portanto, interesses próprios, colocando-se não ao lado, mas acima dos próprios trabalhadores.

Isto ocorre nos momentos de normalidade e de reprodução normal da sociedade burguesa. O que Martorano quer demonstrar é que estas instituições, as vanguardas socialistas, nos momentos revolucionários e durante toda a “fase de transição socialista” tem um importante papel a cumprir. Para nosso autor, durante a transição socialista é necessário que se crie mecanismos cada vez mais amplos de participação dos trabalhadores na gestão da sociedade. Só que os trabalhadores que saem diretamente do forno infernal do modo de produção capitalista não são ainda os seres humanos adequados para se fazer a gestão democrática da nova sociedade. Ele terá que aprender a fazer isto. Terá que alcançar um grau mais elevado e elaborado de “maturidade política”.

Segundo Martorano: “Tal maturidade seria o resultado de um grande trabalho realizado pelos conselhos e pelas vanguardas socialistas buscando o pleno desenvolvimento da solidariedade entre o conjunto dos trabalhadores (...)” (MARTORANO, 2011, p. 144).

Não seriam os conselhos operários os próprios trabalhadores organizados? Não há separação entre conselhos operários e operários. Se as vanguardas socialistas, como vimos, deixarem de cumprir este papel, ou seja, de expressar os interesses do proletariado, começa a surgir então um dualismo, uma tensão entre operários e partidos. Martorano, portanto, devido toda a experiência do século XX não tem uma visão mistificada, ou melhor, idolatrada (como era comum) do papel dos partidos políticos de vanguarda dentro do processo revolucionário. Mas mesmo assim, não abandona tais vanguardas como instrumentos de luta. Argumenta que *são justamente estas vanguardas, ou seja, os partidos políticos, que deverão arrancar das mãos da burguesia o aparelho estatal. Após conquistado o estado, é necessário ampliar cada vez mais a participação dos trabalhadores na gestão, tanto das empresas, quanto das coisas públicas. Até que os trabalhadores, através do sistema de conselhos, consigam fazer isto, a existência do sistema partidário e do estado é inevitável.*

A transição socialista consiste justamente no entendimento claro deste processo. E a democracia socialista consiste em ampliar cada vez mais o “poder dos conselhos operários”, sua relação mais ou menos tensa com o sistema partidário e o estado socialista.

Para Martorano:

A forma política socialista – da qual os conselhos seriam expressão fundamental, embora não exclusiva -, só pode se manifestar em toda a sua plenitude ao longo da transição, exatamente como resultado da socialização econômica e política, especialmente considerando-se, como já dissemos, que essa forma depende da política adotada visando a construção do socialismo. Se essa construção for entendida como a adoção de medidas buscando o planejamento e o desenvolvimento econômicos por meio dos conselhos até a superação das relações de produção capitalistas e o surgimento de forças produtivas socialistas, além do combate pelo fim do Estado, então a busca por sua concretização condicionará o aparecimento e os contornos específicos da forma política no socialismo. E o seu conteúdo é condicionado por uma nova relação entre a estrutura econômica e a nova superestrutura jurídico-política socialistas, enquanto continuam separadas (MARTORANO, 2011, p. 146). (grifos meus).

O elemento fundamental da “forma política do socialismo” são os conselhos operários. Contudo, não são exclusivos. Ao lado deles convivem na “fase de transição” o sistema partidário, os sindicatos e o próprio estado socialista, além, obviamente dos

resquícios da sociedade burguesa. Há, deste modo, uma reconfiguração da luta de classes e os conselhos operários, ao lado dos partidos e do estado deverão conduzir a sociedade ao fim das classes e do próprio estado. A “nova estrutura jurídico-política socialista”, ou seja, o estado sob controle dos “operários”, é expressão desta nova “estrutura econômica” que começa a ser gestada. Pois, de acordo com Martorano: “não se trata de uma relação do Estado-sujeito sobre os trabalhadores-objeto” (MARTORANO, 2011, p. 144). Ou seja, o estado socialista, conquanto ainda seja uma estrutura política separada dos trabalhadores, não é uma estrutura de dominação sobre os trabalhadores.

Para coroar sua análise sobre o estado socialista, conclui:

O fim do Estado orienta toda a atividade dos conselhos desde o seu início. E a luta por esse objetivo condiciona não apenas a própria formação da ditadura do proletariado enquanto um semi-Estado – isto é, enquanto um Estado voltado para a redução contínua e permanente de seu aparelho em favor do autogoverno dos produtores diretos -, como também a constituição da democracia socialista na passagem para a democracia direta (MARTORANO, 2011, p. 149). (grifos meus).

Não podemos mais aceitar este tipo de argumentação. Martorano propõe unicamente um bolchevismo temperado com os fracassos do século XX, misturado com as críticas basiladas nas experiências em que os conselhos operários tiveram grande significado. Toda a tradição de autores e tendências políticas que realizaram uma crítica radical ao bolchevismo como prática política e como ideologia (leninismo) aportam suas análises em estudos mais ou menos minuciosos do significado político dos conselhos operários. O estabelecimento destas organizações em todas as experiências revolucionárias do século XX é um atestado de que o proletariado, enquanto classe autodeterminada, apresenta a tendência a desenvolver suas próprias organizações em oposição às instituições estabelecidas (sindicatos, partidos, estado etc.). Não se trata, de nossa parte, de ter uma concepção fetichista da classe operária. Pelo contrário, estamos aqui a tratar do momento em que o proletariado começa a se colocar como classe autônoma, independente, autodeterminada no cenário político das lutas de classe. Ele só pode fazer isto quando desenvolve suas próprias formas organizacionais. Quanto mais avança sua organização e, portanto, sua luta, mais avança também sua consciência de classe. No proletariado, a consciência de classe não é algo separado da organização e luta de classes.

Embora Martorano faça uso de algumas terminologias: “autogoverno dos produtores”, “conselhos operários” etc., a tese que defende é exatamente a mesma que defendiam os bolcheviques antes e depois da revolução russa. Martorano simplesmente faz uma autocrítica limitada, pois não avança em relação às posições que se colocaram durante algumas experiências revolucionárias do século XX como antípodas. Sua tese se estrutura em torno dos seguintes pontos: a) da tomada do poder de estado durante o processo revolucionário; b) do uso dos partidos políticos como instrumentos adequados à luta revolucionária; c) do uso dos sindicatos como instituições da luta de classe operária; d) da defesa de que é necessário se estabelecer um estado de transição que tenda para seu fim.

Estas teses foram superadas pela própria luta de classe operária. Quando os trabalhadores se radicalizam e criam suas próprias formas de organização, às quais eles controlam, tanto os partidos políticos, quanto os sindicatos e o estado se tornam completamente obsoletos como formas de ação da classe operária.

É óbvio que quando os trabalhadores recuam e se recolhem ao cotidiano frio do modo de produção capitalista, também o realismo das instituições sindicais, partidárias e estatais prevalece. Não é disto que se trata o nosso debate. Tanto Martorano quanto nós estamos a tratar do período revolucionário, ou seja, aquele momento no qual a classe operária e demais classes oprimidas assumem o leme de suas vidas e conduzem num conflito mais ou menos violento os rumos de suas ações políticas. Nosso ponto de tensão e discordância com relação a Martorano é ele trazer para o debate político-revolucionário de hoje teses que a classe operária já superou concretamente em vários momentos históricos.

Além desta negação concreta da classe operária, também toda uma produção teórica foi elaborada ao longo de várias décadas e se desenvolve até hoje, demonstrando o conservadorismo das teses de Martorano. Não convém aqui analisar cada uma delas, mas somente apontar sua existência, cujo leque é ainda maior do que o aqui exposto: a) o Comunismo de Conselhos, no sentido restritivo de que falou Martorano: Anton Pannekoek, Otto Ruhle, Herman Gorter, Paul Mattick etc.; b) o Bordiguismo, cujas expressões mais consistentes são Jean Barrot, Denis Authier, François Martin etc.; c) O grupo Socialismo ou Barbárie de C. Castoriadis e outros; d) alguns elementos do Situacionismo com Guy Debord

e outros; d) O coletivo Movimento Autogestionário⁶, com as produções de seus militantes, sobretudo os textos de Nildo Viana. Há uma infinidade de outras correntes políticas e tendências próximas, mas bastam estas citadas de passagem para ilustrar a existência de um conjunto variado de correntes políticas e autores que sedimentaram uma crítica radical ao bolchevismo e socialdemocracia, bem como estruturaram todo um debate em torno do significado político dos conselhos operários em sua oposição às instituições burocráticas, a saber: partidos políticos, sindicatos e o estado propriamente dito, tanto capitalista, quanto socialista.

Há inúmeras divergências entre elas. Farei abstração disto aqui. O que interessa é demonstrar que *pari passu* ao desenvolvimento concreto da luta de classes proletária, com a formação de organizações que eles próprios criam no processo de luta cuja expressão mais desenvolvida são os conselhos operários, elabora-se também toda uma produção intelectual que vem *post mortem* tentando ajuntar os cacos e dar um sentido orgânico às lutas concretas desenvolvidas durante longos períodos de luta. O que há de comum a todas estas tendências é a rejeição do partido como instrumento de luta do proletariado, a aceitação de que os conselhos operários são as formas de organização e luta dos trabalhadores, bem como embriões da sociedade futura (esta tese é melhor desenvolvida e compreendida pelos comunistas de conselhos. Os bordiguistas, por exemplo, divergem um pouco disto). É comum também a todas elas a aceitação de que a conquista do poder de estado não é uma estratégia proletária, mas sim burocrática etc.

Martorano defende uma tese superada do ponto de vista da experiência histórica como o demonstraram em vários momentos as lutas operárias do século XX, bem como do ponto de vista teórico, como ilustram os exemplos listados acima. O fato de ainda hoje existirem produções ideológicas que sustentam tais teses é tão-somente a demonstração de que as classes sociais que almejam um capitalismo reformado, um capitalismo de estado, ainda soçobram nos dias de hoje.

A concepção de Martorano consiste, portanto, no seguinte: a) a transição socialista começa quando os trabalhadores tomam o poder político (estado); b) nesta fase, a luta de classes é uma realidade; c) nela, dois sistemas coexistem, o partidário e o de

⁶ Conferir a Revista Enfrentamento, órgão de expressão política e teórica deste coletivo: www.enfrentamento.net. Mais informações também podem ser encontradas no site www.movaut.net.

conselhos; d) o proletariado deve criar mecanismos de controlar a burocracia, que ele próprio criou ao tomar o poder de estado; e) para que ele consiga fazer isto, deve lutar pela socialização (econômica e política); f) para tanto, deve construir sua hegemonia e o fará mediante a ampliação da “democracia socialista”.

Veremos agora, como isto se configura, na verdade, como um *non sense*.

Como já afirmamos anteriormente, o problema se coloca para Martorano de um ponto de vista que remete, apesar de todas as tentativas dele em remendar as teses leninistas, aos mesmos imbróglis desta corrente e suas similares. A “crise revolucionária” para fazer avançar a revolução tem como condição em “primeira instância” a conquista do poder político, ou seja, a tomada do poder estatal e em “última instância”, a luta pelo poder econômico. Ao referir-se às experiências do século XX, a Revolução Russa, a Revolução Chinesa e os processos do Leste Europeu (Iugoslávia), afirma que tais experiências não conseguiram fazer avançar a luta pelo “poder econômico”, burocratizando cada vez mais as unidades de produção, retirando assim o controle dos trabalhadores sobre os processos de trabalho.

Este é um limite que deve ser evitado. Assim, para que efetivamente a revolução triunfe, é condição a luta pela “socialização econômica”.

No caso da socialização socialista, mantendo-se por ora a diferenciação entre a esfera política e econômica, pode-se afirmar que a socialização econômica implica, na sua *forma*⁷, a estatização dos meios de produção e o controle dos trabalhadores diretos sobre os especialistas e administradores, ainda responsáveis por tarefas de direção no processo de trabalho e de produção. Já em seu *conteúdo*⁸ assinalaria o momento em que os próprios produtores diretos realizassem tais atividades – como indicam os conceitos de “apropriação real” de Charles Betelheim (...), ou de “posse” de Etienne Balibar (...). Trata-se, então, a passagem de uma situação de controle ainda externo dos trabalhadores sobre o processo de trabalho e de produção para uma situação qualitativamente nova de controle interno, implicando o surgimento de novas forças produtivas (criação de novos meios de produção por eles mesmos), e assinalando a

⁷ Para ele, forma: “(...) em primeiro lugar, é considerada como uma relação entre diferentes agentes que ocupam posições distintas e executam tarefas diferenciadas, seja no campo econômico, seja no campo político. Além disso, é preciso notar que a cada forma específica – econômica, política ou ideológica – estão ligadas às práticas sociais determinadas” (MARTORANO, 2011, p. 117). Acrescenta que a forma não é vazia de conteúdo, sendo ela na verdade expressão deste conteúdo.

⁸ Define o conteúdo da socialização socialista como: “(...) a ininterrupta democratização do poder político, econômico e cultural no sentido da mais ampla autodeterminação popular” (MARTORANO, 2011, p.115). Este conteúdo está relacionado ao desenvolvimento dos conselhos operários, mas deve ir para as esferas do poder político (estado) e cultural.

vigência da autogestão operária da unidade de produção (MARTORANO, 2011, p. 117).

Entenda quem puder o raciocínio: em sua forma, a socialização econômica significa a estatização dos meios de produção, bem como a manutenção dos processos de direção e controle do trabalho nas mãos de diretores e especialistas “ainda” responsáveis pela gestão do trabalho. Contudo, do ponto de vista do conteúdo, significa o controle do processo de trabalho pelos trabalhadores diretos, que implica, necessariamente, a tomada da gestão do trabalho das mãos dos especialistas e diretores e do estado. Se a forma expressa o conteúdo, como pode ser possível em sua exposição o conteúdo contrariar a forma?

Outra interpretação possível, numa tentativa de salvar o raciocínio de Martorano seria: do ponto de vista formal, ou seja, numa primeira etapa da socialização, ainda seria necessária a manutenção dos diretores e especialistas controlando os processos de trabalho e a estatização dos meios de produção. Do ponto de vista do conteúdo, ou seja, num segundo momento, quando os trabalhadores já estivessem mais maduros para o processo político e para o controle do processo de trabalho, eles próprios passariam a gerir a produção, estabelecendo a “autogestão operária” nas unidades de produção. Isto implicaria na superação por parte dos trabalhadores tanto dos especialistas e diretores, quanto do próprio processo de estatização.

Contudo, o problema permanece, a definição e relação de forma e conteúdo exposta por Martorano não procede, pois também aqui a forma nega o conteúdo e o conteúdo contraria a forma. Logo, como se vê, em que pese toda a rebuscada elucubração de Martorano, sua tese se apresenta do ponto de vista teórico como um *non sense* e do ponto de vista político como uma proposição vanguardista temperada com uma certa autocrítica derivada das experiências revolucionárias do século XX.

Seguindo a concepção althusseriana de que as estruturas econômica, política e ideológica têm “temporalidades diferenciais” (MARTORANO, 2011, p. 122), argumenta que cada uma move-se de acordo com suas próprias dinâmicas, podendo sofrer interferências externas vindas das outras estruturas. Contudo, o tempo e a mudança de cada uma se opera, de certa maneira, com relativa autonomia uma em relação às demais. Vem daí sua máxima, que se repete ao longo do livro: a política é a determinação em “primeira instância” e a economia é a determinação em “última instância”.

Para que a “socialização econômica” avance e se consolide, é necessária em primeira instância a tomada do poder político, ou seja, a conquista por parte da vanguarda, ou seja, pelos partidos políticos (“revolucionários”, é bom que se frise), do poder de estado. Conquistado o estado pela “vanguarda socialista”, é necessário avançar o processo de “socialização política”, pois, argumenta, um dos grandes entraves para o desenvolvimento das revoluções do século XX (cita a Revolução Russa, a Revolução Chinesa, a “autogestão” na Iugoslávia) foi justamente o não avanço desta “socialização política”.

Permita-me aqui fazer uma longa citação, para que o próprio Martorano se explique:

Em relação à socialização política, é necessário lembrar mais uma vez que a vitória da revolução política dos trabalhadores assinala apenas o início da transição. Isso significa que mesmo que os conselhos operários comecem a ser constituídos durante a conjuntura de crise revolucionária, precedente ao seu ascenso como forma dominante da organização estatal, a sua instauração não implica necessária nem imediatamente, que toda a antiga superestrutura jurídico-política possa ser substituída da noite para o dia. Tal concepção, guardada as devidas diferenças, seria equivalente à ideia de que a estatização dos meios de produção já representaria a sua socialização. Como nos mostra a análise histórica sobre as revoluções soviéticas e chinesa, entre outras, as antigas formas políticas capitalistas remanescem no período pós-revolucionário. Exemplo disso é a continuidade de comportamentos e de práticas políticas típicos da democracia burguesa, tais como: certa indiferença política, a ideia de que a política é uma ocupação exclusiva dos políticos profissionais etc. O conteúdo da socialização política tem então como objeto a transformação integral da antiga estrutura jurídico-política visando a emergência e a consolidação de uma nova, como condição indispensável para a consolidação da dominância de novas práticas políticas. Também aqui pode-se deduzir que ocorre a passagem da forma inicial do controle dos trabalhadores sobre a burocracia e seus próprios representantes políticos para o exercício das atribuições políticas, estatais e burocráticas por eles próprios, ou seja, o exercício da hegemonia operária não apenas pela via estatal, mas sobretudo pela via não estatal, marcando a vigência de uma autogestão em escala mais ampla (MARTORANO, 2011, P. 118) (grifos meus).

Apesar de todos os esforços que ele realiza ao longo de sua exposição em criticar os “limites” das revoluções do século XX (seu destaque é para as revoluções Russa e chinesa), não consegue avançar um centímetro sequer em relação às antigas teses bolcheviques (e também, em menor grau, socialdemocratas) já devidamente criticadas por

vários autores⁹. Seu esforço em fazer autocrítica, considerando os “fracassos” das vanguardas e dos estados socialistas advindos das várias experiências, não o leva a fazer um rompimento com as teses tradicionais alicerçadas na ideologia e na prática dos vários partidos e tendências vanguardistas.

Do que vimos acerca da “socialização econômica”, aparece de modo muito mais claro em sua elaboração do processo de “socialização política”. Para que o processo revolucionário avance, é condição, determinação em “primeira instância” a tomada do poder estatal pelas “vanguardas socialistas”. Sem este passo, segundo sua apreciação, o processo não avançará. Tomado o poder de estado, resta agora aos trabalhadores (organizados nos conselhos operários) regularem por meios não-estatais a burocracia estatal que acabou de se assenhorear do poder de estado. Veja que jogo difícil tenta jogar Martorano. Para que a revolução avance, é condição a tomada do poder de estado. Depois que o estado estiver sob o controle da classe operária, ou melhor, das vanguardas socialistas, ou melhor ainda, dos partidos políticos que lutam em nome da classe operária, é necessário que a classe operária, através dos conselhos operários articulem formas políticas de controle da burocracia estatal/partidária, que em tese deveria lutar por seus interesses. Ufa. É um circunlóquio sem fim.

Mas porque cargas d’água haveria de ser tão necessário a tomada do poder de estado pelas vanguardas socialistas para garantir, em última instância, o poder econômico da classe operária através de seus conselhos operários? Pela simples razão de que não ocorrerá da noite para o dia o engajamento político do conjunto dos trabalhadores nos processos de decisão política. Acontecida a revolução (leia-se, a tomada do poder de estado), os trabalhadores ainda permanecerão um longo período dominados política e culturalmente pelas concepções burguesas. É neste momento que o novo estado socialista de transição deverá atuar para fazer avançar a consciência política dos trabalhadores, bem como garantir por meios institucionais e militares o progresso da socialização econômica.

⁹ Não é o objetivo deste trabalho realizar tal análise. Para tanto, remeto o leitor aos seguintes textos: (PANNEKOEK, 1973; 1977), (BERNARDO, 1991), (GUILLERM & BOURDET, 1976), (PANNEKOEK, KORSCH, MATTICK, 1976), (BRINTON, 1975), (MATTIK, 1977; 1978), (TRAGTENBERG, 1981; 1986; 2009a; 2009b 2011), (ARVON, 1984), (BARROT, 1977), (GOMBIN, 1972), (KORSCH, 1971), (RUHLE, 1975) (VIANA, 2008), (MAIA, 2015) entre vários outros.

Assim, da mesma forma que na “socialização econômica”, do ponto de vista *formal*, os trabalhadores devem inicialmente controlar os processos “políticos, administrativos, burocráticos” externamente, ou seja, devem criar mecanismos para controlar a burocracia que acabaram de colocar no poder. Com o prosseguimento da socialização política, do ponto de vista do *conteúdo*, os trabalhadores vão progressivamente se assenhoreando dos processos políticos, administrativos etc. até que tais funções não mais necessitem de burocratas socialistas experientes para as realizarem. Quando isto acontece, é o momento da dissolução completa do estado e entrada definitiva da humanidade no comunismo.

Tal como anteriormente demonstrado, do ponto de vista teórico, tal argumentação não se sustenta, se levarmos em conta a maneira como ele define as categorias forma/conteúdo. Proposto desta maneira, o conteúdo nega a forma na medida em que a forma se apresenta como uma reprodução do estado, da divisão do trabalho, da existência de especialistas burocráticos entronados no poder de estado etc. e do ponto de vista do conteúdo, significa a tomada pela classe operária dos destinos de suas vidas, de sua luta, de suas organizações etc. A ascensão da classe operária, para lembrar Marx, a *classe em si*, significa que ela não mais delega a outras classes os destinos de sua luta e de sua vida. Quando isto acontece, trata-se da negação das relações sociais dominantes e busca pelo estabelecimento de relações sociais novas. Isto não acontece reproduzindo-se as relações sociais velhas, já estabelecidas. É por isto que, do ponto de vista teórico, a proposição de Martorano é um contrassenso. Não se sustenta.

Também, como já demonstramos, do ponto de vista político não tem nenhuma inovação com relação às já existentes análises leninistas. Trata-se da mesma estratégia leninista de sempre. Conquistar o poder de estado, fazer avançar a revolução e depois lutar para que o estado deixe de existir. As inovações terminológicas e os pequenos balanços autocríticos feitos por Martorano a partir das experiências ocorridas no século XX não o isentam de reproduzir *ipsis literis* as teses já amarelecidas do leninismo. Pode-se argumentar, que problemas há em se alicerçar nas concepções leninistas? De um ponto de vista leninista, portanto, burocrático, nenhum problema. Agora, do ponto de vista proletário, há inúmeros problemas.

Não se trata aqui de mera disputa de sistemas “filosóficos”: “conselhistas”, “leninista”, “maoísta” etc. O que está em questão aqui são as relações de classe e o que cada uma destas correntes expressa em termos de interesses de classe. Como demonstrou Korsch (1971), uma análise marxista do marxismo, ou seja, a aplicação do materialismo histórico-dialético ao próprio marxismo revela que também o materialismo histórico expressa interesses de classe. Trata-se de uma teoria e de um método vinculados aos interesses de classe do proletariado enquanto *classe para si*, enquanto classe autodeterminada, ou seja, revolucionária. Portanto, o estudo do materialismo histórico-dialético em seu desenvolvimento histórico revelou, segundo os estudos de Korsch e de vários outros, que muito do que se chamou de marxismo durante o século XX eram, na verdade, outras expressões de caráter ideológico. O leninismo é o exemplo mais claro disto. Não é aqui o lugar para desenvolver a questão, mas o que coloca Korsch (1971) em sua *Anticrítica*, é que o pensamento de Lênin já não era efetivamente uma “expressão teórica do movimento operário revolucionário”. Pelo contrário, o pensamento de Lênin já se alicerçava em outra classe social: a burocracia do partido (socialdemocrata e depois comunista). Com o prosseguimento da revolução russa, o pensamento burocrático do leninismo tornou-se cada vez mais evidente, demonstrando os vínculos essenciais entre a concepção leninista e a burocracia estatal/partidária da URSS.

Durante o século XX, houve um avanço sem precedentes desta classe social. Em outro trabalho fizemos tal análise, considerando a burocracia sindical (MAIA, 2014), no qual demonstro como tal instituição é, no capitalismo contemporâneo, completamente incorporada à dinâmica institucional capitalista, sendo, sem sobra para dúvidas, uma instituição antiproletária. Isto vale também para as instituições partidárias. O nível de burocratização ao qual chegou o capitalismo contemporâneo exige de todas as instituições normalizadas e reguladas também o mesmo padrão de burocratização. Mas mais do que meramente se adequarem aos padrões burocratizantes e mercantilizantes dominantes hoje, a própria essência e objetivos da instituição partidária já a coloca em lugares perigosos para o desenvolvimento da luta proletária. Como demonstra Viana (2003), os partidos políticos são organizações burocráticas (ou seja, fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos), que almejam a conquista do poder de estado (seja pela via eleitoral ou insurrecional). A relação interna do partido é essencialmente burocrática, pois é

fundada em regulamentos já estabelecidos que dividem os membros do partido em dirigentes (líderes, diretores etc.) e dirigidos (os demais membros que não tem o mesmo poder de decisão dentro da instituição). Da mesma forma, a relação do partido com o conjunto da sociedade é também burocrática, na medida em que ele se coloca como o “líder da nação”, a “ponta de lança da revolução”, o “timoneiro da revolução” que conduzirá a nação à liberdade ou a classe operária ao comunismo.

Essa relação essencialmente burocrática revelou-se nos processos históricos das revoluções do século XX como um dos principais entraves ao desenvolvimento das lutas proletárias¹⁰. Para dar prosseguimento à análise, cito aqui parte de um debate que desenvolvemos mais detalhadamente em outra oportunidade:

Como já dissemos, a burocracia é uma classe social especializada em gerir as instituições. Trata-se, no capitalismo contemporâneo, de uma classe social extremamente vasta, comportando inúmeras frações (estatal, empresarial, eclesial, escolar, universitária, terceiro setor, partidária etc.). A burocracia sindical é mais uma destas frações. O fato de ser uma única classe, não implica que não haja conflitos de interesses entre suas inúmeras frações. A burocracia sindical de uma determinada categoria profissional (rodoviários, por exemplo) pode entrar em conflito com as burocracias estatal e empresarial que fazem a gestão dos transportes. O elemento central aqui é a posição que todas elas ocupam na divisão social do trabalho: gerir uma determinada instituição dentro da sociedade capitalista. Burocracia estatal: estado; burocracia empresarial: empresas capitalistas (fábricas, lojas comerciais, empresas de ônibus, bancos etc.); burocracia eclesial: igrejas; *burocracia partidária: partidos políticos; burocracia sindical: sindicatos.*

(...) Esta classe social, à medida que se cristaliza como um fragmento do conjunto social passa também a elaborar representações sobre si mesma. Estas representações se materializam em ideias complexas (ideologias), bem como em representações cotidianas menos elaboradas, em valores, concepções políticas etc. (MAIA, 2014, p. 109).

Considerando a coisa desta maneira, o leninismo e todas as suas derivações e dissidências não foi outra coisa senão uma ideologia da burocracia, contrariamente ao materialismo histórico-dialético que é, segundo expressão de Karl Korsch, uma “expressão teórica do proletariado revolucionário”. A luta de classes também se expressa no mundo da produção intelectual e nos dias correntes, o pensamento revolucionário deve ater-se não somente à crítica das ideologias burguesas, mas também e, sobretudo, à crítica das ideologias burocráticas. O pensamento leninista é uma das formulações mais acabadas

¹⁰ Não é espaço aqui para desenvolver esta questão. Para tanto, remeto o leitor a (MAIA, 2015; 2014), (VIANA, 2012). Para uma crítica específica ao bolchevismo (PANNEKOEK, KORSCH, MATTICK, 1976).

desta ideologia burocrática. É por isto que consideramos as formulações de Martorano extremamente problemáticas, pois produz uma miscelânea tão grande que confunde autores e organizações típicos da burocracia, com autores e organizações típicos do proletariado. A tentativa de misturar “conselhismo” com “bolchevismo-leninismo”, tal como faz Martorano, só revela que o pensamento burocrático tenta, nos dias atuais, livrar-se de parte das desgraças que o constituíram durante todo o século XX¹¹.

Como vimos, portanto, o pensamento de Martorano não corresponde a uma inovação teórica, mas sim, a uma tentativa de salvar as velhas ideologias leninistas/bolcheviques/”marxistas”-estruturalistas. Sua tese de socialização econômica e política não é outra coisa senão a velha tese da transição progressiva do socialismo ao comunismo, tese que justificou por décadas o domínio da burguesia de estado nos vários países em que dominou o tão propalado “socialismo real”, na verdade capitalismo de estado.

Além de remendar as teses vanguardistas, Martorano defende, no final das contas, uma concepção burguesa de revolução proletária.

Otto Ruhle (1975), em seu ensaio *Da revolução burguesa à revolução proletária*, apresenta uma diferença radical entre os dois processos revolucionários. Uma revolução, por definição, é um rompimento radical entre uma ordem social estabelecida e outra que se edifica sobre os escombros da anterior. As revoluções burguesas, em que pese todas as particularidades histórico-concretas nos mais diferentes países onde ocorreram, têm alguns elementos que permitem identificá-las enquanto tal. Em seu ensaio, Ruhle analisa as seguintes revoluções, classificando-as como burguesas: Portugal e Espanha, Países Baixos, França, Inglaterra, Alemanha e Rússia. Sim, a revolução russa foi uma das últimas revoluções burguesas. Ruhle (1975) aponta como elementos essenciais das revoluções burguesas: o controle do estado pela classe capitalista seja via parlamentar-liberal ou ditatorial; o sistema político-partidário; os sindicatos. Estas instituições (estado, partidos políticos e sindicatos) são a força por meio da qual historicamente a burguesia conseguiu fazer valer seus interesses de classe.

¹¹ Em pesquisa que está em andamento, estamos denominando esta tendência do leninismo contemporâneo de fazer autocrítica moderada e incorporar em seu sistema lexical, termos e conceitos vindos de outras tendências, de “neoleninismo eclético”.

Não tenho espaço para desenvolver esta discussão. Assevero, contudo, que Martorano não faz outra coisa senão conceber a revolução proletária a partir do que foram as revoluções burguesas. Seu pensamento não consegue apreender a radicalidade do projeto autogestionário. Seu pretense realismo ao propor uma gradualidade para o estabelecimento do comunismo, na verdade oculta os limites ainda burgueses de sua concepção de revolução proletária.

Afirma:

Por tudo que se viu, a participação política da maioria é tanto uma condição funcional para o regime político socialista como também é indispensável para a consolidação do sistema de conselhos. Porém, por ela não se realizar de forma independente de um conjunto de outras variáveis, pode-se afirmar ela é uma das maiores apostas da passagem do capitalismo para o comunismo. Dessa maneira, a pergunta sobre a possibilidade do Estado socialista fomentar uma participação que possa levar ao seu desaparecimento nos remete a esse conjunto de variáveis. Ressalve-se, porém, que sendo de fato um Estado socialista, o aumento da participação é condição essencial de seu funcionamento, isto é, não é o Estado agindo sobre os trabalhadores como um órgão estranho a eles, mas são os conselhos operários a expressão viva de sua própria ação, que só podem se desenvolver na presença dessa ação e não de outra. Para usar uma metáfora, não se trata de uma relação do Estado-sujeito sobre os trabalhadores-objeto. (MARTORANO, 2011, p. 144) (grifos meus).

Pela natureza de classe das duas formas organizacionais (conselhos e estado), pelas experiências históricas herdadas do século XX não é mais possível aceitar uma tal proposição. A suposta identidade (mesmo que conflituosa) entre conselhos e estado não ocorreu em parte alguma. Isso que Martorano apresenta simplesmente oculta o caráter irreconciliável entre burguesia e burocracia por um lado e proletariado por outro. Os dois “sistemas”, estatal e de conselhos, expressam interesses de classe antagônicos, projetos distintos de sociedade. A ideia de um “semiestado” é tão absurda quanto pensar um semipartido político, um semissindicato, uma semifábrica, um semibanco. As instituições expressam os interesses da classe que lhe dá forma, inseridas na totalidade social. Todas as instituições no capitalismo (empresas, bancos, estado, partidos, sindicatos etc.) estão envolvidas com a reprodução da totalidade da sociedade moderna. Contudo, cada uma destas instituições é gerida por determinadas frações da classe burocrática. Esta classe tem interesse em manter sua posição (isto varia de extrato para extrato) dentro da sociedade. Isto faz com que a burocracia torne-se uma classe auxiliar da burguesia, pois para manter seus privilégios e defender seus interesses, tal classe tem o interesse imediato em

reproduzir as relações estabelecidas. A longo prazo, seus interesses históricos são mais amplos e a burocracia pode se apresentar como classe autônoma visando superar a classe burguesa (veja o caso soviético, por exemplo)¹².

Como já foi dito, após a tomada do poder de estado, “determinação em primeira instância”, os conselhos operários devem ampliar seu poder progressivamente em todas as esferas, sobretudo econômica, “determinação em última instância”. Para que isto realmente se efetive, é necessária uma ampliação progressiva da “socialização econômica” e da “socialização política”. Isto acontece, como vimos, com o sistema de conselhos controlando a burocracia e a vanguarda socialista (no âmbito das empresas e do estado) inicialmente de um ponto de vista externo para paulatinamente tornar supérflua a existência tanto da burocracia administradora quanto da vanguarda socialista. Se há uma potencial tensão entre conselhos e estado, Martorano reconhece que este é o risco que os trabalhadores devem correr para triunfar o processo revolucionário.

Como evitar uma autonomização intensa das instâncias superiores do estado em relação aos conselhos operários? Fortalecendo os mecanismos de participação dos trabalhadores nas instâncias decisórias. Como isto aconteceria?

Mas só isso não basta para estimular o surgimento de fortalecimento das instâncias de base. *Um elemento central para tanto seria o estabelecimento daquilo que a atual Ciência Política, referindo-se a experiências recentes de alguns países capitalistas, chama “instrumentos” de democracia direta, e que foram também aplicados nas formações sociais que iniciaram a transição socialista: a criação de leis a partir de iniciativa popular direta, os plebiscitos, os referendos, as consultas etc., envolvendo não apenas temas de interesse local e regional, como também temas gerais e nacionais. Com isso, o produtor direto enquanto tal seria chamado a participar do maior número possível de decisões, estimulando o debate público sobre a construção socialista (MARTORANO, 2011, p. 158) (grifos meus).*

Referendos, plebiscitos, consultas etc. são procedimentos por definição burocráticos típicos dos estados capitalistas democráticos. Nenhum ensinamento tem estas experiências para a construção da nova sociedade. Martorano quer encontrar nas práticas burguesas elementos para a edificação das relações sociais comunistas. Isto é um

¹² Uma análise do que poderíamos chamar de um “modo de produção burocrático”, no qual a burocracia suplanta a classe capitalista e estabelece uma nova forma de exploração pode ser observado na distopia de George Orwell, em seu famoso 1984. Isto, contudo, no plano histórico ainda não se efetivou e fica no máximo como uma possibilidade distante. As experiências de capitalismo de estado do século XX demonstram o caráter de classe auxiliar da burocracia. Em nenhuma das assim chamadas “democracias populares”, “socialismo real” etc. a burocracia conseguiu estabelecer outra forma de exploração além da exploração tipicamente capitalista, fundada na extração de mais-valor.

contrassenso. Em primeiro lugar, trata-se de uma instituição acima dos trabalhadores propondo algo aos trabalhadores (portanto, uma relação burocrática entre dirigentes e dirigidos). Em segundo lugar, tais mecanismos políticos foram concebidos dentro da lógica política dos estados modernos para atenderem aos interesses destas instituições. Em terceiro e último lugar, o processo revolucionário implica obrigatoriamente o esforço de criação de relações novas.

A generalização dos conselhos já é, por si só, a criação de relações sociais novas. Se há algum lugar para discutir os fundamentos da sociedade comunista, este lugar não é o estado e seus mecanismos, este lugar não são os partidos e os sindicatos, este lugar não são as relações existentes hoje nas empresas capitalistas. Este lugar é evidentemente a organização, a sociabilidade, a consciência etc. que se desenvolvem nas lutas dos trabalhadores. O erro de Martorano consiste em buscar o novo procurando-o nas velhas estruturas.

Um dos méritos dos Comunistas de Conselhos, em sentido “restritivo”, para lembrar a distinção que Martorano faz, foi procurar nos conselhos operários não só os órgãos de luta do proletariado (em oposição aos partidos e aos sindicatos), mas também os embriões da nova sociedade. Tal como Pannekoek (1975) afirma os conselhos não são uma forma pronta e acabada, mas sim um princípio e este princípio é o da autogestão operária de suas lutas, que cria as condições para a autogestão da sociedade futura. É na luta que os trabalhadores aprenderão a se organizar, que desenvolverão sua consciência, que aprenderão a gerir as empresas, os bairros, a cidade, a sociedade como um todo. Não é realizando plebiscitos e referendos que se “educará” o proletariado para o comunismo. Isto é um ponto de vista completamente burguês e burocrático. É na experiência de suas lutas, construindo novas relações sociais de produção, de sociabilidade, de organização da vida comunitária etc. que iremos encontrar as raízes do comunismo ou da autogestão social.

Segundo Martorano, a “transição socialista” será um processo longo e penoso no qual a classe operária deve buscar ampliar cada vez mais seu poder por meio dos conselhos. Nesta sociedade socialista (sim, é uma sociedade específica, com um tipo específico de luta de classes, de estado etc.):

(...) os trabalhadores não podem abrir mão de todo e qualquer meio legal que contribua para o controle da burocracia e dos representantes políticos

em busca da autogestão. Uma regulamentação jurídica pode representar mais um passo na consolidação de suas conquistas e o aumento de seus recursos políticos na luta de classes que caracteriza a transição socialista. Caso se conclua por sua não necessidade, os trabalhadores se privariam de importantes meios de luta (MARTORANO, 2011, p. 171).

E conclui, afirmando que:

Guardada as devidas diferenças, o reconhecimento da legalidade no socialismo teria um papel semelhante ao da legislação do Estado burguês que prevê alguns direitos sociais e políticos aos trabalhadores nas condições do capitalismo. A legislação trabalhista, por exemplo, pode ser invocada nas ações coletivas desencadeadas pelas organizações operárias na defesa de seus direitos. No socialismo, a legalidade contribuiria ao menos para inibir a ação dos funcionários buscando dividir os trabalhadores, para colocá-los isoladamente, frente a uma burocracia mais organizada. Portanto, o seu significado político seria duplo: a) garantir novos meios de defesa dos interesses gerais e específicos dos trabalhadores frente ao próprio Estado; b) colaborar para a não atomização dos trabalhadores. Ela prescreveria direitos como garantia de trabalho e salário, de educação, de cultura, de moradia etc.; liberdade legal e material de reunião, de expressão e de organização para o exercício de qualquer atividade voltada para a construção do socialismo; eleição obrigatória dos diretores das unidades de produção, circulação, das universidades e entidades culturais etc. Além disso, a legalidade permitiria um melhor desenvolvimento do pluralismo partidário socialista estabelecendo claramente o modo de seu funcionamento em todas as instâncias do sistema de conselhos. Vale dizer, a discussão deve englobar também o modo de codificação jurídica das conquistas operárias na transição e questão de sua natureza provisória (MARTORANO, 2011, p.171/172).

Como se vê, a transição socialista não seria outra coisa senão a normalidade burguesa sendo afetada pela presença dos conselhos operários. A única coisa realmente revolucionária que Martorano consegue identificar em sua “transição socialista” é a presença dos conselhos operários. Tudo o mais em sua tese não passa de reprodução dos elementos burgueses. Aquilo que Marx chamou de “limites intransponíveis da consciência burguesa” ao criticar os economistas clássicos, materializa-se aqui nas análises políticas de Martorano. No final das contas, ele não conseguiu abandonar o quadro burguês e burocrático de análise do processo revolucionário. Ele não fez a análise da revolução tendo por base a perspectiva proletária. Ao não fazer isto, conseguiu unicamente remendar a velha tese da “transição socialista” enriquecendo-a com as considerações sobre os conselhos operários.

Assim, no final das contas, a única coisa que ele realmente conseguiu foi domesticar os autores conselhistas em sentido “restritivo”. Em síntese, o trabalho de Martorano não tem nenhuma inovação teórica e do ponto de vista político está

envelhecido em mais de um século. A tentativa de unificar as teses conselhistas e proletárias com as ideologias bolcheviques e burocráticas produziu unicamente um ecletismo que não ultrapassa os limites mais elementares das ideologias políticas burguesas. Por isto, seu *Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização* não passa de uma visão burguesa da revolução proletária.

Referências

ARVON, Henri. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BARROT, João. *O movimento comunista*. Porto: & Etc, 1977.

BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o Controle Operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

GORTER, Herman. *As lições das “Jornadas de Março”*. Revista *Enfrentamento*. Ano 10, n. 18, jul/dez. 2015. Disponível em: <http://enfrentamento.net/enf18.pdf>, acesso em 04/06/2016.

GRAMSCI, Aantônio. & BORDIGA, Amadeu. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GOMBIN, Richard. *As origens do esquerdismo*. Porto: Afrontamento, 1972.

GUILERM, Alain & BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

KORSCH, Karl. *Marxismo y filosofia*. México/DF: Ediciones Era, 1971.

MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2015.

_____. *Os sindicatos: não há que conquistá-los, há que destruí-los*. Revista *Enfrentamento*. Ano 9, n. 16, jul/ago. 2014. Disponível em: <http://enfrentamento.net/enf16.pdf>, acesso em 04/06/2016.

MARTORANO, Luciano. Cavini. *Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MATTICK, Paul. *Integração capitalista e ruptura operária*. Porto: Afrontamento, 1977.

_____. *Rebeldes y renegados: la función de los intelectuales y la crisis del movimiento obrero*. Barcelona: Icaria, 1978.

PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977.

_____. *Lenin filósofo*. Córdoba/Buenos Aires: PyP, 1973.

_____. *La Idea de los consejos*. BRICIANER, Serge (org.). Anton Pannekoek y los Consejos Obreros. Buenos Aires, Schapire, 1975.

PANNEKOEK, Anton.; KORSCH, Karl.; MATTICK, Paul. *Crítica del bolchevismo*. Barcelona: Anagrama, 1976.

RUHLE, Otto. *Da revolução burguesa à revolução proletária*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

_____. *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Evolução da revolução russa de 1917 até hoje*. In: Teoria e ação libertárias. São Paulo: UNESP, 2011.

_____. *De Lênin ao capitalismo de estado – I*. In: A falência da política. São Paulo: UNESP, 2009a.

_____. *De Lênin ao capitalismo de estado – II*. A falência da política. São Paulo: UNESP, 2009b.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2008.

_____. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookees, 2012.

_____. *Notas sobre história e significado do comunismo de conselhos*. Revista Marxismo e Autogestão. Ano 02, num. 04, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9aviana4/324>, acesso em 29/02/2015.

NEOLIBERALISMO E MOVIMENTO PIQUETEIRO NA ARGENTINA – A EXPERIÊNCIA NEUQUINA (ARGENTINA, 1996)

Lisandro Braga*

A emergência de um tardio, porém robusto, movimento de contestação à regularização neoliberal nas cidades petroleiras de Cutral-Có e Plaza Huinul, província de Neuquén (junho de 1996, reemergido em abril de 1997), representou um significativo avanço na capacidade organizativa dos grupos e classes sociais que se movimentaram para impedir e/ou reverter as formas sociais¹ neoliberais aprovadas para a região. Em seu trabalho, realizado no interior do PIMSA², *Las formas de organización emergentes del ciclo de la rebelión popular de los '90 en la Argentina* (2007), Paula Klachko apresenta algumas das principais características desse movimento de contestação social. Segundo a autora, as cidades de Cutral-Có, Plaza Huinul, foram tomadas por esse movimento que, posteriormente, denominou-se de *Movimiento Piqueteiro*. Segundo a autora, esse expressou uma

organização mais complexa e sistemática para manter os piquetes de bloqueio de estradas que sustentam a ocupação das cidades por vários dias e para resistir à Gendarmeria, mas prevalece a prática espontânea, já que se dilui quando conclui os enfrentamentos; Realização de assembleias populares diárias; Participação massiva e socialmente heterogênea nas assembleias; Emerge a personificação de “piqueteros” primeiro e

* Doutor em Sociologia/Universidade Federal de Goiás, professor de Teoria Política/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento/NEPALM.

¹ As formas sociais são formas de regularização das relações sociais que regularizam desde as relações de produção até todo o conjunto das relações sociais derivadas do modo de produção (capitalista). Nessas sociedades, o estado é a principal forma de regularização das relações sociais, pois ele deve e busca controlar todas as formas privadas de regularização das relações sociais, visando influenciar no seu funcionamento e no conjunto das relações de produção. Tudo isso com o propósito fundamental de garantir a reprodução das relações sociais capitalistas. Enfim, ele procura regularizar a produção de capital e todas as demais formas de regularização das relações sociais.

² O Programa de Investigação sobre o Movimento da Sociedade Argentina/PIMSA “é levado adiante, desde 1993, por um conjunto de investigadores formados em distintas disciplinas, articulados em equipes de investigação que pretendem integrar as distintas aproximações ao conhecimento da realidade social de historiadores, sociólogos, antropólogos e economistas. Estas equipes de investigação foram se constituindo em distintos momentos ao longo dos últimos 24 anos, e com a realização desse programa tentamos dar continuidade e às vezes superar essa acumulação realizada no campo do pensamento científico, dando conta das profundas mudanças que tem produzido na Argentina atual como manifestação local do sistema capitalista mundial e atendendo as especificidades que se apresentam, como país dependente onde as relações capitalistas tem alcançado um alto grau de desenvolvimento. Para isso abarcamos o período ao redor dos 130 anos nos quais tem ocorrido a gênese, formação e desenvolvimento do capitalismo na Argentina” (PIMSA). Cf. <http://www.pimsa.secyt.gov.ar/>

“fogoneros” depois, os que representam maior disposição à luta; Organização assembleiaria, horizontal, prática democrática que acarreta a desinstitucionalização; Delegados revogáveis das assembleias por piquetes para a coordenação entre eles e para a negociação com os governos (os delegados devem consultar as assembleias sob o que foi negociado antes de assinar os acordos) [...] (KLACHKO, 2007, p. 159-160).

Como é possível perceber, o movimento piqueteiro emergido na província de Neuquén recupera uma série de ações e ferramentas radicais, próprias do movimento operário, tais como piquetes, assembleias diárias, ações diretas, auto-organização /organização horizontal, decisões coletivas, revogabilidade da representação etc., que tendem a caminhar de forma autônoma e com certa auto-organização das lutas. É necessário entendermos como esse movimento se desenvolveu, qual a particularidade da região na qual ele emerge, que razões explicam a emergência de sua radicalidade, que dinâmica adquiriu seus enfrentamentos etc. Para isso é imprescindível recuperarmos um pouco da história da região na qual ele surge.

A origem da Província de Neuquén está íntima e exclusivamente ligada ao intervencionismo estatal na região que, logo após o extermínio da população indígena local, através da “Campanha do Deserto”, se encarregou de criar as melhores condições para o início da ocupação da Patagônia, visto que os latifundiários agropecuaristas não manifestavam interesse em fazê-lo, nem tampouco contribuir com o projeto de ocupação territorial. Portanto, os Territórios Nacionais nasceram mediante o saque violento dos territórios indígenas, constituindo-se em entidades jurídicas distintas das províncias, nas quais sua administração territorial era exercida pelo governo central, com o propósito de promover a organização econômica-social e demográfica adequada para seu processo de provincialização (BUCCIARELLI, 1999).

Desde a incorporação (massacre genocida) desses territórios ao estado nacional, entre o final do século XIX até a primeira metade do século XX, a economia local se baseava na pecuária e na agricultura em menor medida. Somente a partir da década de 1960 e, principalmente a partir de 1980, é que a província passará a se destacar como polo produtor de energia: petróleo, gás e eletricidade. A estrutura econômico-administrativa aí instalada fundamentou-se no crescimento extraordinário dos serviços em geral e do funcionalismo estatal. O setor de comércio e de serviços privados era responsável por aproximadamente um terço da ocupação da força de trabalho, em conjunto com os funcionários públicos, somavam dois terços os trabalhadores que estão ocupados no setor

terciário da economia (comércio, administração pública, transportes, finanças, saúde, educação etc.).

Conforme aponta Bonifacio (2011), a província de Neuquén foi marcada por duas modalidades de regularização estatal, em períodos distintos: a) a regularização integracionista³ (estado integracionista – 1960/1980) e b) a regularização neoliberal (estado neoliberal – 1990/dias atuais). Segundo esse autor,

essas formas de intervenção estatal na economia foram acompanhadas por diferentes lógicas de intervenção social. Na primeira etapa, a intervenção estatal se aproxima ao denominado Estado de Bem-Estar. Em uma sociedade dinâmica que cresce com as contribuições das migrações nacionais e estrangeiras, o Estado favorece a integração social mediante constante oferta de trabalho e a cobertura da infraestrutura social: saúde, educação, habitação e ação social. Na segunda etapa a intervenção estatal adquire um forte conteúdo neoliberal cujo resultado foi a formação de uma sociedade polarizada, caracterizada por um processo de desintegração crescente, com altos níveis de conflitividade social. Durante as duas etapas o Estado foi conformando sólidas redes clientelares para garantir o controle político dos setores subalternos, através de diversas estratégias de intervenção territorial (BONIFACIO, 2011, p. 66).

Durante o período de regularização interventora, o estado nacional encarou sua determinação fundamental de regularizar as relações de produção (e reprodução) capitalistas que, em um contexto de capitalismo subordinado, no qual inexistia uma burguesia com autonomia suficiente para incitar o processo de acumulação por conta própria, o estado se apresenta como o único com capacidade de impulsionar o desenvolvimento capitalista com suas singularidades regionais: “o fato decisivo é a inexistência de uma burguesia local importante, com bases de acumulação independentes do Estado [...] é sintomático que o grosso dos mais importantes empresários provinciais seja seus provedores ou empreiteiros. O setor produtivo da economia é raquítico” (PETRUCCELLI, 2005, p. 17). As duas exceções são compostas pelo setor energético, uma atividade mais extrativa do que produtiva, e a indústria de construção que se desenvolveu à sombra das obras estatais.

Essas peculiaridades em muito se deve à correlação de forças políticas existentes na província desde os anos 60, marcadas pelo monopólio político do *Movimento*

³ A regularização interventora equivale à forma estatal própria do regime de acumulação conjugado que antecede o regime de acumulação integral (VIANA, 2009). No entanto, ainda nos falta a realização de um estudo aprofundado sobre tal regime de acumulação na Argentina, trabalho que pretendemos realizar em estudos posteriores.

Popular Neuquino (MPN), que reinou absoluto ao longo de quatro décadas, estando intimamente ligado à estrutura econômica provincial e exercendo um papel preponderante no seu interior. Como resultado das intervenções estatais no setor produtivo local, consolidou-se uma economia fundamentalmente caracterizada pela especialidade nas atividades de extração de petróleo, gás e eletricidade. Essa economia especializada possibilitou a emergência de uma burguesia comercial local que se fortaleceu amparada pela intervenção estatal. Nesse sentido, exercer o controle sobre as decisões do estado tornou-se decisiva para essa classe social e, por essa razão, a burguesia neuquina está composta por indivíduos diretamente vinculados com a burocracia estatal e com a burocracia partidária do MPN. Na verdade, “em Neuquén os políticos são empresários e os empresários são políticos” (PETRUCCELLI, 2005, p. 18).

As classes sociais que se enriqueceram e prosperaram sob o amparo do estado nacional foram os responsáveis por fundar, no ano de 1962, o MPN. A partir de 1963, com a eleição de Felipe Sapag a governador da Província, dá-se início ao processo de constituição do estado, formação de uma burocracia estatal composta por técnicos-administrativos especializados e influenciados pelas ideias dominantes da época, em torno do modelo de industrialização predominante na América Latina. Em tal modelo, era o estado nacional quem exclusivamente financiava todas as atividades de grande envergadura, tais como a extração de hidrocarbonetos, construção de grandes obras de infraestrutura, que possibilitariam o crescimento econômico provincial. A nascente burocracia estatal, de origem burguesa, soube muito bem utilizar as redes mercantis, clientelistas e de parentesco para garantir o apoio político de diversas classes sociais e, também, a subordinação das classes subalternas. Nesse sentido,

a riqueza estatal permitia gerar uma ampla rede de obras, serviços e empregos públicos, que beneficiava tanto os assalariados e os pequenos produtores, como aos empresários que acessava as licitações ou eram beneficiados com prêmios diretos de legalidade duvidosa, porém absolutamente habituais. As sucessivas ondas de trabalhadores imigrantes que chegavam a Neuquén tinham poucos motivos para estarem em desacordo com a província que lhes “brindava” oportunidades laborais, salariais, educativas, habitacionais e de saúde com as quais, em muitos casos, não poderiam nem sequer sonhar em seus lugares de origem. Esses tangíveis benefícios eram a base material de uma forte identificação simbólica e emotiva com a Neuquén e seu partido, que redundava e ainda redundava na supremacia indisputada do MPM. Ao longo desses anos o partido do governo – quase um partido-Estado, como gosta de dizer meu amigo Silvio Winderbaum – tem tecido uma frondosa rede

de clientelismo político, que se estende não apenas entre as classes assalariadas, senão que também inclui a muitos produtores, formalmente autônomos, mas que de fato dependem do Estado (PETRUCCELLI, 2005, p. 18-19).

Demonstração clara do monopólio político absoluto do MPN em Neuquén é fornecida pelo fato de que as grandes disputas partidárias na província equivalem a disputas intrapartidárias. Tal monopólio, em parte, se deve a existência de uma oposição política fragmentada e dividida entre os dois maiores partidos políticos nacionais, a *União Cívica Nacional* (UCR) e o *Partido Justicialista* (PJ). Apesar dos discursos federalistas e suas constantes críticas ao estado nacional, o MPN sempre foi um partido “oficialista”. Governe quem governe o estado nacional (peronistas, radicais, militares), o MPN sempre oferta apoio político, direta ou indiretamente, aos governos nacionais em troca de benefícios. É importante perceber que o MPN soube capitalizar muito bem as benesses políticas, oriundas, principalmente, do apoio de setores das classes exploradas ao seu discurso federalista, pois

este componente ideológico possibilitou exitosamente a remissão do conflito de classe à relação entre a província e o poder centralizado de Buenos Aires. Este tipo de federalismo constituiu-se no princípio ideológico articulador, mediante o qual as classes dominantes na província lograram capturar com êxito as orientações dos setores populares, inscrevendo assim seus interesses em termos de “interesse geral provincial”. Dessa forma, se reduziu o potencial antagônico das classes subalternas aos setores dominantes (PALERMO apud BONIFACIO, 2011, p. 71).

Ademais, o estado neuquino usufruía de uma importante autonomia financeira, proveniente, fundamentalmente, dos royalties do petróleo, mas também da exploração de gás e eletricidade e da arrecadação provincial, que juntas equivaliam a mais da metade das receitas da província. Através do *Regime de Coparticipação Federal dos Impostos*, das receitas provinciais e dos royalties, a província conseguia cobrir seus gastos operacionais, ficando livre de quaisquer riscos que o corte nos envios discricionários federais pudessem representar, fato que facilmente seria aproveitado pela oposição ligada ao governo central. Tal autonomia deixava os governos provinciais em uma situação favorável para negociar com o estado nacional, visto que esse “não podia afogá-los, e o apoio às políticas do oficialismo em escala nacional sempre era em troca de contrapartidas materiais” (PETRUCCELLI, 2005, p. 20).

Outra determinação importante que auxilia nossa compreensão sobre a emergência de um movimento de contestação social (movimento piqueteiro) na província,

remete a existência prévia de uma cultura contestadora na região. Desde a década de 1960 passava a existir na província, essencialmente na sua capital Neuquén, uma cultura contestadora que, por mais que fosse marginal, era bastante ativa e numerosa. Tal cultura contestadora não era homogênea, nem tão pouco se inspirava em uma única fonte político-teórica (ou ideológica no sentido marxista), no entanto, compartilhavam de muitos valores e práticas sociais: desejo por igualdade, um genérico anti-imperialismo, uma visão positiva da contestação e militância social, uma concepção crítica em relação à sociedade, uma organização e mobilização coletiva cotidiana, a preocupação com os direitos humanos (herança da última ditadura burguesa), uma postura opositora ao MPN e certo nível de consciência de classe (PETRUCCELLI, 2005). Bonifacio sintetiza a existência dessa cultura contestadora (denominada por ele de contracultura do protesto) da seguinte maneira:

uma história que combina processos políticos e lutas coletivas contribuíram na formação desta contracultura do protesto: a) as greves dos operários da construção nas grandes hidrelétricas, b) a migração de chilenos (sob posse de uma cultura contestadora) logo após o golpe militar de 1973, c) o papel da igreja neuquina durante a última ditadura militar (catolicismo progressista militante), d) o papel da Universidade Nacional de Comahue (movimento estudantil combativo) e e) a própria cultura que se recria nas constantes lutas sociais. Esses processos remontam a uma história de mais de três décadas, foram interiorizados por sujeitos que tem uma disposição a perceber, valorizar, sentir, pensar e atuar no marco de uma cultura militante e combativa [...] (2011, p. 88 – parênteses nossos).

A chegada da regularização neoliberal promoveria alterações drásticas na paisagem social neuquina. De uma província notada, em meados dos anos 70, pelo desenvolvimento econômico, se tornaria, nos anos 90, em uma ilha de desemprego e precarização laboral, mas também de resistência ao neoliberalismo, marcada pela emergência de um arrojado movimento de contestação social, responsável por árduos enfrentamentos contra o processo de regularização da acumulação integral. Nascia aqui o Movimento Piqueteiro.

Iniciada na segunda metade da década de 1980, a fase de regularização neoliberal promoveu uma acentuada redução das receitas públicas, através da diminuição do pagamento dos royalties dos setores energéticos, levando o estado a adotar uma série de regularizações neoliberais para readequar as contas públicas. No ano de 1991, com a consolidação do processo de privatização das empresas estatais, a forma de intervenção

do estado e sua relação com as empresas, assim como as relações sociais em conjunto, alteraram significativamente.

É importante destacar que nessa província desenvolveu-se aquilo que Carrera, Podestá e Cotarelo (1999) denominam de *capitalismo de estado en enclaves*, isto é, caracterizado por uma atividade da grande indústria, com características singulares, típicas da atividade extrativista energética, tais como a pequena quantidade de parques industriais, com elevada ocupação do proletariado na indústria petroleira, construção, eletricidade, gás e água, nas quais o estado é o proprietário dos meios de produção. Porém, com a regularização neoliberal, tais empresas se privatizam e tornam-se poucos grandes complexos oligopólicos extrativistas internacionais.

Conforme aponta diversos estudiosos do tema, a empresa *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), maior empresa produtiva-extrativista da Argentina, modelo de empresa estatal petrolífera para toda a região, constituía um *verdadero estado dentro do estado*, no qual o conjunto da vida social estruturava-se, direta ou indiretamente, em torno de suas atividades (SVAMPA E PEREYRA, 2009; ARTESE, 2009). Seguindo Svampa e Pereyra (2009), o modelo de desenvolvimento social instituído pela empresa era expressão máxima do estado social interventor argentino, no que se refere à garantia dos direitos sociais em geral. Os trabalhadores da YPF eram os trabalhadores mais bem remunerados pelo estado e pertencer ou não pertencer a YPF marcava fronteiras sociais nítidas no interior dessa sociedade. Assim como as relações sociais internas eram também caracterizadas por uma alta hierarquia entre os diferentes setores que a compunham.

Ao longo de todo o século XX a exploração petrolífera estatal conviveu com a exploração privada, em um quadro de grande instabilidade nos quadros regulatórios dessa indústria extrativa. Em diversos governos houve reformas que regularizavam a participação de capitais privados nas atividades de exploração e comercialização do petróleo, de acordo com o sistema de *concessões mineiras*. Tais concessões eram suspensas e retornavam segundo as políticas estatais nacionais, no entanto,

logo após o golpe de estado militar, uma nova mudança na orientação petrolífera indicaria uma política mais firme em direção a abertura para a exploração privada. Não é casual, aliás, que o endividamento externo e o agravamento da situação financeira da empresa se deram durante o período da ditadura militar. Assim, até o final do Processo de Reorganização Nacional e início do regime democrático, as constantes desvalorizações do peso levaram as empresas privadas a desenvolverem

uma forte política de pressão para a renegociação dos contratos (Gadano, 1998). A isso tem que somar a política de “subsídio” que YPF se permitia desenvolver para com outras do Estado, que não pagavam seus consumos. Assim, a setenta anos de sua criação, a empresa que havia sido o “modelo de indústria petrolífera estatal” na América Latina, se encontrava distante da *performance* de seus pares mexicano e venezuelano, pois, paradoxalmente, em lugar de representar uma fonte de divisas para o Estado, havia se constituído em uma empresa onerosa, na qual havia que assistir financeiramente. Nesse contexto, exacerbado pelo discurso neoliberal do governo Menem, se prepara e se dispõe primeiro à privatização, logo após a reestruturação e, por último, a reorganização laboral da YPF (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 106-107).

Desde 1989 o processo de privatização da YPF vinha sendo instrumentado por decretos (1.055, 1.212 e 1.589) que determinavam a transferência de vastas áreas de extração para a iniciativa privada. Em 1992, com a nova Lei de Hidrocarbonetos (21.145), transferia-se para as províncias a posse sobre os hidrocarbonetos e, ao mesmo tempo, declarava a YPF sujeita à privatização integral. No primeiro momento, buscou-se vender suas ações de forma fragmentada, com o intuito de não deixar nas mãos de um único operador internacional, no entanto a partir de 1999 a YPF convertia-se em propriedade da empresa espanhola Repsol.

Sua privatização promoveu uma verdadeira devastação social para a província de Neuquén e outras províncias petrolíferas. A consequência imediata do processo de reestruturação produtiva e, logo após a privatização da YPF, foi a intensa lumpemproletarização social⁴ ocorrida na região de Cutral-Có e Plaza Huinul. Para termos uma ideia da intensidade desse processo, basta resgatarmos alguns números. Em 1990 a empresa possuía 50 mil funcionários, depois da privatização, foram demitidos 44.400 trabalhadores. O número de demissões entre 1990 e 1997 foram os seguintes: Província de Salta – 3.400; Província de Neuquén – 5.000; Região da Bacia Austral – 1.660; em Comodoro Rivadavia – 4.402; Santa Fé – 1.777. Juntamente com a lumpemproletarização, a privatização trouxe as formas de valorização do regime de acumulação integral e sua intensificação do trabalho, a precarização dos contratos e conseqüentemente do trabalho, a redução do pagamento de horas-extras etc. daqueles que permaneceram empregados.

⁴ Entendemos por isso o processo de marginalização da força de trabalho da divisão social do trabalho, constituindo, a partir daí, uma classe social que vivem à margem de tal divisão social: o lumpemproletariado (VIANA, 2009; BRAGA, 2013, 2016).

A política de reestruturação (demissão) da YPF foi marcada pela existência de duas modalidades: retiros voluntários e licenciamentos. Parte expressiva das indenizações recebidas pelos demitidos foi utilizada para aquisição de pequenos empreendimentos comerciais individuais (lojas e *remisería* – tipo de serviço parecido com o taxi) ou para a aquisição de bens (automóvel, residência etc.). Passado alguns anos, boa parte de tais empreendimentos faliram, seus bens foram vendidos e a lumpemproletarização se expandiu. Um exemplo nítido de como esse processo ocorreu, pode ser fornecido pela experiência dos ex-trabalhadores da YPF.

Com o intuito de levar à cabo a enorme quantidade de demissões na YPF e, ao mesmo tempo, mascarar a lumpemproletarização e controlar o nível de conflitividade social que nasceria dela, o estado procurou, juntamente com a empresa privatizada e com a conivência do principal sindicato do setor petrolífero (SUPE), impulsionar a criação de pequenas empresas prestadoras de serviços, formadas pelos seus ex-trabalhadores, e de acordo com a área em que trabalhava, através do repasse de maquinarias e outros bens como parte das indenizações por demissão. No primeiro momento, essas pequenas e médias empresas alavancaram com a assinatura de contratos de serviços de 18 a 24 meses. Passado esse momento, tais empresas começaram a ter enormes dificuldades para renovar os contratos visto que a Repsol

continuou multiplicando suas exigências. Reclamando bonificações, subdividindo os contratos por zonas; em suma, fixando tarifas a níveis de custo tais que para muitos se tornou impossível manter os empreendimentos. Em segundo lugar tem que agregar que a maior parte dos equipamentos vendidos pela YPF era obsoleta. Em pouco tempo, as dificuldades de renovação tecnológica coincidiram com o aumento das exigências tecnológicas da empresa. Por último, as contratadas deviam competir com as outras empresas de serviços de alta *performance* e acostumadas às regras do mercado [...] Por conta da ausência de uma verdadeira política de recursos humanos, muitas das empresas naufragaram muito cedo, atravessadas por dificuldades ligadas ao reconhecimento da autoridade, a tomada de decisões, a escassa capacidade negociadora, a impossibilidade de obter contratos por incumprimento das obrigações impositivas, a carência de prédio próprio e impossibilidade de acesso a créditos por falta de garantias de penhor e hipotecárias; por último, a problemas associados ao elevado nível de endividamento (SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 109).

Somadas à intensidade da lumpemproletarização, em consequência da privatização da YPF, outras determinações contribuíram para a emergência de uma forte contestação social na região. Referimos-nos fundamentalmente às lutas internas no MPN

e a conseqüente decisão da burocracia provincial de cancelar um contrato realizado pelo governo anterior, com a empresa canadense *Agrium* que se instalaria na região. Tal instalação era encarada pela população local como prováveis condições de desenvolvimento e oferta de trabalho. Outra determinação foi fornecida pela greve docente que contestava a lei neoliberal de educação e das conseqüências da privatização, que “em busca de solidariedades sociais, encontraram nos habitantes de Cutral-Có e Plaza Huincol, aliados inesperados” (BONIFACIO, 2011, p. 163). Vejamos essas determinações.

Em dezembro de 1995, eleito novamente governador de Neuquén, Sapag assume o poder com a missão de programar as medidas de regularização neoliberal na província. Envoltos na dinâmica das lutas intestinais da burocracia partidária, Sobisch, arqui-inimigo histórico de Sapag, foi o ex-governador que iniciara as negociações com a empresa canadense, decide cancelar as negociações para sua instalação na região⁵:

na noite de 19 de junho de 1996, Sapag anunciou a ruptura do contrato com a empresa canadense “*Agrium*”, para construir uma planta de fertilizantes. O acordo havia sido firmado pelo anterior governador Jorge Sobisch (linha branca do MPN). Tratava-se de um contrato leonino: o estado cedia os terrenos e a provisão de água e energia elétrica, renunciava aos royalties das reservas de gás “*El mangrullo*” e, como se isso fosse pouco, comprometia-se a investir 100 milhões de peso/dólares para a instalação. *Agrium* teria um prazo de 24 meses para a construção. Os moradores das localidades de Cutral-Có e Plaza Huincol não conheciam em detalhe os termos do acordo; mas a construção da planta supunha emprego temporário por um par de anos para umas 1.500 pessoas, mas uns duzentos postos permanentes. O desaparecimento desses postos laborais esperados por longa data incendiou o pavio da rebelião, em uma das localidades em que o desemprego havia se convertido em uma verdadeira praga (PETRUCCELLI, 2005, p. 43).

O oportunismo político de Sobisch e de seus partidários se manifestou na manhã do dia 20 de junho de 1996 quando a *Radio Victoria*, porta-voz histórica de Sobisch na região, transmitiu a notícia do cancelamento do acordo com a empresa canadense *Agrium* e disponibilizou seus microfones para que os ouvintes emitissem suas opiniões a respeito de tal cancelamento. Sem dúvida alguma, essa rádio e alguns burocratas

⁵ Ahamos muito pouco provável que o próprio Sobisch tivesse o interesse em consolidar tal contrato com a empresa *Agrium*. Para nós trata-se da estratégia clássica da burocracia, que vive de disputas partidárias, para desgastar o inimigo partidário com práticas maquiavélicas nas quais os fins justificam os meios, tal como a de iniciar um acordo que, a priori, sabe-se que não será concluído em seu mandato e que cairá como uma “batata quente” na mão do seu sucessor. E, como de fato ocorreu, o não cumprimento do acordo estimulará a contestação social. O contexto social da província não possibilitaria um investimento como o exigido para a instalação da planta canadense de fertilizantes.

“blancos” contribuíram para a convocatória de uma mobilização que, logo em seguida caminharia no sentido da composição de um robusto movimento de contestação social radical que lhes escaparia o controle. O enfático anúncio sobre o não cumprimento do acordo (*traição de Sapag*), emitido pelo proprietário da rádio, Mario Fernández, foi decisivo para o início das convocações mobilizadoras. Às 09 da manhã ele exclamou: “acaba de consumir a traição de Felipe Sapag, não teremos a planta de fertilizantes. É a traição de Felipe a Cutral-Có”.

Tratou-se, no primeiro momento, de um oportunismo faccioso interno ao MPN, articulado pelos partidários “blancos” de Sobisch contra o governo de Sapag. Diversas ações confirmam essa articulação política, dentre elas podemos citar: a) a convocatória lançada pela Radio Victoria para uma mobilização às 16 horas no acesso a Plaza Huincul; b) Por volta das 11 horas Leticia García, legisladora da fração “blancos”, informava a um jornalista do diário Río Negro que em Cutral-Có haviam bloqueado uma estrada, fato que se concretizaria somente às 16 horas. No dia seguinte, vereadores e deputados “blancos”, junto com alguns de seus aliados peronistas, estiveram presentes no bloqueio da estrada; c) No dia 20 de junho, partidários “blancos” convocam para um protesto no setor da Torre Uno, meia hora depois um militante (Opazo) do MPN atravessar seu automóvel sobre a estrada 22 – “Opazo sabia o que fazia mas ignorava o peso dessa primeira pedra” (Río Negro, 25/06/2006); Adolfo Grittini, ex-prefeito de Cutral-Có, partidário “blanco”, auxiliou o bloqueio da estrada fornecendo produtos e gasolina para aqueles que mantiveram a estrada e as cidades bloqueadas por dois dias⁶ (BONIFACIO, 2011).

Por volta das 16 horas começaram a concentrar os primeiros manifestantes na Torre Uno. Os primeiros a se concentrarem ali foram estudantes secundaristas e professores. Com apoio concedido por partidários “blancos” taxis e remises (serviço parecido com o de taxi) começavam a levar pessoas para o bloqueio na estrada 22 e aos

⁶ “Na investigação de Auyero (2004a) menciona-se a quantidade e qualidade de recursos que o ex-prefeito havia mobilizado para a realização do protesto. Muitos dos entrevistados pelo autor falam do suporte de caminhões carregados de cobertas para alimentar o fogo das barricadas, a provisão de combustíveis gratuito aos veículos que se dirigiam aos postos de bloqueio nas estações de serviço de sua propriedade, como demais insumos para sustentar a presença dos manifestantes: alimentos, cobertas, combustível para aquecer-se etc. Inclusive desde o oficialismo acusou-se a radio “FM Victoria” –que difundiu pela primeira vez o fracasso das negociações entre a empresa de fertilizantes e o governo de estar vinculada com o ex-prefeito e de cumprir um papel de “alcoviteiro” ao incentivar a população a bloquear a estrada. O prefeito de Cutral Có, Daniel Martinasso declarava que “tem gente do meu próprio partido que segue manejando interesses pessoais e setoriais” (Río Negro, 24-06-96, p. 1) [...] (ARTESE, 2009, p. 101-102).

poucos a concentração de pessoas tornou-se massiva e pneus incendiados começaram a ser utilizados para o bloqueio da estrada nacional 22 e a provincial 17. Diversos comerciantes em apoio ao bloqueio fecharam seus estabelecimentos, às 22 horas os postos de gasolina suspendem o serviço, passando a abastecer somente ambulâncias, taxis utilizados para levar pessoas ao bloqueio, viaturas policiais e bombeiros. Em seguida passaram a bloquear a entrada dos principais postos de fornecimento de combustível, assim como suas estradas de acesso alternativas. Às 08 da manhã, do dia 21 de junho, o município de Cutral-Có concede folga a todos os seus funcionários, logo depois a Cooperativa de Energia Elétrica, assim como o município de Plaza Huincol, faz o mesmo. Ao meio dia todas as escolas suspendiam suas atividades, os comércios fechavam suas portas, os serviços de transporte coletivo paralisavam e o aeroporto era bloqueado por piquetes, com todos os voos cancelados. Os bloqueios começavam a preocupar o abastecimento de combustíveis para a região. Em cidades vizinhas começavam a formar filas para o abastecimento de automóveis e a YPF começava a rearticular seu abastecimento (PETRUCCELLI, 2005; BONIFACIO, 2011).

Os contestadores sociais que passaram a improvisar com pedras, pneus e todo tipo de escombros que pudesse auxiliar no bloqueio das estradas, assim como no fogo para amenizar o implacável frio patagônico, construía, naquele momento, os primeiros traços daquilo que entraria para a história com o nome de piquete e seus mantenedores ficariam conhecidos como piqueteiros. Vejam, portanto, que os piqueteiros de Cutral-Có e Plaza Huincol não se restringiam ao lumpemproletariado (desempregados), pois os comerciantes auxiliaram fechando seus negócios e fornecendo alimentos e outros produtos que ajudavam na manutenção dos piquetes. Milhares de pessoas foram se concentrando nos piquetes, no entanto, aqueles que se prontificaram a garantir a segurança e proteção aos mais de vinte piquetes instalados na estrada, sustentar a queima de pneus e enfrentar todos aqueles que tentassem ultrapassar o bloqueio, eram compostos basicamente pelos desempregados (lumpemproletários).

Durante a jornada de sábado, 22 de junho de 1996, os piquetes se multiplicaram e atingiram a quantidade de 21, cercando toda a cidade. Durante a tarde foi realizada uma assembleia no piquete próximo ao setor da Torre Uno, com aproximadamente 05 mil contestadores sociais que decidiram com vigor e força sua ordem: Que venha Sapag! Essa

assembleia foi realizada logo após o descaso da burocracia governamental que insistia em afirmar, com vistas a descaracterizar a contestação social, que a mesma não passava de manobra política da oposição composta pelos “blancos”. Por volta das 15 horas, a burocracia estatal provincial modera sua posição e busca iniciar um diálogo com os contestadores sociais, com o objetivo de propor a formação de uma comissão de representantes para se reunir com o governador na capital. Na verdade, trata-se da estratégia da burocracia para fragmentar o movimento e negociar com as lideranças, algo inexistente nessa mobilização. A proposta é apresentada por uma rádio local e atinge um resultado oposto ao esperado, ao afirmarem que não sabiam se o governador poderia chegar a Cutral-Có e que isso não mudaria etc., incendiaram os ânimos dos piqueteiros que nesse momento levantam o lema “ninguém viaja, ninguém negocia, a menos que o governador venha falar conosco”. Com o passar das horas tal lema se resumiria no grito: Que venha Sapag!

Os piqueteiros afirmavam que os piquetes só se levantariam após a resolução concreta para o problema do desemprego. Aqui se percebe uma forte manifestação do interesse imediato do lumpemproletariado no interior dessa mobilização. No dia 23 de junho de 1996, circulava pelos piquetes um texto, apresentado no *Jornal La Mañana del Sur*, que foi lido em diversas rádios da região e expressava as razões e objetivos do movimento de contestação social, na qual possibilita a preocupação com algumas questões que remetem aos interesses imediatos do lumpemproletariado:

Hoje o povo de Cutral Có y Plaza Huincul está de pé, lutando pela dignidade de sua gente, bloqueamos as estradas de ingresso a essas duas cidades porque pretendemos fazer escutar nossos direitos em busca de uma reativação econômica real e concreta. O **desemprego**, a **fome** e a falta de respostas do governo provincial nos levaram a isso. Se hoje bloqueamos as estradas é porque sentimos indignação, **marginalidade** e esquecimento. Nossa gente que hoje ocupa as estradas é a mesma que durante várias décadas brindou seu trabalho de sol a sol para que esta província e o país crescesse... Então considerando a “falta de respostas oficiais”, o mínimo que podemos pretender é uma reparação histórica. (...) Já não nos servem as mentiras de alguns segundões ... Hoje queremos a Felipe Sapag sim ou sim (*Jornal La mañana del Sur*, 23-06-96 - negritos nossos)

Acostumado com o jeito caudilho de ser, Sapag tinha pouca habilidade para lidar com a contestação social. Sua postura conservadora e reacionária já não amedrontava os contestadores sociais, pelo contrário, servia de lenha para seus piquetes. Nesses primeiros dias da mobilização social, concederia algumas entrevistas para os jornais locais,

na qual sua postura inflexível se destacaria, assim como seu discurso criminalizador da contestação social:

Jornalista: “A população quer que você vá a Cutral-Có...”.

Sapag: “Lhes digo que venha eles”.

Jornalista: “Mas eles não querem vir”, lembrou o jornalista.

Sapag: “Eu lamento, mas terão que vir. Eu poderia, mas primeiro devem conversar comigo. Não posso ir a nenhum lugar que tenha insubordinação”.

Jornalista: “Tão pouco vai permitir que alguém do seu gabinete vá”?

Sapag: “Não, porque eles estão com uma atitude de força que não é legítima, ocupar a rua e impedir que a gente se mova e trafique é um delito” (Jornal Río Negro, 22/06/1996).

“A gente que continua com essas drásticas medidas estão cometendo um delito, e nessas condições não posso dialogar com a investidura de governador, Não posso dialogar com gente que está cometendo um delito. Se a gente quer que eu vá, terá que voltar para sua casa e despejar a estrada” (Sapag, governador de Neuquén, Jornal La Mañana del Sur, 24/06/96).

Enquanto por um lado a burocracia estatal acusava a oposição de controlar o movimento de contestação social e a burocracia partidária opositora buscava, realmente, formas de controlá-lo; por outro lado, no interior dos piquetes se organizava a contestação social através dos debates nas assembleias e da participação direta e igualitária nas decisões, crescia entre os contestadores uma forte desconfiança em relação à burocracia partidária tradicional e seus interesses em canalizar a contestação social para seus interesses particulares e oportunistas. Os burocratas, que desde o início do bloqueio das estradas, estiveram presentes e auxiliaram na sua manutenção, assim como outros que tentavam se aproximar dos bloqueios, passaram a ser duramente hostilizados nos piquetes:

o ex-prefeito Grittini, no momento de chegada ao cenário (local dos bloqueios e piquetes) foi agredido verbalmente, não obstante persistindo em seu discurso conseguiu arrancar aplausos dos assembleístas. Não tiveram a mesma sorte os prefeitos Martinasso e Pérez que não puderam chegar ao cenário e em suas intervenções foram objetos de constantes vaias e agressões verbais. Pior ainda foi a situação que tiveram que atravessar o senador nacional pelo Partido Justicialista Daniel Baum, os deputados provinciais e vereadores; quando chegaram ao local lhes foram lançados elementos contundentes que os obrigaram a desistir da ação (Jornal La Mañana del Sur, 03/06/96).

No jornal *Página 12*, um representante piqueteiro declarava que,

na sexta-feira pela noite o ex-prefeito Adolfo Grittini se pôs a frente do protesto [...] Nos convocaram a todos os piqueteiros a uma assembleia na torre da YPF, mas não nos deixaram falar, eles tiveram sempre o microfone [...], então nos retiramos dali. Nos demos conta de que estavam usando-

nos. Fomos até a rádio e convocamos a nossa própria reunião no outro extremo da cidade, mas pedimos que os políticos se abstenham de vir. [...] O povo já não queria nada com os políticos. Diziam-nos que éramos seus representantes [...] Aí nos demos conta de que o povo tinha seu poder e podíamos ganhar (Jornal Página 12, 30/06/96).

A hostilidade dos contestadores sociais contra a burocracia estatal e partidária (tradicional) não era gratuita, mas sim fruto do avanço, mesmo que ainda limitado, da consciência de classe, no interior da luta de classes. Dessa maneira, passaram a se organizar nos piquetes e pretenderam canalizar eles mesmos suas demandas, através de representantes eleitos sob o calor do fogo e fumaça dos piquetes. Já nos primeiros momentos da contestação social, setores da classe subalterna⁷ e do lumpemproletariado com tendências mais radicais recuperaram ferramentas de luta e organização tradicionalmente pertencentes ao movimento operário revolucionário. Dentre as principais estavam os piquetes, a assembleia coletiva, a auto-organização, as decisões horizontais e a ação direta. O uso combinado dessas ferramentas afastaram decididamente as pretensões da burocracia partidária de exercer o controle sobre o movimento de contestação.

Nascia, assim, um novo sujeito histórico com consciência política própria: os piqueteiros. Svampa e Pereyra (2009) indicam, ainda que através de uma linguagem problemática, que a *identidade piqueteira* foi percebida naquele contexto de forma diversa. Tanto negativamente, apoiando-se em três argumentos centrais: a) apontando a militância social como um aspecto negativo em um contexto de precariedade laboral, no qual se introjetava uma autoculpabilização de sua condição social; b) o segundo fundamenta-se em um dos elementos centrais do *ser piqueteiro*, presente principalmente entre os mais jovens, apontando para a experiência de enfrentamentos com os aparatos repressivos do estado, estruturada originalmente na disputa pelo controle territorial. “A imagem dos jovens fogoneros de Cutral-Có até os piqueteiros encapuzados dos grupos autônomos”

⁷ “A classe subalterna é composta pelos trabalhadores assalariados improditivos que exercem, na divisão social do trabalho, a atividade de serviços em geral, desde os comerciais aos domésticos (VIANA, 2012). Marx já havia percebido a emergência de subalternos domésticos, que ele denominou ‘classe dos serviços’ (MARX, 1988). Nesse sentido, um ‘datilógrafo’ (hoje seria um ‘digitador’) não é um membro da ‘nova classe média’ (que englobaria a burocracia), como alguns erroneamente pensam (DAHRENDORF, 1982; CAMPOS, 1976), muito menos outros funcionários (como funcionário de limpeza ou faxineiro) seria parte da burocracia ou mesmo do termo equivocado e genérico de ‘nova classe média’. Eles pertencem, na verdade, à classe subalterna, pois não tem poder de decisão dentro da organização” (VIANA, 2015a). Também Cf. (VIANA, 2012).

(SVAMPA e PEREYRA, 2009, p. 171); c) e o terceiro, marcado por aqueles que rechaçam como indigna a aceitação dos subsídios estatais, “um certificado da condição de pobre e desempregado”. Por último, existe uma leitura oposta que apresenta a identidade piqueteira como sinônimo de dignidade. Ao se definirem como piqueteiros, produz-se mentalmente um deslocamento muito significativo em relação aos que se intitulam como desempregados, a percepção de sua condição altera de forma considerável e radicalmente. Ao contrário do termo *desempregado*, que carrega uma carga negativa e estigmatizadora que aponta para a passividade, o termo *piqueteiro* se define por sua condição ativa, ou seja, o trabalho de organização da contestação social e da militância prática, que vai desde a sustentação (alimentação, água etc.) daqueles que estão nos piquetes, passando pelas decisões cotidianas, até a questão da segurança e dos enfrentamentos com as forças repressivas etc.

Dessa maneira, no primeiro momento, a atividade piqueteira se expressou na própria realização dos bloqueios e piquetes que deram lugar a toda uma simbologia que caracteriza a dignidade da luta, a liberdade como o próprio ato de se organizar para lutar e resistir à regularização neoliberal. A assembleia também se apresentou como símbolo de outra forma organizativa, marcada pela deliberação horizontal. O controle territorial exercido pelas classes desprivilegiadas, algo possibilitado pelos piquetes. “A insurreição como horizonte dos bloqueios” (SVAMPA e PEREYRA, 2009).

O segundo momento da mobilização, entre os dias 23 e 25 de junho, caracterizou-se por uma expressiva desinstitucionalização do movimento de contestação. A partir daí começa a aparecer com maior nitidez uma divisão no interior do bloco reformista, marcada pela existência de um setor mais radicalizado, constituído pela maioria que exigia a presença de Sapag em uma assembleia popular, com o objetivo de apresentar soluções concretas aos problemas sociais da província. Esse setor, composto majoritariamente pelo lumpemproletariado, detinha maior disposição à luta, à ação direta e ao enfrentamento com as forças repressivas, e por isso tornaram um dos principais alvos da estigmatização e criminalização realizada pelo capital comunicacional, que passava a apresentá-lo como o *setor mais duro* da contestação social. O outro setor detinha uma postura moderada, marcada pela crença nos caminhos e negociações institucionais, encarnadas em um grupo que defendia a viagem do mesmo até a capital provincial para

uma negociação com o governador. Proposta essa que esbarrava na decisão da assembleia coletiva de não permitir a saída de ninguém da localidade (KLACHKO, 2007).

A situação nas localidades começava a ficar tensa. O governador não dava nenhum sinal de que iria ceder à exigência dos *insubordinados* e *delinquentes*, como vinha intitulado os contestadores sociais nos jornais locais, a manutenção dos piquetes começava a se apresentar como uma tarefa árdua, os pneus estavam acabando e por isso só os mantinham incendiados pela noite, o desabastecimento de alimentos passava a prejudicar a todos e tornava uma pressão a mais, os serviços de emergência hospitalar passam a receber alguns jovens intoxicados pela fumaça dos piquetes, os serviços de saúde começam a recomendar o uso de máscaras ou que tapem os rostos com suas roupas (imagem que passava a compor a identidade piqueteira) e começava a circular pelas rádios locais a notícia da intervenção da juíza e da presença de gendarmes nas regiões próximas, preparados para desbloquearem as vias. Tal notícia, fez com que os hospitais de Cutral-Có e Neuquén decretassem estado de emergência pela impossibilidade de atender a possíveis feridos pela repressão. Todo esse quadro gerava uma tensão muito grande no interior dos piquetes, porém, ainda assim, os piqueteiros mantiveram-se firmes e decididos na manutenção dos bloqueios (KLACHKO, 2007; BONIFÁCIO, 2009; ARTESE, 2009).

Diante desse quadro de forte tensão, que tendia a ampliar com o ingresso de 300 gendarmes do esquadrão antimotins que pousaram às 12h5min, do dia 24 de junho de 1996, de 03 aviões hércules, com armamento de guerra, tanque hidrantes e preparados para uma violenta repressão; o setor mais moderado do movimento de contestação seguiu buscando a aprovação do envio de um grupo à capital para negociar com o governador e convocou uma reunião no edifício da Cruz Vermelha de Plaza Huinca, com vereadores, comerciantes, profissionais técnicos, comissão de vizinhos etc. Tal convocação, gerou um conflito entre o setor moderado e o setor radicalizado que tentou invadir a reunião, sem obter êxito. No entanto, incendiaram uma camionete que estava do lado de fora do edifício, se armaram com pedaços de pau e se prepararam para impedir a saída de tal comissão da região.

Após impedirem a saída da comissão, formada pelo setor moderado, da região, as possibilidades de resolução do problema se esgotaram e o setor radicalizado se preparou para resistir ao avanço da gendarmeria, enquanto o moderado utilizou as rádios

locais para desaconselhar o enfrentamento e os pais para que retirassem, preventivamente, seus filhos dos piquetes (Jornal Mañana del Sur, 26/06/1996).

Nesse momento, todas as pretensões de frações da burocracia *emepenista* de apropriar-se do descontentamento social e canalizá-lo para interesses próprios “vai por água abaixo” e os desempregados (lumpemproletariado) adotam uma postura política alternativa ao clientelismo estatal dominante, caracterizada pela ação coletiva direta e auto-organizada. Como já podemos perceber nesse contexto histórico, o lumpemproletariado adotou uma postura política bastante contestadora, soube resgatar ferramentas radicais, forjadas pelo movimento operário revolucionário, e utilizá-las ao longo do vasto território argentino para contestar as consequências da acumulação integral. Nesse sentido, a novidade histórica está na postura política do lumpemproletariado e não nas ferramentas utilizadas⁸ por essa classe social e outras classes desprivilegiadas.

Ao longo de toda a madrugada do dia 25 de junho de 1996, parcela significativa da população aguardava ansiosa e tensa a chegada da gendarmeria. Os piqueteiros se preparavam para o enfrentamento e reforçavam as barricadas/piquetes. Todo tipo de automóvel em desuso, alambrados e outros materiais que pudessem dificultar a travessia de um automóvel foram utilizados e incendiados nos piquetes. De uma ponta a outra, entre os 21 piquetes existentes, os piqueteiros lotaram as estradas com pedras e escombros, se dividiram em grupos e mantiveram-se dispostos ao enfrentamento com a gendarmeria. A maior disposição vinha da juventude lumpemproletária, residente dos bairros pobres próximos à estrada nacional 22, e que, no geral, já possuíam um histórico cotidiano de enfrentamento com a repressão policial preventiva nesses bairros.

Um aspecto fundamental a ser destacado, em um contexto em que a contestação social atinge uma radicalidade substancial e desafia os poderes institucionais, seus canais tradicionais de política etc., é o papel que cumpre o capital comunicacional na preparação de um terreno favorável à repressão estatal. Não existe repressão efetiva sem um capital comunicacional efetivo. Conforme poderemos perceber, desde o primeiro

⁸ Em Benclowicz, por exemplo, pode-se ler: “em junho de 1935, os leiteiros (de Salta) atravessaram os carros de distribuição no centro da cidade, bloquearam o trânsito e protagonizaram um ‘piquete’ urbano, quer dizer, um bloqueio de ruas [...] esse tipo de ações demonstram que as ‘novas’ formas de protesto não são tais, ou pelo menos possuem uma genealogia” (2013, p. 109 – parênteses nossos).

momento da organização da contestação social, iniciou-se também uma batalha discursiva-ideológica, orquestrada pelo bloco dominante e veiculada pela burguesia detentora do capital comunicacional, com o objetivo de deslegitimar e criminalizar a contestação social, vinculando os contestadores sociais ao delitivo, à violência (atitude de força), à insubordinação política etc. (ARTESE, 2009). Os discursos a seguir foram veiculados pelo capital comunicacional (local e nacional) nos últimos dias que antecederam o início da repressão:

“Não posso ir a um lugar onde existe **insubordinação**. Eles estão em uma **atitude de força** que **não é legítima**. Ocupar o caminho e impedir que a gente se mova e trafique é um **delito**” (Felipe Sapag, governador de Neuquén. Jornal Río Negro, 22/06/96).

“(A investidura do governador) corre perigo de ser maltratada ou contrariada por um capricho de quem está cometendo um delito [...] praticamente todo o interior da província tem ficado ilhado. **Os que protestam não representam a ninguém** ... talvez no geral a todo o povo, mas o governo está representado pelos que foram eleitos. **O povo não governa nem delibera senão através de seus representantes**. Os manifestantes que participam da pueblada estão interrompendo o trânsito, o trabalho, a produção. No fundo eles possuem o direito legítimo de manifestarem, mas sem retirar dos demais a liberdade de trabalho” (Felipe Sapag, governador de Neuquén. Jornal Río Negro, 24/06/96).

“Não é com **violência** que se pode resolver o problema. A **crise** está culminando; a gente que está na estrada 22 deve desalojá-la imediatamente. Que voltem aos seus lares porque a **lei** deve ser cumprida” (Felipe Sapag, governador de Neuquén. Jornal Río Negro, 25/06/96).

“Não se pode **entorpecer** uma via de comunicação. Se não acatam a **ordem**, se desocupará a estrada mediante o uso da força pública” (Margarita Gudiño Argüelles, juíza federal, Jornal Página 12, 25/06/96).

“Vamos atravessar os piquetes, não pode ser que não nos deixem sair de nosso povoado. Que venham os gendarmes e entrem descendo o cacete, já me fuderam quatro dias, não aguento mais. **O povo** não pode ser **manejado por duas ou três pessoas**, vamos passar” (César Pérez, prefeito de Plaza Huinul, Jornal La Mañana del Sur, 25/06/96).

No início da manhã do dia 25 de junho/1996, a juíza federal Margarita Gudiño, acompanhada de 400 gendarmes completamente preparados para o enfrentamento (armamentos pesados, bala de borracha, canhão de água, gás lacrimogênio, cães adestrados etc.) avançam sobre os piquetes. Inutilmente a juíza tenta convencer os contestadores sociais a desocuparem a estrada e esses respondem com insultos e “Que venha Sapag!”. Um grupo de jovens lumpemproletários, responsáveis pelo primeiro

piquete, lançam pedras sobre os gendarmes que passam a lançar água gelada e gás lacrimogêneo contra os mesmos. No entanto, o ataque gendarme é inutilizado pelos ventos patagônicos que sopram a água e o gás lacrimogêneo na direção das tropas. A juventude lumpemproletária foi quem mais demonstrou disposição e força para enfrentar a repressão. Foram eles quem lançaram uma chuva de pedras e tijolos, enfrentaram e mataram vários cães das forças repressivas que os atacavam na estrada. Nesse primeiro enfrentamento saíram 27 contestadores feridos, um detido e 10 gendarmes feridos (BONIFACIO, 2011; ARTESE, 2009).

Após atravessar o primeiro piquete, as forças repressivas se depararam com uma multidão de contestadores (aproximadamente 20 mil pessoas) agitados e dispostos⁹ ao enfrentamento, que impressionaram tanto o comandante do operativo repressivo quanto a juíza, pois já não se tratava mais de simples jovens lumpemproletários, mas sim de uma imensa quantidade de indivíduos pertencentes a diversos grupos (estudantes) e classes sociais (proletários, lumpemproletários, subalternos etc.). A quantidade e diversidade das classes sociais envolvidas na contestação inibiram uma maior repressão. O que revela, inclusive no discurso do comandante do operativo¹⁰ e da juíza, o caráter axiológico da explicação da burocracia para impedir o avanço da repressão, assim como o caráter seletivo da mesma:

“Não é sacanagem, não podemos seguir porque é todo o povo, **não são moleques** ... “Existe **gente bem vestida**” (Comandante do operativo, Jornal Río Negro, 26/06/96).

“Depois de um trecho olhei e vi que ao redor de mim já não havia **encapuzados**, senão **gente** de cara descoberta que começava a correr e que não atirava pedras. Então disse ao comandante: ‘Me diga você o que está acontecendo? E ele me

⁹ “Éramos mais de 10 mil na estrada. Era tamanha a organização que aí estava um grupo colocando arames que ficava das cobertas queimadas, para que se enrosquem debaixo dos canhões de água e não os deixem passar. Vinham e nos avisavam que estariam fazendo esse trabalho e que iam tardar o quanto pudesse [...] Esse dia às sete da manhã também soou a sirene e nós vivíamos nas quinhentas residências, no último bairro. E você se levanta, sai para a estrada, um dedinho e todo mundo se levanta porque todo o bairro irá se levantar e ir até a estrada. Era uma confraternidade impressionante (fala de um contestador social) [...] (ARTESE, 2009, p. 109 – parênteses nossos).

¹⁰ De acordo com Horacio Verbitsky tal comandante compõe a gendarmería desde os anos 1970 e foi responsável pelo principal centro de extermínios da província de Tucumán, tendo assistido pessoalmente ao general Domingo Antonio Bussi executar, com tiros na cabeça, diversos presos políticos que posteriormente eram lançados em pneus incendiados com gasolina e óleo (Página 12, 18/12/99). A presença desses e outros militares genocidas nos aparatos repressivos do estado desde a ditadura militar burguesa apenas demonstra que as mudanças ocorridas em tal aparato repressivo após o reinício da ditadura, assim como essa, demonstra apenas mudanças em suas formas, mas não em sua essência, pois essa sempre foi fundada no uso da violência da classe dominante contra as classes dominadas.

disse’: ‘Deixamos para trás o **grupo de choque** e essa gente que está aqui é **gente do povo**’ (Juíza federal e comandante do operativo, Jornal La Mañana del Sur, 28/06/96).

Nesses discursos é possível perceber a existência de alguns signos que selecionam, com base em estereótipos, aqueles que são merecedores da repressão (jovens lumpemproletários mal vestidos e encapuzados, grupo de choque) e aqueles que não são (gente bem vestida, o povo).

Não acostumada com a auto-organização social, além da mentalidade fetichista institucional, naquele momento a burocracia (representada pela juíza e pelo comandante dos gendarmes) não entendeu o que exatamente estava ocorrendo ali e por isso não soube como lidar com a situação. Ao procurar pelos líderes da contestação e não encontrá-los, pois de fato não existiam - não se tratava, como muitos defendiam, de um movimento monopolizado por frações da burocracia do MPN¹¹ -, a juíza, tremendo de medo¹², como havia confessado, se declarou incompetente para resolver a situação, alegando se tratar de um crime político, isto é, sedição; buscando desqualificar e criminalizar o movimento de contestação. Nos próximos dias, quase todos os jornais veicularam essa notícia, buscando insistentemente, como é costume do capital comunicacional, disseminar essa corrente de opinião que encara a contestação social como violenta, ilegal e, conseqüentemente, ilegítima. Percebam que tais discursos são majoritariamente expressão da burguesia, através do bloco dominante (burguesia comunicacional, burocracia privada, burocracia governamental, burocracia estatal, intelectualidade etc.) que está sob o domínio da hegemonia burguesa, dos seus valores, interesses e perspectivas:

“A atitude de vocês é uma clara **demonstração de levantamento** contra um governo provincial. É um **delito maior que o de sedição** e por tal motivo me declaro incompetente e me retiro do lugar junto com as forças de segurança que me acompanham” (Juíza federal, Jornal Río Negro, 26/06/96).

¹¹ No fundo, para a consciência fetichizada toda prática que se afasta do comumente instituído é encarada como deturpada; e o capital comunicacional trabalhava para reforçar essa corrente de opinião predominante na sociedade: “recorremos todos os piquetes e podemos observar que não é Grittini (ex-prefeito de Cutral-có) quem está encorajando a mobilização. Todos respondem a todos e ninguém responde a ninguém” (Jorge Muñoz, membro do clero, La Mañana del Sur, 26/06/96).

¹² A juíza se encontrava diante de milhares de manifestantes (muitos encapuzados) com altíssimo grau de descontentamento e disposição para o enfrentamento direto com as forças repressivas, que estavam em um número quatro vezes menor. Ao tentar falar com os contestadores foi ajudada por um encapuzado que a ergueu em cima de uma camionete. Os diversos vídeos sobre esse momento demonstram claramente a situação de medo na qual se encontrava a juíza, tremendo e gaguejando.

“Eu vim para levantar um bloqueio de estradas. Mas isto é mais que isso. Isto é uma **rebelião popular**. Se tem que qualificar **penalmente** isso é **sedição**, e me supera” (Juíza federal, Jornal La Mañana del Sur, 26/06/96).

“Isso é um virtual **levantamento do povo** contra o governo da província. É **mais que sedição**” (Juíza federal, Jornal Clarín, 26/06/96).

“Não possuem representantes, estão atuando através daqueles que eles auto elegeram, por eles mesmos. Me lembrei da faculdade de direito, de uma **figura penal** que está dentro do título de **sedição**, que é o **motim**, e que fala da ‘assembleia dos povos’, aquele que se constitui em assembleia sem reconhecer a seus representantes e pede ou atua por ele. E ai foi quando pensei que estava frente a uma **figura penal maior** [...]” (Juíza federal, Jornal La Mañana del Sur, 28/06/96).

“O distrito centro do MPN diante dos acontecimentos que são de domínio público, manifesta seu incondicional apoio ao senhor governador da Província, Don Felipe Sapag, uma vez que repudia as **ações de violência gestadas por grupos devidamente individualizados que tem como único objetivo arrebatam concessões em proveito próprio**, fato inadmissível em um governo legitimado pelo voto popular” (Juan Carlos, Ramón Reynal e Hector Fernández – burocratas do NPM, Jornal La Mañana del Sur, 27/06/96).

“Nada justifica o **avassalamento** das instituições democráticas legitimamente constituídas por decisão popular [...] A **violência** não é o método para encontrar uma solução” (Prefeitos da região, La Mañana del Sur, 26/06/96).

Reforçando a corrente de opinião que buscava ser predominante, a contestação social e seus métodos chegaram a ser vinculada, por alguns discursos, com a insanidade¹³, mesquinhez e espírito de destruição dos piqueteiros:

“O que está ocorrendo é uma **loucura coletiva** com o **único espírito de destruir** Felipe Sapag e com o interesse mesquinho de **não reconhecer** uma trajetória (de Sapag) de mais de 30 anos à serviço da província” (Alberto Fernández, deputado provincial, La Mañana del Sur, 28/06/96).

É interessante perceber que com o desenvolvimento da contestação social, principalmente após a retirada das forças repressivas, que recuaram sob uma chuva de pedras e um coro potente de “Que Venha Sapag!”, o movimento de contestação social ganhou muita expressividade. A capacidade de auto-organização da contestação social, utilizando-se de ferramentas eficazes para pressionar o bloco dominante, juntamente com

¹³ “Não era a primeira vez – nem seguramente será a última – que se definia com uma patologia mental as manifestações populares de um conflito. As Mães da Praça de Maio foram rotuladas como ‘as loucas da praça’ durante anos” (ARTESE, 2013, p. 41).

seu caráter massivo, adquiriu grande legitimidade perante as classes exploradas e subalternas da sociedade neuquina¹⁴ e argentina. Vale lembrar que tudo isso ocorre em um contexto de grande precarização e intensa lumpemproletarização de milhares de argentinos. Além da legitimidade, os piqueteiros (termo que designaria os contestadores sociais, principalmente os setores lumpemproletarizados), forneceria para todo o país uma demonstração clara e eficaz de como sair da invisibilidade social, contestando a regularização neoliberal. O próprio capital comunicacional contribuiria com essa propaganda (não proposital) ao apresentar em seus jornais, em todo o país, alguns dos principais elementos que comporiam a nova dinâmica da luta de classes na Argentina contemporânea:

os piqueteiros conseguiram este objetivo, todos os meios de imprensa nacionais deram cobertura, na primeira página, dos fatos que estavam acontecendo em Cutral-Có e Plaza Huinul. O que os piqueteiros não sabiam e os meios de imprensa não buscavam, era que no resto do país essas imagens eram apreciadas por outros desempregados – que também começavam a se organizar a partir de recriar as redes sociais preexistentes – como o modelo a seguir para ganhar visibilidade social. Com sua luta, transmitida a todo o país pelos meios de comunicação (capital comunicacional), estavam mostrando quais eram os métodos mais eficazes para fazer ouvir os que detêm o poder político. Nesses vertiginosos dias se estava criando os marcos para a ação de novos protagonistas: os piqueteiros. Nos dias do Cutralcazo, os piqueteiros atropelaram as intenções da facção “blanca” que pretendiam instrumentaliza-los, logo impediram que os prefeitos canalizassem as negociações segundo as condições impostas por Sapag, posteriormente fizeram render as forças repressivas com a força da massividade. Agora só faltava negociar com o governador (BONIFACIO, 2011, p. 155-156).

A radicalidade e massividade da contestação social fizeram curvar o intransigente caudilho Felipe Sapag. Com a notícia do recuo da gendarmería, da indicação de uma sedição contra seu governo e da forte insistência dos piqueteiros na sua presença na região, se viu coagido a abandonar a reunião do *Encuentro dos Governadores Patagônicos*,

¹⁴ “No mesmo dia dos enfrentamentos, a multisetorial de Neuquén -que aglutinava os grêmios docentes da ATEN, legislativo (ANEL), judicial (SEJUN), estatal (ATE) junto a partidos políticos, la APDH local e outras organizações de Direitos Humanos convocou a uma paralização geral –que obteve um elevado acatamento nas escolas- e a mobilização em apoio aos moradores das regiões em conflito. Segundo os diários locais, mais de 2.500 pessoas se mobilizaram desde o centro da cidade até a ponte que une as cidades de Cipolletti com Neuquén – que seria um dos epicentros do protesto de março e abril de 1997-, interrompendo-o das 13h00min. até as 17h00min. O mesmo ocorreria na ponte que une a localidade neuquina de Centenario (ao norte da capital) com a região rionegrinha de Cinco Saltos. Estes atos de solidariedade realizados pelos grêmios se produziram, contudo, quando o conflito encerrava. Apesar dos já sabidos transtornos produzidos pelo bloqueio desses importantes caminhos, a população neuquina aderiu e saudou a medida” (*La Mañana del Sur*, 27-06-96 apud ARTESE, 2009, p. 112.)

na Província de La Pampa. Às 14h00min viajaria diretamente para Cutral-Có, onde chegaria 17h30min, e assim que atravessou o primeiro piquete foi muito bem recebido com vários insultos: “recebi todo tipo de *puteadas* (xingamentos acompanhados de gestos) no aeroporto, lhes sorri porque os compreendo” (Felipe Sapag, La Mañana del Sur, 26/06/96 – parênteses nossos). Aqui o discurso de Sapag em relação à contestação e os contestadores começa a “alterar”. Às 21h30min horas, depois de ser coagido, novamente, agora para comparecer à Torre Uno, onde se encontra com cinco mil piqueteiros que aos gritos exigiam fonte de trabalho e a renúncia dos prefeitos da região.

Em seu discurso, o velho Sapag, político profissional que era, procura amenizar as coisas, faz promessas, diz que iniciará as mudanças necessárias e várias outras mentiras e demagogias, como a de elogiar a contestação social e “discordar” da acusação da juíza federal do crime de sedição. Uma nítida demonstração da arte da mentira, da simulação-dissimulação típica da burocracia, que visava, essencialmente, capitanear a contestação social, ocultar o antagonismo/tensão social, reforçar o fetichismo da preocupação com a representatividade política, transferir as responsabilidades para o governo federal etc. Iniciou parabenizando a população por “ter chamado a atenção do país”, solicitando confiança para que “comecem a resolver os problemas” (Sapag, Página 12, 27/06/96). Porém, não conseguiu discursar por mais de 10 minutos, pois recebeu vaias, insultos, empurrões dos piqueteiros e uma pedrada ao se retirar, enquanto os piqueteiros se mantinham na estrada em assembleia (BONIFACIO, 2011).

Em diversos jornais, nesse mesmo dia, seus discursos confirmam a simulação-dissimulação de Sapag:

“**Não foi uma sedição**, senão que Cutral-Có tem se colocado de pé depois de 06 anos em que se produziu o esvaziamento da YPF” (Sapag, La Mañana del sur, 26/06/96).

“Fiz vários pedidos ao governo nacional pela situação dessa região, mas nunca nos escutaram. Espero que agora vejam a gente na rua, com frio e fome e comecem a nos escutar” (Felipe Sapag, Clarín, 26/06/96).

“(Los piqueteros) é algo que **surgiu do povo**, da **gente comum**. **Não sei** em virtude de qual questão ... **talvez** a pobreza e a angústia os tem unido. Tem se organizado e **estão muito conscientes do que estão fazendo**. **Tem sido muito razoáveis comigo**. Também possuem o mérito de através dessa comoção terem produzido – não apenas na região mas em todo o país – o reconhecimento de uma realidade que não se conhecia em profundidade e não se entendia tampouco desde longe” (Sapag, Río Negro, 29/06/96),

No dia 26 de junho/1996, conforme combinado, a Comissão de Piqueteiros foi recebida por Sapag, junto com um conjunto de reivindicações levantadas e aprovadas em assembleia pelos piqueteiros. Durante a reunião Sapag afirmou que havia recebido do governo federal auxílio com roupas, alimentos e medicamentos aos mais necessitados, assim como se comprometeu a religar em 48 horas o fornecimento de energia e gás aos que se encontravam sem devido à falta de pagamentos, garantiu a criação de postos de trabalho com a instalação de indústrias e realização de obras públicas, declarou a região em estado de *emergência social e ocupacional*, prometeu a criação de linhas de créditos para comerciantes e industriais no Banco da Província, bem como a não punição dos contestadores sociais e, por fim, o retorno da negociação com a fábrica de fertilizantes.

Laura Padilla, quem fora eleita na assembleia dos piquetes para representa-los, interferiu no discurso de Sapag e exigiu: “você coloca o que está dizendo por escrito e assina. Está nevando, tem gente na rua. Faça algo, uma ata” (AUYERO apud BONIFACIO, 2011, p. 158). Além disso, ela ponderou que levaria a ata, fundamentada nessas propostas e sistematizada em 12 pontos, até os piquetes para que fosse aprovada. Nesse momento Sapag se irrita e afirma “isso é uma piada, acabamos de fazer um acordo”. Laura solicita duas horas para que consulte a assembleia, demonstrando que a ata possivelmente seria aceita.

Na fria tarde do dia 26 de junho, os piqueteiros aprovam a ata em assembleia e encerram o bloqueio das estradas, porém se mantendo em *estado de alerta* diante dos trâmites para o cumprimento da ata. Houve comoção coletiva, passeatas e carreatas pela cidades da região. Contudo, a política assistencialista e paliativa que caracterizava diversos pontos da ata nunca chegou a ser suficiente em termos qualitativos e quantitativos, pois não chegava para todos e para os que chegavam não resolvia o problema. Não tardou para que a situação crítica ressurgisse na região e junto com ela o retorno da contestação social, porém agora com uma bagagem cultural de enfrentamento maior que a do ano de 1996, visto que a organização das lutas passadas gerou maior consciência e aprendizado. Em abril de 1997, o movimento piqueteiro retornaria com mais força e maior capacidade de contestação.

Com o objetivo de compreender que tipo de discursos, de quem, com que conteúdo eram veiculado pelos jornais sobre a contestação social, seus métodos de luta e

a luta cultural expressa no capital comunicacional, nos fundamentamos em um registro de aproximadamente 100 declarações, extraídas de 05 jornais, relativas ao período junho/julho/1996. A análise desse conjunto de informações apresenta:

Figura 08 - Discursos veiculados pelo capital comunicacional (entre os dias 26 de junho e 04 de julho de 1996, em Cutral-Có e Plaza Huincul).

Sujeitos	Antes do Enfrentamento	Depois do Enfrentamento	Total
Contestadores sociais	15 30,6%	12 26,1%	27 28,4%
Outros sujeitos ¹⁵	7 14,3%	7 15,2%	14 14,7%
Burocratas (estatais, governamentais, partidários)	27 55,1%	27 58,7%	54 56,8%
Total	49 100%	46 100%	95 100%

Fonte: Elaboração própria sobre a base de dados extraídas dos jornais Clarín, La Nación, Página 12, Río Negro, La Mañana del Sur.

A primeira constatação que extraímos desses registros é que os discursos emitidos pelos contestadores sociais ocupam um espaço infinitamente menor (28,4%) que o espaço ocupado pelos discursos da burocracia (56,8%). A maioria absoluta dos discursos dos contestadores sociais demonstra, tanto antes quanto depois dos enfrentamentos, um elevado grau de descontentamento e impaciência com a burocracia (apontada como a responsável pela situação social) e exigências de soluções imediatas da parte da burocracia (estatal e governamental) provincial. Mesmo nos discursos dos contestadores sociais, que também é produzido pelo capital comunicacional que seleciona, recorta, fragmenta o discurso etc., existe uma mensagem implícita que os apresenta de forma negativa (ameaçador, duro, violento, radicais, impacientes), parecendo confirmar a corrente de opinião do capital comunicacional¹⁶.

¹⁵ Aqui se encontra membros da intelectualidade (padres, pastores, jornalistas etc.), leitores e vizinhos que não sabemos sua pertença de classe, comerciantes, empresários etc.

¹⁶ Alguns discursos dos piqueteiros parecem reforçar implicitamente a corrente de opinião que o capital comunicacional visava produzir e tornar predominante, isto é, os contestadores como violentos e delinquentes, contudo não passa de aparência. Por exemplo, no trecho a seguir: “Estamos cansados de viver de esmolas e de sermos mantidos por nossas mulheres. Não queremos mais discursos, se isso não for corrigido **vamos fechar as válvulas de gás e depois vemos o que fazem**” (Piqueteiro, La Mañana del Sur,

Em segundo lugar, as declarações que buscaram caracterizar os contestadores sociais e seus métodos compõe um total de 56 discursos dos quais 34% vinculam a contestação social com o delitivo, com a violência e como prejudiciais para as instituições burguesas. Tais caracterizações foram emitidas majoritariamente pela burocracia estatal/governamental (aproximadamente 80%), o que revela um monopólio discursivo por parte dessa classe social. Mais de 20% dos discursos analisados nesse período apontaram para denúncias contra os bloqueios das estradas e da exigência de encerramento da contestação social com o uso da repressão institucional; mais de 40% dos demais discursos tem no seu conteúdo acusações entre frações da burocracia partidária/estatal/governamental buscando mutuamente na oposição os verdadeiros responsáveis pela contestação social (ARTESE, 2013).

Podemos observar que o bloco dominante, desde o início dos enfrentamentos sociais, veio construindo uma corrente de opinião hegemônica que apontava para a criminalização da contestação social, apresentando-a negativamente e de forma estereotipada como delitiva, violenta, perigosa para o estado de direito e suas instituições e, portanto, ilegítima. Coube ao capital comunicacional produzir e reproduzir essa corrente de opinião diariamente, em diversos jornais provinciais e nacionais, ao longo dos dias que antecederam e precederam a repressão institucional. Porém, é importante ressaltar que para os milhares de contestadores sociais essa corrente de opinião era falaciosa, pois em seus discursos o significado de delito era interpretado de forma muito distinta, como exemplifica o discurso de um jovem lumpemproletário, que esteve presente nos piquetes e enfrentou o avanço da gendarmeria:

delito é deles. Delito é não trazer pão às crianças, não comprar os materiais da escola, isso é delito. De que delito estão nos acusando quando o que

22/06/1996). Levando em consideração que estamos falando da Patagônia nos meses de inverno rigorosíssimo, em que toda a população necessita do acesso ao gás para manter aquecida suas residências, o trecho grifado soa como bastante ameaçador e violento, podendo reforçar a corrente de opinião desejada pelo capital comunicacional, isto é, a de que **os piqueteiros são violentos**. Porém, vale ressaltar que a violência não é uma essência dos indivíduos que contestavam bloqueando as estradas, cercando as cidades e deixando-as desabastecidas, enfrentando as forças repressivas, ameaçando interromper o fornecimento de gás etc. No fundo, tais ações devem ser encaradas como realmente foram: a resistência das classes exploradas, precarizadas e marginalizadas da divisão social do trabalho; lançadas pela regularização neoliberal no esquecimento social, na miséria, na fome, na desnutrição, na imensa mortalidade infantil etc; tratou-se de uma reação, infinitamente mais fraca, à brutal violência burguesa e, fundamentalmente, orquestrada pela burocracia. Quer dizer, contextualizando, percebe-se que se tratou de uma **contraviolência à violência burguesa**.

“você quer é trabalho e algo para suas crianças? E te vem atacar com a gendarmeria ... isso diretamente é matança, não delito, uma agressão moral. Aqui tem criancinhas que estão anêmicas, que tem desnutrição, gente que não tem nem o que comer. Delito é ter que levar meus filhos a um refeitório comunitário, e que não haja fonte de trabalho para que comamos todos os dias na mesa juntos. Não sei de que delito a juíza vem me acusar (ARTESE, 2013, p. 43).”

A primeira *Pueblada de Cutral-Có*, como ficou conhecido esse episódio, apresentaria de forma mais transparente os elementos que combinariam a nova dinâmica da luta de classes (a ação direta com fortes tendências à autonomização, decisões horizontais em assembleia, auto-organização da luta etc.), seu principal protagonista social (os piqueteiros que inicialmente formavam uma diversidade de grupos e classes sociais e, posteriormente, passou a ser composto majoritariamente pelo lumpemproletariado – desempregados, subempregados etc.), seus principais métodos de luta (os piquetes bloqueando estradas, ruas e pontes de acesso), sua eficácia contra a invisibilidade social (a radicalidade dos piquetes garantiram a atenção do capital comunicacional e sua propaganda) e sua principal exigência (trabalho).

Nessa *pueblada*, conheceríamos mais nitidamente também a postura dos seus principais inimigos (burguesia e burocracia) diante da contestação social. Para esses não haveria espaços para canais políticos alternativos, ou está dentro da normalidade institucional, seguindo suas regras e aceitando a regularização neoliberal ou será considerado um delinquente/criminoso/inimigo imaginário e, portanto, passivo de repressão, criminalização e eliminação (fuzilamentos). Para isso, a burguesia contaria com o capital comunicacional e, fundamentalmente, com a burocracia para produzirem e reproduzirem um discurso ideológico¹⁷ que criminaliza, apontando a contestação social como delitiva, violenta; criando inimigos imaginários (franco-atiradores, infiltrados, guerrilheiros, terroristas, comunistas etc.); e construindo, a partir desses discursos, uma corrente de opinião hegemônica, contrária à contestação social e seus métodos, temerosa do “perigo” representado pelos piqueteiros e, por conseguinte, favoráveis à repressão institucional. Nesse sentido,

se trata de um produto de noções próprias de um paradigma ideológico no qual se considera a autogestão como uma instância de periculosidade que deve ser remediada, se necessário mediante castigo. A elaboração

¹⁷ Um discurso ideológico se caracteriza por ser constituído por fragmentos de ideologia, isto é, de uma falsa sistematização da realidade.

desse paradigma conforma o germe, semente do processo de criminalização e penalização simbólica do protesto que seria aplicado a outros episódios nos sucessivos governos (ARTESE, 2013, p. 43).

Nessa pueblada podemos encontrar com maior nitidez as principais características da nova dinâmica da luta de classes no capitalismo contemporâneo (não só argentino), isto é, a emergência de uma postura política do lumpemproletariado com maior potencialidade para contestar as formas sociais neoliberais, a recuperação de antigas, porém poderosas, ferramentas de enfrentamento, com destaque para o bloqueio de estradas, ruas, pontes e outras vias importantes para a reprodução da sociabilidade burguesa, a auto-organização assembleiaria e horizontal como alternativa às moribundas instituições tradicionais (partidos e sindicatos), a ação direta e o enfrentamento declarado ao poder estatal burguês etc. E está claro que em resposta a essas ferramentas e a radicalidade que as lutas contemporâneas tendem a adquirir, o bloco dominante vem engendrando diversas maneiras de evitar o avanço da contestação social que, no entanto, não possui grandes novidades. Na verdade, o receituário repressivo burguês se apresenta como sendo mais do mesmo, isto é, discurso criminalizador via capital comunicacional, construção de uma corrente de opinião dominante que aponte para a deslegitimação da contestação, invenção de inimigos imaginários em torno dos contestadores sociais, criminalização de toda e qualquer luta social que apresente dificuldades e barreiras para o avanço da insaciável acumulação capitalista e, por fim, uma brutal repressão política.

Referências:

ARTESE, Matías. *La construcción de representaciones sociales en torno protesta social y a la represión institucional. Seis estudios de caso entre los años 1996 y 2002*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2009. 355 p.

ARTESE, Matías. *Cortes de ruta y represión – la justificación ideológica de la violencia política entre 1996-2002*. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

BONIFACIO, José Luis. *Protesta y organización – los trabajadores desocupados en la provincia de Neuquén*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2011.

BRAGA, Lisandro. *Classe em farrapos – acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

BRAGA, Lisandro. *Repressão estatal e capital comunicacional – O bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina*. Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016, 310 p.

BUCCIARELLI, Mario. *El estado neuquino – Fortalezas y debilidades de una modalidad de intervención*. Em: FAVARO, Orieta (org.). *Neuquén – la construcción de un orden estatal*. Neuquén: Universidad Nacional de Comahue, 1999.

KLACHKO, Paula. *Las formas de organización emergentes del ciclo de rebelión de los '90 en la Argentina*. Publicación del Programa de Investigación sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina – PIMSA, número 67, 2007.

PETRUCCELLI, Ariel. *Docentes e piqueteros – de la huelga de ATEN a la pueblada de Cutral Có*. Buenos Aires: El cielo por asalto, 2005.

SVAMPA, Maristella e PEREYRA, Sebastián. *Entre La ruta y el barrio – la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

VIANA, Nildo. *A consciência da história – ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias e letras, 2009.

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

[HTTP://MOVAUT.NET/](http://MOVAUT.NET/)

[HTTP://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/](http://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/)